

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO CULTURAL

Camila Piveta

**PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL IMÓVEL E A HERANÇA DA
COLONIZAÇÃO ITALIANA NA QUARTA COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO
ITALIANA DO RS: OS CAPITÉIS DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE**

Santa Maria, RS, Brasil
2020

Camila Piveta

**PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL IMÓVEL E A HERANÇA DA
COLONIZAÇÃO ITALIANA NA QUARTA COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO ITALIANA
DO RS: OS CAPITÉIS DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Área de Concentração em Arquitetura e Patrimônio Material, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Patrimônio Cultural**.

Orientador: Prof. Dr. Caryl Eduardo Jovanovich Lopes

Santa Maria, RS, Brasil
2020

Piveta, Camila

Patrimônio cultural material imóvel e a herança da colonização italiana na Quarta Colônia de imigração italiana do RS: os capitéis de São João do Polêsine. / Camila Piveta.- 2020.

164 p.; 30 cm

Orientador: Caryl Eduardo Jovanovich Lopes

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, RS, 2020

1. Patrimônio cultural material imóvel 2. Quarta Colônia de Imigração Italiana 3. São João do Polêsine 4. Arquitetura da imigração 5. Capitéis I. Jovanovich Lopes, Caryl Eduardo II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

©2020

Todos os direitos autorais reservados a Camila Piveta. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.

Endereço: Rua Duque de Caxias, n. 1305, apto 1705, Bairro Centro Histórico, Porto Alegre, RS. CEP: 90010-281

Fone: (+55)55 9 9939 6641; E-mail: pi.camila@hotmail.com

Camila Piveta

**PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL IMÓVEL E A HERANÇA DA
COLONIZAÇÃO ITALIANA NA QUARTA COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO ITALIANA
DO RS: OS CAPITÉIS DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Área de Concentração em Arquitetura e Patrimônio Material, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Patrimônio Cultural**.

Aprovado em 28 de fevereiro de 2020:



Caryl Eduardo Jovanovich Lopes, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)



Clarissa Oliveira Pereira, Dra. (UFN)



Leonora Romano, Dra. (UFSM)

Santa Maria, RS
2020

DEDICATÓRIA

*Ai miei antenati,
con coraggio attraversarono il mare,
hanno lasciato la loro terra in cerca di sogni,
e le difficoltà riscontrate qui,
con fede, lavoro e unità,
fatto del nuovo paese una casa prospera.*

Aos meus antepassados,
com coragem atravessaram o oceano,
deixaram sua terra em busca dos sonhos,
e das dificuldades aqui encontradas,
com fé, trabalho e união,
fizeram da nova pátria um próspero lar.

AGRADECIMENTOS

A todos que, de alguma maneira colaboraram na realização da pesquisa e desta dissertação de mestrado, em especial ao meu orientador Prof. Dr. Caryl e à minha mãe Veroni, pelo apoio incondicional.

Lembrança especial também à Aline Lopes, Camila Baldissera, Camila Malaquias, Marília Franz, Thiago Silveira, Tiago Szinvelski e à meus bichanos Guizo, Malika e Pequeno.

Vecio Capitel
Vecio Capitelo rente dela strada
Abandonà alle bisse e brespe!
Quanto me fà pecà il to querto smarzo
E il Sant Antoni oramai desfiurà.

Vecio Capitel, fato chi sà quando,
Gnanca i veci i se ricorda.
Come te saressi ben tra paveie e fiori!
Ma, adesso la gente la se gà desmentegà de ti.

Ma, na volta, tutti quei che i passava
I se fermea un toco, i se cavea capel
I Preghea con fede, respetosi, con amore
Dopo i andava via pieni di pace nel cor

Oh Capitelo abandonà
Desmentega darente strada!!!
(Julio Posenato, Correio Riograndense 27 4 94, p.12)

Noántri no podemo far um paese
de butar zô le cose véchie e bone
sol par far sú qualcosa nôva e stranba
e sol parchê quei sóldi i zê de tuti!

Pópolo che nol gá queste radize
nol mérita la pianta Libertá!

No stá desmentegarte mai, toseto!

(Italo Balen, 1981; p. 150 e 194)

RESUMO

PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL IMÓVEL E A HERANÇA DA COLONIZAÇÃO ITALIANA NA QUARTA COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO ITALIANA DO RS: OS CAPITÉIS DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

AUTORA: Camila Piveta

ORIENTADOR: Caryl Eduardo Jovanovich Lopes

A imigração italiana modificou a estrutura social do Brasil e do estado do Rio Grande do Sul, deixando um legado cultural e arquitetônico fadado ao descaso. A religiosidade presente na vida do imigrante produziu bens materiais como os capitéis, pequenas capelas erguidas aos santos de devoção, em agradecimentos ou pedidos de promessas, localizadas geralmente à beira do caminho, construções estas trazidas pelos imigrantes e reproduzidas especificamente em partes do sul do país. Este trabalho versa sobre os capitéis construídos pelos imigrantes italianos no município de São João do Polêsine, pertencente à Quarta Colônia de imigração italiana do Rio Grande do Sul. Com o intuito de reconhecimento e preservação do patrimônio cultural material legado pela imigração italiana, o presente estudo realiza o levantamento e mapeamento com finalidade de inventário arquitetônico destes capitéis. Metodologicamente, primeiramente realizou-se o embasamento teórico e conceitual de assuntos relevantes para a pesquisa, tais como a imigração italiana no Brasil e no estado do Rio Grande do Sul, a religiosidade dos imigrantes, a Quarta Colônia de Imigração Italiana, o município de São João do Polêsine, o patrimônio cultural, patrimônio cultural material da imigração italiana no RS, a arquitetura da imigração, arquitetura religiosa da imigração, aspectos específicos a respeito dos capitéis e por fim, sobre o inventário arquitetônico. Em seguida, o levantamento físico e fotográfico dos seis capitéis localizados no município, análise das características, redesenho de cinco dos exemplares e preenchimento das fichas de inventário, tendo como modelo a ficha de Rastreamento Cultural do IPHAE para bens edificados M01. A partir destas análises e dados, foram gerados os produtos finais desta dissertação, o mapeamento em formato de Roteiro Ciclístico dos Capitéis, o livreto sobre os exemplares inventariados, para material de divulgação e os banners, como material expositivo. Como conclusão, pretende-se que este conteúdo, a partir dos capitéis, contribua para o conhecimento e conseqüente valorização e preservação de todo o patrimônio arquitetônico material e imaterial legado da imigração italiana, como também iniciar um trabalho a ser difundido para as demais cidades da Quarta Colônia, a fim de incentivar sua continuidade, sempre com o intuito de preservação de seus bens como um todo.

Palavras-chave: Patrimônio cultural material imóvel, Quarta Colônia de Imigração Italiana, São João do Polêsine, arquitetura da imigração, capitéis.

ABSTRACT

IMMOVABLE TANGIBLE CULTURAL HERITAGE AND THE INHERITANCE OF ITALIAN COLONIZATION IN THE QUARTA COLÔNIA OF ITALIAN IMMIGRATION OF RS: THE LITTLE CHAPELS OF SÃO JOÃO DO POLÊSINE.

AUTHOR: Camila Piveta
ADVISOR: Caryl Eduardo Jovanovich Lopes

Italian immigration changed the social structure of Brazil and the state of Rio Grande do Sul, leaving a cultural and architectural legacy that was doomed to neglect. The religiosity present in the immigrant's life produced material goods such as little chapels, small chapels erected to the saints of devotion, in thanks or requests for promises, usually located by the way, constructions brought by immigrants and reproduced specifically in parts of the south of the country. This work deals with the little chapels built by Italian immigrants in the municipality of São João do Polêsine, belonging to the Fourth Colony of Italian immigration of Rio Grande do Sul. In order to recognize and preserve the material cultural heritage bequeathed by Italian immigration, the present study performs the survey and mapping for the purpose of architectural inventory of these little chapels. Methodologically, the theoretical and conceptual basis of relevant issues for research was first carried out, such as Italian immigration to Brazil and the state of Rio Grande do Sul, the religiosity of immigrants, the Fourth Colony of Italian immigration, the municipality of São João do Polêsine, the cultural heritage, material cultural heritage of Italian immigration in RS, the architecture of immigration, religious architecture of immigration, specific aspects about the little chapels and finally, about the architectural inventory. Then, the physical and photographic survey of the six capitals located in the municipality, analysis of the characteristics, redesign of five of the specimens and filling in the inventory sheets, using the IPHAE Cultural Tracking sheet for M01 built goods as a model. From these analyzes and data, the final products of this dissertation were generated, the mapping in the format of the Cycling Little Chapels Route, the booklet on the inventoried specimens, for dissemination material and the banners, as expository material. As a conclusion, it is intended that this content, from the little chapels, contributes to the knowledge and consequent valorization and preservation of all the material and immaterial architectural heritage inherited from Italian immigration, as well as to start a work to be disseminated to the other cities of the country. Fourth Colony, in order to encourage its continuity, always with the intention of preserving its assets as a whole.

Keywords: Immovable tangible cultural heritage, Fourth Colony of Italian Immigration, São João do Polêsine, architecture of immigration, little chapel.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Capitel em Cornei, Belluno, Itália e Capitel em Vale Vêneto, São João do Polêsine, Brasil.....	19
Figura 2 – Colônia Silveira Martins com a demarcação do local de origem dos imigrantes instalados entre 1885 e 1991.....	36
Figura 3 – Primeira missa dos imigrantes da Quarta Colônia, próximo ao Barracão Val de Buia.....	39
Figura 4 – Capela de São Francisco, Vale Vêneto, à esquerda e Capela de São João, Polêsine, à direita.....	40
Figura 5 – Mapa de localização da Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS com a conformação atual dos municípios.....	42
Figura 6 – Mapa com o trajeto dos imigrantes no RS em que é possível observar a distância entre as três primeiras Colônias, no nordeste do estado e a Quarta Colônia, no centro.....	43
Figura 7 – Mapa da Ex-Colônia Silveira Martins, com a sede da Colônia e Vale Vêneto.....	44
Figura 8 – Mapa de localização do município de São João do Polêsine.....	47
Figura 9 – Capela período primitivo, Nova Bassano, 1987.....	58
Figura 10 – Período apogeu, primeira fase, inspiração clássica: Capela São Jorge, Linha Visconde de Pelotas, Veranópolis e Capela na Linha Cinco, Nova Palma.....	59
Figura 11 – Período apogeu, primeira fase, traço espontâneo: Capela N. Sr. de Lourdes, Cacique Doble.....	59
Figura 12 – Período apogeu, segunda fase, assimilação do gótico: Capela Santo Antônio, Flores da Cunha; Capela São Valentim, 1919, Farroupilha.....	60
Figura 13 – Período tardio, decadência: Capela N. Sr. das Graças, Monte Belo, Bento Gonçalves; Capela Santa Cruz, Linha Jacinto, Bento Gonçalves.....	60
Figura 14 – Período tardio, maneirismo gótico: Capela Santa Catarina, 1956, Linha Santa Catarina, Campinas do Sul; Capela São Paulo, 1957, Linha São Paulo, Campinas do Sul. Ambas construídas por Armando Sbardelotto e João Mingori.....	61
Figura 15 – Período pós-conciliar: Capela N. Sr. das Dores, Travessão Sete de Setembro, Flores da Cunha; Capela de São Francisco, Linha Base, Nova Palma, 1965 (construtor Germano Busanello).....	62
Figura 16 – Capitel construído em 1601, em Bruschi, Genova, Itália e capitel, de aproximadamente 1890, em Nova Palma, Quarta Colônia, Brasil.....	63
Figura 17 – Capitel do Pozzetto di S. Elena di Silea, construído em cima da Via Claudia Augusta, Itália.....	64
Figura 18 – Afrescos no Capitello del Crocifisso, Trentino.....	65
Figura 19 – Mármore no Capitel de Nossa Senhora Imaculada, Pádua.....	65
Figura 20 – Madeira e barro no capitel de Pordenone.....	66
Figura 21 – Capitéis dedicados à São Francisco: capitel em Veranópolis; capitel em Linha Aimoré, Veranópolis; capitel em Silveira Martins e capitel na Linha 11, Nova Palma.....	69
Figura 22 – Mapeamento esquemático com localização dos capitéis.....	80
Figura 23 – Planta de situação, Capitel de São Francisco – Novo.....	121
Figura 24 – Vista a partir da R. Alexandre Rorato e fachada frontal do capitel.....	121

Figura 25 – Fachada lateral e mosaico de São Francisco na fachada frontal.....	122
Figura 26 – Vergas em arco: Janelas capitel Nossa Senhora do Rosário da Pompéia e capitel São Patrício, portas capitel Nossa Senhora do Rosário da Pompéia, São Patrício e Santo Antônio, Linha da Conciência.....	125
Figura 27 – Percurso dos 10 capitéis, Monteforte d’Alpone, Itália.....	130
Figura 28 – Mapeamento na dissertação intitulada “O Patrimônio Arquitetônico e a Paisagem Cultural em Sítios Históricos Rurais de Imigração Italiana”.....	131
Figura 29 – Roteiro Ciclístico dos Capitéis, frente.....	132
Figura 30 – Roteiro Ciclístico dos Capitéis, verso.....	133
Figura 31 – Livreto.....	134
Figura 32 – Banner.....	140

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Capitéis inventariados e sua localização e coordenadas geográficas	79
Quadro 2 – Composição arquitetônica	123
Quadro 3 – Ornamentação dos volumes.....	126

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BR	Brasil
CPG	Centro de Pesquisas Genealógicas
FEE	Fundação de Economia e Estatística
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPAC	Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia
IPHAE	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
RS	Rio Grande do Sul
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UCS	Universidade de Caxias do Sul
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFN	Universidade Franciscana
UFPeI	Universidade Federal de Pelotas
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM	Universidade Federal de São Carlos
UFSCar	Universidade Federal de Santa Maria
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP	Universidade do Estado de São Paulo
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
Unisinos	Universidade do Vale dos Sinos
UNIVATES	Universidade do Vale do Taquari
UPF	Universidade de Passo Fundo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	TEMA.....	16
1.2	PROBLEMA DA PESQUISA.....	16
1.3	OBJETIVOS.....	17
1.3.1	Objetivo Geral	17
1.3.2	Objetivos Específicos	17
1.4	JUSTIFICATIVA.....	17
1.5	ESTRUTURA DA PESQUISA.....	20
2	REVISÃO DE LITERATURA	23
2.1	ESTADO DA ARTE.....	23
2.2	A IMIGRAÇÃO ITALIANA NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL.....	32
2.2.1	A Religiosidade do Imigrante	37
2.2.2	A Quarta Colônia de Imigração Italiana	41
2.2.3	O Município de São João do Polêsine	46
2.3	O PATRIMÔNIO CULTURAL.....	49
2.3.1	Patrimônio Cultural Material da Imigração Italiana no RS	51
2.3.2	A Arquitetura da Imigração	53
2.3.3	Arquitetura Religiosa da Imigração	57
2.3.4	Os Capitéis	62
2.4	O INVENTÁRIO ARQUITETÔNICO.....	70
3	MATERIAIS E MÉTODOS	75
3.1	TIPO DE PESQUISA.....	75
3.2	ETAPAS DA METODOLOGIA.....	75
3.2.1	Modelo de Ficha de Inventário adotado e Orientações para seu preenchimento	76
3.2.2	Critérios de seleção dos exemplares inventariados	77
3.2.3	Exemplares inventariados	78
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	81
4.1	INVENTÁRIO DOS CAPITÉIS CONSTRUÍDOS PELOS IMIGRANTES ITALIANOS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE.....	82
4.1.1	Capitel de São José	82
4.1.2	Capitel de Nossa Senhora do Rosário da Pompéia	90
4.1.3	Capitel de São Patrício	99
4.1.4	Capitel de Santo Antônio – Linha São Valentin	106
4.1.5	Capitel de Santo Antônio – Linha da Consciência	113
4.1.6	Capitel de São Francisco – Novo	120
4.2	DISCUSSÕES.....	122
5	PRODUTOS	129
5.1	MAPEAMENTO: ROTEIRO CICLÍSTICO DOS CAPITÉIS.....	129
5.2	MATERIAL DIVULGAÇÃO: LIVRETO.....	134
5.3	MATERIAL EXPOSITIVO: CARTAZ/BANNER.....	139
6	CONCLUSÃO	143
	REFERÊNCIAS	147
	ANEXO A – FICHA DE INVENTÁRIO M01 – BENS EDIFICADOS DO SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL DO IPHAE	161

ANEXO B – FICHA DE INVENTÁRIO M01 – MANUAL DE PREENCHIMENTO.....	163
ANEXO C – FICHA M01 BENS EDIFICADOS INSTÂNCIAS: VALORES DE SELEÇÃO ESTABELECIDOS AOS BENS INVENTARIADOS.....	164

1 INTRODUÇÃO

A imigração italiana no Rio Grande do Sul teve início a partir de 1870, com seu estabelecimento na zona da mata, na região dos Campos de Cima da Serra e na Depressão Central. A colonização no Sul do país tinha por objetivo ocupar as terras que eram alvo de disputas pelos espanhóis e promover a economia interna, através da produção agrícola (FIGUEIREDO, 2015).

Os primeiros italianos que chegaram ao estado receberam lotes de terra na encosta da Serra Geral, fundando a primeira colônia, chamada de Conde d'Eu, atual município de Garibaldi. A segunda colônia, chamada de Dona Isabel, atual município de Bento Gonçalves, foi fundada próximo da primeira. Ambas foram fundadas em 1870. A terceira colônia, chamada Nova Palmira, atual Caxias do Sul, situada nos Campos de Cima da Serra, foi fundada em 1875 (TURA, 2012).

A fundação da Quarta Colônia de Imigração Italiana, ocorreu em 1877, distante dos outros três núcleos, na região central do estado, com o objetivo de povoar uma área devoluta pertencente ao governo imperial (DE BONI; COSTA, 1979).

A cidade de São João do Polêsine integra a Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul, da qual fazem parte também os municípios de Faxinal do Soturno, Dona Francisca, Nova Palma, Pinhal Grande, Ivorá, Silveira Martins, Restinga Sêca e Agudo.

As dificuldades e o isolamento dos primeiros tempos na nova terra fizeram com que os imigrantes encontrassem na religiosidade um meio para se manter unidos ao seu grupo e sobreviver. Desta forma a construção de locais para a realização das práticas religiosas foram fundamentais para a integração social e a manutenção de sua identidade cultural diante da nova realidade (MANFROI, 1975).

Além de capelas, foram construídos capitéis, que embora o termo remeta à parte superior da coluna clássica, religiosamente designa um local para culto popular, e, conforme afirma Coelho (2016, p. 31), são chamados capitéis ou capelinhas as “construções que se parecem com igrejas minúsculas, costume este herdado dos primeiros colonizadores vindos da Itália. Segundo Manfroi (1975, p. 7), os capitéis, construídos de madeira, pedra ou tijolo, estão localizados à beira da estrada, em encruzilhadas ou no jardim da casa. São demonstrações de fé popular e representam

uma marca profunda do patrimônio cultural construído pela imigração italiana na região.

1.1 TEMA

Os capitéis, construídos pelos imigrantes italianos na cidade de São João do Polêsine, são o tema escolhido para o desenvolvimento da dissertação de mestrado, que irá realizar o levantamento e identificação destes para fins de inventário, possibilitando assim registrar suas características construtivas, sua função social e elementos arquitetônicos.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Através de suas manifestações na arquitetura, gastronomia típica, costumes, religiosidade e características próprias, os imigrantes italianos que se instalaram no centro do estado do Rio Grande do Sul, colaboraram de forma significativa na formação da cultura brasileira, sobretudo a gaúcha (GASPARY; VENTURINI, 2016).

Infelizmente, parte do patrimônio edificado por esses imigrantes está em estado de abandono ou já foi demolido. Um importante bem deste patrimônio são os capitéis, que conforme Gutierrez e Gutierrez (2000), não designa a parte superior de uma coluna, e sim, as pequenas capelas erguidas geralmente em homenagem a um santo de devoção, ou por uma promessa ou graça alcançada. Desta forma, preservar e difundir o patrimônio material da Quarta Colônia é muito importante para que se conserve a história da colonização na região.

A problematização do trabalho está em identificar, levantar e localizar os capitéis construídos pelos imigrantes italianos na área rural e urbana da cidade de São João do Polêsine, pertencente à Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul. Qual seu estado de conservação? Qual seu papel na preservação da cultura patrimonial da região? Como sua representatividade pode auxiliar na valorização do patrimônio edificado pela imigração italiana?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

O objetivo geral é realizar o inventário dos capitéis localizados na zona rural e urbana da cidade de São João do Polêsine, que pertence à Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul.

1.3.2 Objetivos específicos

- Localizar os capitéis existentes na área rural e urbana da cidade de São João do Polêsine;
- Documentar através de inventário as características históricas, construtivas, elementos arquitetônicos e demais particularidades dos capitéis existentes na região delimitada;
- Contribuir para o reconhecimento e preservação do patrimônio cultural edificado pela imigração italiana na região da Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul;

1.4 JUSTIFICATIVA

Os primeiros italianos chegados para formar a Quarta Colônia se estabeleceram em Silveira Martins, sendo que os demais grupos se espalharam em núcleos próximos, um deles Vale Vêneto, atual distrito do município de São João do Polêsine. No entanto, Silveira Martins não recebeu nenhum sacerdote para atender espiritualmente os primeiros imigrantes ali estabelecidos. Anos mais tarde chegaram os primeiros padres no núcleo de Vale Vêneto, que se tornou o centro espiritual da Quarta Colônia (TURA, 2012).

Sabendo da importância da religiosidade nesta região, que permitiu a manutenção moral e cultural dos imigrantes, a escolha da cidade de São João do

Polêsine para a realização do estudo proposto se justifica por abrigar atualmente em seu território o que foi considerado o berço religioso na formação inicial da Colônia.

Os imigrantes italianos que se estabeleceram em regiões até então pouco exploradas do estado, distantes dos núcleos luso-brasileiros, desenvolveram ilhas de cultura que formam contextos culturais pouco inalterados e de grande valor patrimonial, caracterizados pela ausência de monumentalidade, pela diversidade de técnicas construtivas e tipologias arquitetônicas. Na Quarta Colônia de Imigração Italiana, região central do estado do Rio Grande do Sul, é encontrado um número expressivo de construções que mantêm referências formais e espaciais tipicamente italianas, heranças desta colonização (FIGUEIREDO, 2015).

Segundo Posenato (1983), a arquitetura da imigração se caracteriza pela construção artesanal, com linguagem única, em que os próprios imigrantes elaboravam todos os elementos, utilizando técnicas construtivas e materiais encontrados na região em que viviam, resultando assim em expressão plástica que tendia à simetria e simplicidade, com ornamentação discreta, diferenciando-se assim das demais expressões arquitetônicas do país, de qualquer época.

A arquitetura preservada representa a cultura e a história materializada em monumentos e construções que tomam sentidos e mantêm vivos os significados da memória coletiva. Assim os sentidos atribuídos à paisagem natural e arquitetônica marcadas pela colonização compõem a imagem da Região da Quarta Colônia e revelam a apropriação simbólica do território. (FIGUEIREDO, 2015).

Os capitéis, pequenas construções erguidas em encruzilhadas ou à beira do caminho, com auxílio de três a quatro famílias próximas, na sua maioria construídos devido às promessas feitas aos santos de devoção, comumente pedindo por saúde, têm valor cultural patrimonial pois são vistos não só como espaço de oração e conforto espiritual, mas também como local de agregação social entre esses imigrantes (TURA, 2012).

Essas edificações resistiram ao tempo e a todas as crises, tanto religiosas, sociais, políticas e econômicas, atendendo a desejos particulares e comunitários na veneração dos santos. A prática de construí-los foi trazida com os imigrantes e sua forma se assemelha basicamente aos edificadas na Itália (SPONCHIADO, 2019). Na Figura 1 é possível observar a semelhança entre um capitel localizado em Belluno, Itália e um em São João do Polêsine, Brasil.

Figura 1 – Capitel em Cornei, Belluno, Itália e Capitel em Vale Vêneto, São João do Polêsine, Brasil.



Fonte: (POSENATO, 1987, p. 94; RIGHI, BISOGNIN, TORRI, 2001, p. 106).

Para justificar o enquadramento dos capitéis em patrimônio cultural material, e compreender o processo de preservação e valorização deste patrimônio, há que se entender as definições de patrimônio cultural, que segundo o IPHAN (2017) é um bem (ou bens) de natureza material e imaterial considerado importante para a identidade da sociedade brasileira; de patrimônio cultural material, o qual na definição do IPHAN (2017) é composto por um conjunto de bens culturais classificados conforme sua natureza: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Enquadra-se nos bens imóveis como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e ainda o conceito de Inventário, que é a primeira forma para o reconhecimento da importância dos bens culturais e ambientais, através de levantamento e do registro de suas características principais (IPHAN, 2017).

A questão da religiosidade que envolve a construção e manutenção dos capitéis se enquadra em patrimônio cultural imaterial, que segundo o IPHAN (2017) diz respeito “às práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas)”, ou seja, são as tradições, conhecimentos e modos de vida de uma comunidade, indivíduo ou grupo que são passados de geração em geração.

Quando se trata de patrimônio, identificar e inventariar são conceitos importantes para que haja a preservação dos bens, porém somente no início da década de 1990 o interesse pela preservação do patrimônio arquitetônico legado pelos imigrantes italianos na Quarta Colônia tem sua primeira referência pública para esta atividade, através do Projeto Identidade, o qual incentivou a realização de inventários do patrimônio edificado que possuísse interesse histórico na região (ITAQUI, 2010).

Assim, entende-se que realizando a identificação e levantamento com proposta de inventário destes capitéis, apesar de terem sido construídos com materiais simples e sem grandes rebuscamentos, seu valor como conjunto arquitetônico resgata a história da comunidade e colabora para a manutenção dos laços de identidade e pertencimento das origens italianas colonizadoras da região.

1.5 ESTRUTURA DA PESQUISA

A dissertação foi estruturada em 6 capítulos, sendo o primeiro capítulo a **Introdução**, em que se apresenta a contextualização do tema, o problema de pesquisa, os objetivos geral e específicos e a justificativa.

No segundo capítulo realiza-se a **Revisão de Literatura** que inclui o estado da arte, o embasamento teórico e conceitual de temas relevantes para a pesquisa tais como patrimônio cultural, patrimônio cultural material da imigração italiano no Rio Grande do Sul, inventário arquitetônico, o histórico da imigração italiana no país e no estado, a importância da religiosidade na vida do imigrante, as especificidades e o histórico da quarta Colônia de imigração italiana bem como do município de São João do Polêsine. O capítulo ainda aborda a arquitetura e a arquitetura religiosa desenvolvida pelos imigrantes italianos no estado com foco na região da Quarta Colônia e aspectos específicos a respeito dos capitéis.

O terceiro capítulo, **Materiais e Métodos**, apresenta a metodologia utilizada para a obtenção dos resultados propostos, englobando o tipo da pesquisa, as etapas da metodologia com o modelo de ficha de inventário adotado e orientações para seu preenchimento, os critérios de seleção dos exemplares inventariados, bem como o quadro com os capitéis eleitos e seu mapeamento esquemático.

No quarto capítulo, **Resultados e Discussão**, são apresentadas as fichas preenchidas do Inventário dos Capitéis de São João do Polêsine, bem como as

discussões a respeito das composições arquitetônicas dos exemplares inventariados, seus elementos e técnicas construtivas, sua relação com o entorno, e sua vinculação com as particularidades da arquitetura da imigração italiana do Rio Grande do Sul.

O **Produto** é exibido no quinto capítulo, em que as fichas de inventário resultantes da pesquisa foram remodeladas e transformadas nos seguintes produtos secundários: livreto com imagens e informações a respeito dos capitéis, para servir de informativo para a população e visitantes da região; roteiro ciclístico dos capitéis, resultado do mapeamento do objeto de pesquisa, destinado a atender a demanda do cicloturismo em crescimento, na região da Quarta Colônia; e, por fim, cartaz/ banner, para exposição dos capitéis no Museu do Imigrante Italiano Eduardo Marcuzzo, de Vale Vêneto, bem como em outros locais em que for possível sua divulgação, todos eles com o intuito de 'ser visto para ser valorizado'.

No sexto capítulo, **Conclusão**, demonstram-se as discussões e reflexões, as quais aparecem ao longo do trabalho, a partir daquilo que foi proposto enquanto objeto do trabalho.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Neste capítulo será apresentada o estado da arte, visto que há um número significativo de autores que abordam assuntos da imigração italiana, fé, religiosidade, patrimônio cultural da região da Quarta Colônia de Imigração Italiana, assim como trabalhos que tratam especificamente de capitéis das cidades de Ivorá e Nova Palma, além de obras referentes ao patrimônio e que se aplicam ao estudo pretendido.

É realizado o embasamento teórico e conceitual a respeito do patrimônio cultural e da importância do inventário arquitetônico como ferramenta de preservação, breve contextualização histórica da imigração italiana no Brasil e no estado do Rio Grande do Sul, histórico do município de São João do Polêsine e por fim abordará a arquitetura desenvolvida pelos imigrantes italianos no estado com foco na região da Quarta Colônia.

2.1 ESTADO DA ARTE

No total foram levantados 32 teses e dissertações (neste número está inclusa uma monografia considerada de extrema importância), 24 livros e 25 artigos que tenham ligação direta ou indireta com o tema pesquisado para o desenvolvimento da dissertação.

Nesta análise, foram separados por eixos temáticos tanto teses e dissertações, como livros e artigos, a fim de melhor organização e entendimento. Estão assim estruturados: Imigração Italiana no Rio Grande do Sul; Quarta Colônia de Imigração Italiana no Rio Grande do Sul, Questões religiosas na Quarta Colônia de Imigração Italiana no RS, Patrimônio como um todo, Patrimônio edificado da imigração italiana e especificamente os capitéis construídos na região da quarta colônia pelos imigrantes italianos.

As teses e dissertações que tratam da imigração italiana no Rio Grande do Sul como um todo são: a de Beneduzi (2004) intitulada “Mal di Paese: as reelaborações de um vêneto imaginário na ex-colônia de Conde D’eu (1884-1925)”, a qual apesar de o ponto chave ser a colônia de Conde D’eu, possui o embasamento teórico a respeito da colonização italiana; na dissertação “Os ‘Colonos’ da fazenda Fialho: a construção do desenvolvimento a partir de pequenas propriedades rurais”, Gheno (2003) apresenta aspectos importantes nas formações das colônias, com destaque para o

subcapítulo “Religião” e capítulo que trata da vida e da história do imigrante, conectando as razões para sua saída da Itália e a lei de terras no Brasil; em “Circuitos turísticos ítalo-descendentes: o uso contemporâneo das heranças culturais no Sul e Sudeste do Brasil.”, Panis (2014) trata da imigração de italianos para o Brasil, entre o final do século XIX e o início do XX, assim como dos bens culturais, do patrimônio e da identidade ítalo-descendente; Simonetti (2011), em “‘Mamma Mia’: a compreensão do saber fazer cotidiano e a resignificação dos papéis entre mulheres camponesas.”, traz um capítulo sobre a “Imigração italiana, seus motivos e heranças”, em que destaca um subcapítulo para “A importância da religião”, além de discorrer sobre as características da colonização; na dissertação “A relação escola/comunidade na região das antigas colônias italianas, Nordeste do Rio Grande do Sul, 1915 a 1960”, com enfoque voltado à área da educação, Timm (2013) discute sobre a religiosidade dos imigrantes, sobre a emigração, abordando a crise na Itália e a construção de um novo projeto de vida no Brasil; Trombini (2016), em sua dissertação “Imigrantes italianos e seus descendentes na microrregião oeste do Vale do Taquari: história ambiental e práticas culturais”, apresenta subcapítulos em que expõe as perspectivas históricas, políticas, econômicas e ambientais envolvendo a imigração italiana no Rio Grande do Sul, a imigração italiana e seus aspectos culturais, assim como as práticas culturais dos italianos e seus descendentes como um todo no Rio Grande do Sul, apesar de dar enfoque ao recorte geográfico da microrregião oeste do Vale do Taquari; na tese “Ares de vingança: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre imigrantes italianos no sul do Brasil (1878 – 1910)”, Vendrame (2013) busca compreender, no capítulo “Nos dois lados do Atlântico: estratégias familiares e redes migratórias”, as maneiras que os imigrantes se organizaram na formação dos núcleos coloniais no Brasil, sua trajetória e condições ao abandonar a pátria assim como sua ligação com os que ficaram e como, através destas conexões pode-se compreender o complexo fenômeno migratório a partir da visão de seus protagonistas.

No eixo temático referente à Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul, Bianchi (2007) em “Avaliação de propostas públicas municipais e regionais no âmbito do planejamento integrado do turismo sustentável na Quarta Colônia, RS, Brasil” faz breve análise dos municípios que compõem a quarta colônia sob o ponto de vista de suas potencialidades turísticas e a influência da quarta colônia no estado do Rio Grande do Sul; Bolzan (2011) na tese útil para referencial histórico “Quarta colônia: da fragmentação à integração”, trata da colônia Silveira Martins e seu

processo de desenvolvimento, sua fragmentação, desmembramento, emancipação dos municípios originários e a posterior ideia de integração a fim de desenvolvimento; Brust (2013), em “O efeito ‘chapéu de Clementis’: imagens do sujeito imigrante italiano na quarta colônia” discorre sobre a memória da imigração italiana na região da quarta colônia a partir dos monumentos construídos em homenagem ao imigrante a partir do cinquentenário da imigração, em que a expressão “chapéu de Clementis” se refere à memória. Apesar de tratar-se de linguagem, a dissertação possui identificação dos monumentos e um estudo sobre o sujeito imigrante, e de toda forma aborda a imigração na região; Chiamulera (2010), em “Identidade em performance: um estudo etnográfico sobre as festas de capela no berço da quarta colônia de imigração italiana/RS”, aborda a questão identitária do imigrante italiano através da análise de cinco festas de capela no município de Silveira Martins, pertencente à quarta colônia e subcapítulo que trata do fenômeno migratório entre Itália e Brasil, com foco no caso Quarta Colônia. Levanta também questões referentes ao trabalho e a religiosidade; Nardi (2007), em “O meio rural da quarta colônia de imigração italiana como tema e cenário turístico”, possui informações sobre o município de São João do Polêsine bem como o contexto social e político brasileiro e italiano no período da imigração, assim como suas causas, e a formação do território que constitui a Região da Quarta Colônia de Imigração Italiana a partir da fundação do quarto núcleo colonizador italiano no Rio Grande do Sul; Pegoraro (2013), ao tratar dos nomes das cidades da quarta colônia, traz informações a respeito do município de estudo, São João do Polêsine, bem como o contexto histórico, abrangendo aspectos geográficos, econômicos, sociais e identitários da quarta colônia de imigração italiana, em “Estudo dos nomes das cidades da quarta colônia de imigração italiana do Rio Grande do Sul”; Pozzebon (2013), em “Estratégias de preservação para o acervo fotográfico do centro de pesquisas genealógicas de Nova Palma, RS” possui um capítulo sobre a imigração italiana e a quarta colônia, bem como trata da memória da imigração e a construção da italianidade; Silva (2014), em “Turismo e desenvolvimento territorial na quarta colônia- RS – Brasil: uma abordagem na perspectiva do capital social”, recorte para a delimitação empírica que realiza da quarta colônia, com breve histórico sobre a região, aspectos geográficos e populacionais, principais atividades econômicas, atrativos turísticos e aspectos gerais da governança regional (consórcio, fóruns e associações); Stecker (2010), apesar do enfoque turístico e recorte das cidades de Santa Maria e Silveira Martins, apresenta discussões sobre patrimônio cultural e a importância de

sua preservação em “Rota turística e gastronômica Santa Maria – Silveira Martins: o desenvolvimento do turismo na quarta colônia de imigração italiana”; Stefanello (2010) em sua dissertação “História, Memória e Patrimônio: fundamentos e sensibilizações da comunidade de Nova Palma (Centro de Pesquisa Genealógicas e Museu Histórico)” apresenta, na fundamentação histórica, síntese sobre o processo imigratório da região da quarta colônia, bem como discussão sobre a cultura, memória e identidade; já em sua tese “Memórias Familiares: um estudo da imigração italiana na Quarta Colônia Imperial (Rio Grande do Sul, Brasil)”, ao reconstituir a trajetória da Itália ao Brasil, de duas famílias específicas ao estudar a construção das memórias familiares dos imigrantes na região da quarta colônia, aborda os fatos ocorridos na Itália que propiciaram a migração assim como discussões sobre memória e identidade destes imigrantes (STEFANELLO 2015); e na dissertação de Vendrame (2007), em “‘Lá éramos servos, aqui somos senhores’: a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877 – 1914)”, destaque para a abordagem sobre a fé e a estruturação inicial da região da colônia Silveira Martins, a forma como esses imigrantes se organizaram e se desenvolveram na região.

Considerando enfoque na Quarta Colônia de Imigração Italiana, ressaltando a utilização das teses e dissertações para embasar a Questão Religiosa dos imigrantes, destaca-se Barichello (2010), em “Patrimônio cultural religioso e negociação da identidade do imigrante italiano da quarta colônia imperial de Silveira Martins e região central do Rio Grande do Sul.”; Coelho (2011), em “Seguindo Maria: turismo cultural – religioso para Santa Maria e região / RS”, em que faz um apanhado sobre religiosidade na região de Santa Maria e região a fim de elaborar um roteiro turístico; Manfio (2015), ao tratar da vida do Padre Luiz Sponchiado, aborda a religiosidade e atuação dos padres no período da colonização italiana na Quarta Colônia, bem como aspectos da recuperação de memórias da imigração e suas origens na formação de uma identidade em “Entre o sacerdócio e a pesquisa histórica: a trajetória de Padre Luiz Sponchiado na quarta colônia de imigração italiana – RS”; Piccin (2009), em “O Código Cultural Religião como uma das Manifestações da Identidade Cultural da Quarta Colônia de Imigração Italiana/RS”, em que busca compreender o código religião na vida dos habitantes da quarta colônia, resalta símbolos religiosos por meio de fotos e abordagem histórica, nos municípios de análise, os quais são apresentados em forma de “Guia Turístico da Religião”, e no subcapítulo “A religião católica materializada nos símbolos religiosos” faz breve explicação sobre os capitais da

quarta colônia de imigração italiana e cita 3 capitéis em São João do Polêsine; e por fim Vendruscolo (2009), com abordagem dada à religiosidade na construção da identidade na região da quarta colônia na dissertação “Somos da Quarta Colônia’: os sentidos de uma identidade territorial em construção”.

Referente ao assunto específico de capitéis construídos na região da quarta colônia pelos imigrantes italianos, foi selecionada a monografia de Tura (2012), intitulada “Capitéis: fé e religiosidade na Quarta Colônia de Imigração Italiana no Rio Grande do Sul (Nova Palma 1890 - 1925)”, pois trata especificamente sobre capitéis na região da Quarta Colônia, os localizados na cidade de Nova Palma, realiza investigação sobre fé e religiosidade e faz o mapeamento, o registro de características construtivas, sua função social e elementos arquitetônicos dos capitéis construídos no período delimitado, versa aspectos da religiosidade entre os imigrantes italianos, os capitéis como patrimônio cultural material assim como busca compreender o contexto histórico que cercou a construção destes capitéis. Já na dissertação de Vizzoto (2014), expõe os bens culturais de Vale Vêneto através de sua história de fé e trabalho, faz menção aos capitéis existentes no distrito estudado sob o viés do patrimônio histórico e cultural, porém não se trata de análise arquitetônica. Dispõe o apontamento de cinco capitéis localizados no distrito de São João do Polêsine, Vale Vêneto.

Ainda considerando teses e dissertações, porém com abordagem voltada para o patrimônio como um todo, o trabalho “O patrimônio material no estado do Rio Grande do Sul: políticas, ações e preservação” de Dias (2012), trata de preservação e patrimônio, da ação do IPHAN no estado do Rio Grande do Sul e dos demais agentes de preservação. Também aborda a representatividade das etnias na valorização de bens e de que forma elas contribuem para elevá-los a categoria de patrimônio. Na tese de Meira (2008), intitulada “O patrimônio histórico e artístico nacional no Rio Grande do Sul no século XX: atribuição de valores e critérios de intervenção”, há a compreensão sobre o tema preservação e patrimônio, o entendimento sobre as políticas de preservação do patrimônio e uma análise na trajetória de preservação do IPHAN.

Na linha de patrimônio arquitetônico, porém mais especificamente trabalhando o patrimônio edificado da imigração italiana, destacam-se a dissertação “O Patrimônio Arquitetônico e a Paisagem Cultural em Sítios Históricos Rurais de Imigração Italiana”, em que De Luca (2007), mesmo com foco na região de Santa Catarina, faz um

apanhado sobre conceitos de patrimônio, ações e os agentes de preservação no Brasil, o inventário como meio de proteção do patrimônio cultural, o processo de colonização da imigração italiana, o estudo dos conjuntos edificados pela imigração italiana, as quais são singulares no contexto nacional e como este imigrante transformou seu entorno; a tese de Peres (2008), “Legado da tecnologia construtiva de imigrantes italianos ao patrimônio arquitetônico de Pelotas” em que realiza uma investigação a respeito das técnicas construtivas empregadas nas obras de construtores italianos ou seus descendentes no final do século XIX e início do século XX em Pelotas, da tecnologia construtiva utilizada na Itália no século XIX e um apanhado sobre o “saber técnico” dos imigrantes; na tese de Rech (2016) “Habitar um monumento: la ciudad de Antonio Prado como síntesis de la arquitectura de una región” é realizado um estudo comparativo entre a arquitetura produzida em terras italianas, de onde saíram os imigrantes, e a arquitetura construída posteriormente por eles no Brasil; em Thies (2018) com “Inventário de sete edificações em alvenaria de tijolo na zona rural de Silveira Martins – RS”, é realizado o inventário arquitetônico de sete edificações, selecionadas conforme critérios definidos, em tijolo e sem reboco da zona rural de Silveira Martins – RS, e comparadas suas plantas baixas com casas da região de Vêneto, Itália, a fim de verificar se seguem as mesmas configurações espaciais.

Considerando livros publicados, para o resgate dos aspectos históricos da imigração italiana no Rio Grande do Sul, há um vasto número de literaturas, com destaque para as publicações de Manfroi (1975), que aborda as origens políticas e econômicas da colonização europeia no Brasil, o quadro sociocultural das colônias italianas no estado do Rio Grande do Sul, bem como a importância da religião católica para os colonos, que se apegaram a ela para vencer os desafios da nova pátria e sua relevância para a integração social e de identificação cultural; a “História da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul, de Giron e Herédia (2007); Possamai (2005) em “Dall’italia siamo partiti’: a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945)” levanta questões sobre identidade coletiva entre os imigrantes italianos e seus descendentes; já em “A presença italiana no Brasil”, ressalta-se artigo de Rovílio Costa que trata do culto à Maria entre os descendentes de italianos no Rio Grande do Sul, ou seja, referente à religiosidade de imigrante no estado (DE BONI, 1987); no volume II de “A presença italiana no Brasil”, destaque para o artigo de Santin e de Sponchiado (DE BONI, 1990); em “*Far la*

Mérica”, De Boni e Costa (1991) narram a chegada dos imigrantes ao estado e a evolução histórica a partir da chegada, com imagens de documentos e fatos do dia-a-dia; ainda “Os italianos do Rio Grande do Sul” com um compilado de estudos sobre a imigração no estado realizado pelos autores (DE BONI; COSTA, 1979).

Quanto aos livros publicados a respeito da colonização italiana com foco na quarta colônia, há “Italianidade no Brasil meridional: construção da identidade étnica na região de Santa Maria”, no qual Zanini (2006) trata da formação e da reelaboração da identidade ítalo-brasileira e suas diversas formas discursivas; Santin (1986) em “A imigração esquecida”, através de seu trabalho despretensioso de frequentar festividades na região, ouvir seus moradores mostra uma explicação sobre a evolução histórico-social e econômica da quarta colônia; Santin e Isaia (1990), com “Silveira Martins: Patrimônio Histórico-Cultural.” em que apresentam a evolução histórico-social e econômica da quarta colônia da imigração italiana, instalada na Serra de São Martinho; Marin (1999) em “Quarta Colônia: novos olhares” compila uma série de trabalhos de nível acadêmico resultantes de pesquisas de diferentes áreas sobre o quarto núcleo de colonização italiana no Rio Grande do Sul, a ex-colônia Silveira Martins; “Povoadores da Quarta Colônia”, Rigui, Bisognin e Torri (2001), em comemoração aos 125 anos da Imigração Italiana no RS, apresentam além do panorama histórico do Brasil e da Europa, documentos, imagens, localizações territoriais e uma listagem com a relação de imigrantes chegados e estabelecidos em cada núcleo; no livro paradigmático “Quarta Colônia: terra, gente e história” resultante de sua dissertação de mestrado, Fagan (2015) apresenta de forma diferenciada a história da imigração na região; “Quarta Colônia: construção do planejamento municipal e regional”, Bevilacqua, Rorato e Colusso (2010), obra com enfoque em planejamento, é dividida em duas partes, uma que trata da produção de conhecimento sobre os municípios e região da quarta colônia e a segunda sobre as proposições para o planejamento municipal e regional; e ainda “Imigração e 4ª colônia: Nova Palma e Pe. Luizinho”, em que Sponchiado (1996) apresenta dados e fatos a respeito do surgimento da Quarta Colônia de Imigração Italiana no RS.

Na compreensão da arquitetura ítalo-descendente, se fazem de grande valia as obras de Weimer (1983) com “A arquitetura no Rio Grande do Sul”, que contém o artigo de Paulo Iroquez Bertussi, “Elementos de arquitetura da imigração italiana”, em que aborda, apresentando fotos e mapas, a arquitetura desenvolvida de 1875 a 1950 nas colônias de imigração italiana, contemplando outros elementos culturais além dos

arquitetônicos; Gutierrez e Gutierrez (2000) realizam um estudo sobre a arquitetura e os assentamentos dos ítalo-gaúchos entre os anos de 1875 e 1914, urbanos mas principalmente rurais das cidades situadas no Planalto Central, no Nordeste do Rio Grande do Sul, analisando diversas construções, incluindo capitéis; e Posenato (1983) em “Arquitetura da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul, em que explora a arquitetura da imigração, seus conceitos e características, materiais, programas arquitetônicos, técnicas e elementos construtivos e ornamentais, e como preservá-la.

No livro “Quarta Colônia: patrimônio cultural”, Bevilacqua, Rorato e Colusso (2010), organizaram imagens do patrimônio cultural material e imaterial que foi documentado na região através do Projeto de Planejamento Ambiental da Quarta Colônia.

Em “Belas Aldeias Italianas”, livro de Posenato (1987) em que apresenta fotografias de aldeias do norte da Itália visitadas pelo autor em maio de 1987, em sua pesquisa pelas regiões que contribuíram com a maior parte da imigração italiana para o interior do Rio Grande do Sul, reserva espaço para escrever sobre as ermidas, em que traz informações a respeito da origem dos capitéis na Itália e sua relação com os construídos pelos imigrantes no Brasil.

Nas pesquisas organizadas por Coelho (2016), são abordados os capitéis da cidade de Ivorá, sob o enfoque do turismo cultural religioso. O estudo resultou em um livro intitulado “Capitéis da Paróquia de Ivorá/RS”, que compila esses elementos e frisa sua relevância como conjunto patrimonial legado pelos colonizadores italianos na região. O material como um todo, é de grande valia para a dissertação que se pretende desenvolver, pois dimensionou a importância dos capitéis como bens materiais que preservam a memória, cultura e identidade histórica local e regional.

Específico sobre os capitéis há ainda o recente lançado, reforçando a relevância da presente pesquisa, “O livro do capitel”, em que o jornalista Fabiano Mazzotti apresenta fotografias e a história de cada um dos capitéis remanescentes da antiga Colônia Dona Isabel, hoje municípios de Bento Gonçalves, Monte Belo do Sul, Pinto Bandeira e Santa Tereza, com base na pesquisa monográfica realizada em 1981 por Carmelina Ferrari, Leonildes Ferrari, Loiva Carraro, Nelsy Ballista e Sueli Ferrari, as quais ganharam destaque de coautoria (MAZZOTTI, 2018).

É igualmente primordial a revisão bibliográfica a respeito das concepções de patrimônio, como a abordagem de Lemos (1987), que além das definições básicas, trata da preservação do patrimônio cultural como um todo, bem como “A alegoria do

patrimônio”, em que Choay (2017) realiza uma investigação para esclarecer o culto ao patrimônio e seus excessos e sua relação com a crise da arquitetura e das cidades.

Com relação à artigos publicados, para que não se torne repetitivo, serão apenas enumerados e classificados nos eixos temáticos delimitados, visto que na sua maioria são resultados de teses, dissertações ou livros já citados.

Enquadram-se no tema de Imigração Italiana no Rio Grande do Sul, os seguintes: “Familismo e ética do trabalho: o legado dos imigrantes italianos para a cultura brasileira”, de Colbari (1997); “Viajantes italianos, imigração e italianidade no Brasil”, de Constantino (2012); “A imigração europeia no século passado: o programa de colonização no Rio Grande do Sul” de Herédia (2011); “As heranças e os usos contemporâneos do legado cultural ítalo-descendente nas regiões sul e sudeste do Brasil: reflexões preliminares”, de Panis (2010); “As memórias da imigração no Rio Grande do Sul”, de Santos e Zanini (2010); “Especificidades da Identidade de descendentes de italianos no sul do Brasil: breve análise das regiões de Caxias do Sul e Santa Maria”, Idem (2009); “O trabalho como categoria étnica: um estudo comparativo da ascensão social de imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1975)”, Idem (2009); “A trajetória de dois imigrantes italianos no Brasil Meridional (1878 – 1900)”, de Vendrame (2014); “O audacioso projeto de um imigrante vêneta: aspectos da imigração italiana no sul do Brasil (1878)”, Idem (2012); “Imigrantes italianos no Brasil meridional: práticas sociais e culturais na conformação das comunidades coloniais”, Idem e Zanini (2014) e “Fé escrita: elementos literários da imigração italiana no Sul do Brasil”, de Zanini (2013).

Os artigos que condizem com o eixo-temático da Quarta Colônia de Imigração Italiana no Rio Grande do Sul são: “A Quarta Colônia de imigração italiana: a valorização cultural da região”, de Benaduce e Manfio (2010); “Quarta Colônia de Imigração Italiana/RS: uma abordagem sobre a cultura e identidade”, Idem (2017); “A trajetória de Padre Luiz Sponchiado na região da quarta colônia”, de Biasoli e Manfio (2014); “Quarta colônia: identidade, fundação, costumes e tradições de Vale Veneto”, Felin (2013); “Quarta colônia de imigração italiana na região central do Rio Grande do Sul: os sítios históricos na construção do patrimônio e da paisagem cultural”, de Figueiredo (2014); “A Quarta Colônia de imigração italiana: uma paisagem cultural na região central do Rio Grande do Sul”, de Manfio (2012); “Pertencimento étnico e territorialidade: italianos na região central do Rio Grande do Sul (Brasil)”, Zanini

(2008); e “Reflexões sobre o colono italiano na região central do Rio Grande do Sul: breves problematizações antropológicas”, Idem (2009).

Os dois artigos específicos sobre capitéis da região da quarta colônia são: “Capitéis: o turismo cultural religioso em Ivorá/ RS – BR”, de Bezerra, Cargnelutti e Coelho (2013) e “Os capitéis de Ivorá/RS-BR e sua importância para o turismo local” (BEZERRA; COELHO, 2012). Com relação ao tema capitéis, porém de outra região do estado, município de Rolante, há os artigos “Patrimônio cultural da imigração italiana no sul do Brasil: os capitéis como espaços de (re)produção de memória e de identidade” e “Os capitéis como lugares de devoção e de celebração em comunidade: representação, memória, e identidade de uma colônia italiana no sul do Brasil”, ambos de Gevehr e Nandi (2015, 2016). Por fim, os artigos de Souza (2016), “O legado estético da colonização italiana no sul do Brasil” e de Gasparly e Venturini (2016), “O legado arquitetônico da imigração italiana no Rio Grande do Sul: o moinho Moro”, se enquadram no eixo temático de Patrimônio edificado da imigração italiana.

2.2 A IMIGRAÇÃO ITALIANA NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL

Com a vinda da corte portuguesa de D. João para o Brasil, em 1807, expulsa de Portugal após a invasão das tropas francesas motivadas pela recusa de participação de Portugal no bloqueio continental contra a Inglaterra, o país até então submisso e estagnado recebeu incentivos para transformação da colônia em “reino digno das tradições portuguesas.” Desta forma o decreto de 28 de janeiro de 1808, além de outras medidas, abriu os portos brasileiros ao comércio internacional (MANFROI, 1975).

Outro decreto, o de 25 de novembro de 1808, foi o marco revolucionário do povoamento no Brasil, já que permitia os estrangeiros aqui residentes a se tornarem proprietários de terras. Juntamente, para atrair trabalhadores europeus, foi iniciada uma política de imigração estrangeira para impulsionar uma mudança econômica, política e social no Brasil (MANFROI, 1975).

Com a imigração europeia o governo pretendia, através da pequena propriedade explorada por homens livres,

[...] instaurar uma agricultura subsidiária, aumentar a população para favorecer a implantação de indústria e comércio, formação de um exército para garantir a segurança interna e servir a política expansionista nas províncias cisplatinas, preparar a abolição do tráfico de escravos e criar uma classe média formada por homens livres. (MANFROI, 1975, p. 21, 22).

Para tanto agentes do governos faziam o recrutamento de imigrantes na Europa, com contratos que prometiam transporte gratuito, concessão de um lote de terras e instrumentos para o trabalho rural, sementes, ajuda financeira durante o período inicial, assistência médica, religiosa, além de outras vantagens (MANFROI, 1975).

A vinda de suíços, em 1819, para Nova Friburgo no Rio de Janeiro foi a primeira experiência de colonização realizada pelo governo, fracassou, visto as falhas por parte do governo, tornando muito onerosa e pouco vantajosa a operação. Outras tentativas ocorreram durante a permanência da Corte no país, válidas pela intenção, porém com pouco resultado (MANFROI, 1975).

Mesmo com a volta do rei para Portugal em 1821 e a independência do Brasil em 1822, o Imperador D. Pedro deu continuidade à experiência de colonização, vista com maus olhos pelos latifundiários, preocupados com a preservação da mão de obra escrava. Estes grandes proprietários se sobressaíram politicamente após a independência e reagiram fortemente à campanha de colonização, o que fez com que ela fosse abandonada até a definitiva abolição da escravatura, que estava em forte debate no país. A abolição só se deu, de fato, após 1852, após forte pressão por parte da Inglaterra, o que fez com que a mão de obra diminuísse severamente e preocupasse os fazendeiros de café, visto que a cultura estava em expansão e necessitava de grande mão de obra, mais que o açúcar. Com isso, alguns fazendeiros decidiram por retomar a imigração eles próprios, sendo a primeira experiência do Senador Nicolau Vergueiro, em 1847, com a instalação de 80 famílias alemãs (400 pessoas) em sua fazenda em São Paulo. Porém essa colonização particular foi prejudicial para a imagem do Brasil na Europa pois as condições dos trabalhadores gerou muitas reclamações, visto que o contrato de parceria assinado possuía vários ambiguidades, que desfavoreciam os imigrantes e acabava reduzindo-os à escravos. Após pressões do governo, os contratos de parceria, como ficaram conhecidos que fundamentavam-se na divisão do trabalho e não da propriedade, foram extintos fazendo com que alguns fazendeiros retomassem o trabalho escravo e outros

adotassem o pagamento de salários, esse prevalecendo por todo o período da grande imigração italiana do final do século XIX (MANFROI, 1975).

De acordo com Manfroi (1975), o crescimento da imigração do final do século XIX, foi motivada na verdade pela crise econômica italiana e não pela colonização-propaganda dissipada pelo governo brasileiro. O final da escravidão e o crescimento migratório foram então coincidências históricas.

O período caracterizado de colonização-propaganda, que visava o estabelecimento de uma corrente de imigração foi insignificante, visto que o Brasil recebeu, entre 1819 a 1850, 25.590 imigrantes europeus em face de 40 ou 50 mil escravos africanos transportados para o país por ano. Mesmo após a abolição da escravatura e da retomada da política de imigração, o número continuou inexpressivo. Somente em 1875 a situação começou a mudar com um número crescente de imigrantes chegando a cada ano, mesmo com a suspensão dos favores em 1879. Este mesmo governo, o qual disseminava a colonização propaganda, visando uma imigração preventiva à abolição, quando atingida, não pelos esforços do governo, mas sim pela crise na Itália, a qual fez milhares de pessoas emigrarem, abandonou as colônias a sua própria sorte, sendo que a política ambígua brasileira foi prejudicial não somente para a colonização mas para todo movimento de imigração (MANFROI, 1975).

Em 1850 foi retomada a colonização relacionada diretamente com a abolição do tráfico, e foi lhe dada uma legislação definitiva através da lei nº 601 de 18 de setembro desse mesmo ano. Em 1867, o governo, diante das críticas dos países europeus e consequente inexpressiva vinda de imigrante, tomou iniciativas para incentivar essa vinda com um decreto que conferia inúmeras vantagens para os colonos europeus. Já a retomada em 1870 da colonização pelo governo imperial foi na verdade motivada pela intensa propaganda abolicionista. A suspensão, em 1879 de todos os favores contidos no decreto de 1867 deveu-se a alta na corrente imigratória. Assim percebe-se que na verdade o governo brasileiro estava preocupado em suprir a falta de mão de obra nas fazendas de café e substituir a escrava, ou seja a colonização era meta secundária mas necessária para atingir o objetivo prioritário – mão de obra. Isso explica o abandono das colônias do RS logo após sua fundação (MANFROI, 1975).

Em 1888, ano da abolição da escravatura no Brasil, foi também o ano da crise econômica na Itália, real responsável pelo crescimento da imigração no Brasil no final

do século XIX. Nesse período o país recebeu mais de um milhão de imigrantes italianos que buscavam trabalho ou terra que foram na maioria, empregados como operários assalariados ou enviados às colônias do Rio Grande do Sul, em sua minoria (MANFROI, 1975).

Reforça Bertussi (1983) que a imigração foi necessária principalmente para, além da colonização, suprir a falta de mão de obra para a lavoura cafeeira em expansão em vista da iminente abolição da escravatura.

Neste contexto, há de se compreender a situação da Itália em 1870, já que sua emigração está diretamente ligada ao fato político da unificação, que significou a vitória do capitalismo sobre as antigas instituições. Por ter sido um movimento elitista, a unificação só agravou os problemas sociais como a falta de terra e o desemprego. Com a miséria e fome generalizada, o camponês italiano passava por grandes dificuldades, trabalhando sempre para um patrão e recebendo pouco em troca, não conseguindo ser proprietário da terra. Juntando as propagandas magníficas oferecidas pelos agentes de imigração, o esgotamento de terras, as crises agrícolas, políticas, sociais e do sistema econômico como um todo, são as causas que muito contribuíram para as emigrações em massa italianas, ou nas palavras de Santin (1990, p. 449) “emigrar era a solução para fugir da miséria e da guerra”. Os grandes responsáveis pela emigração no primeiro período foram o Piemonte, a Lombardia e o Vêneto, localizados no norte da Itália (DE BONI; COSTA, 1979).

Foi obra do governo imperial a colonização italiana no Rio Grande do Sul, no período crítico dos debates abolicionista. A colonização alemã já havia percorrido longo caminho nesta época e em 1875 as melhores terras do estado eram ocupadas pela população luso-brasileira e pelos colonos de origem alemã. Foi na zona que restou da parte superior da Encosta da Serra, situada entre os Campos de Cima da Serra, ao Norte, e as colônias alemãs do Sul, que o governo provincial, em 1869, decidiu colonizar, a chamada mais tarde de, região colonial italiana.

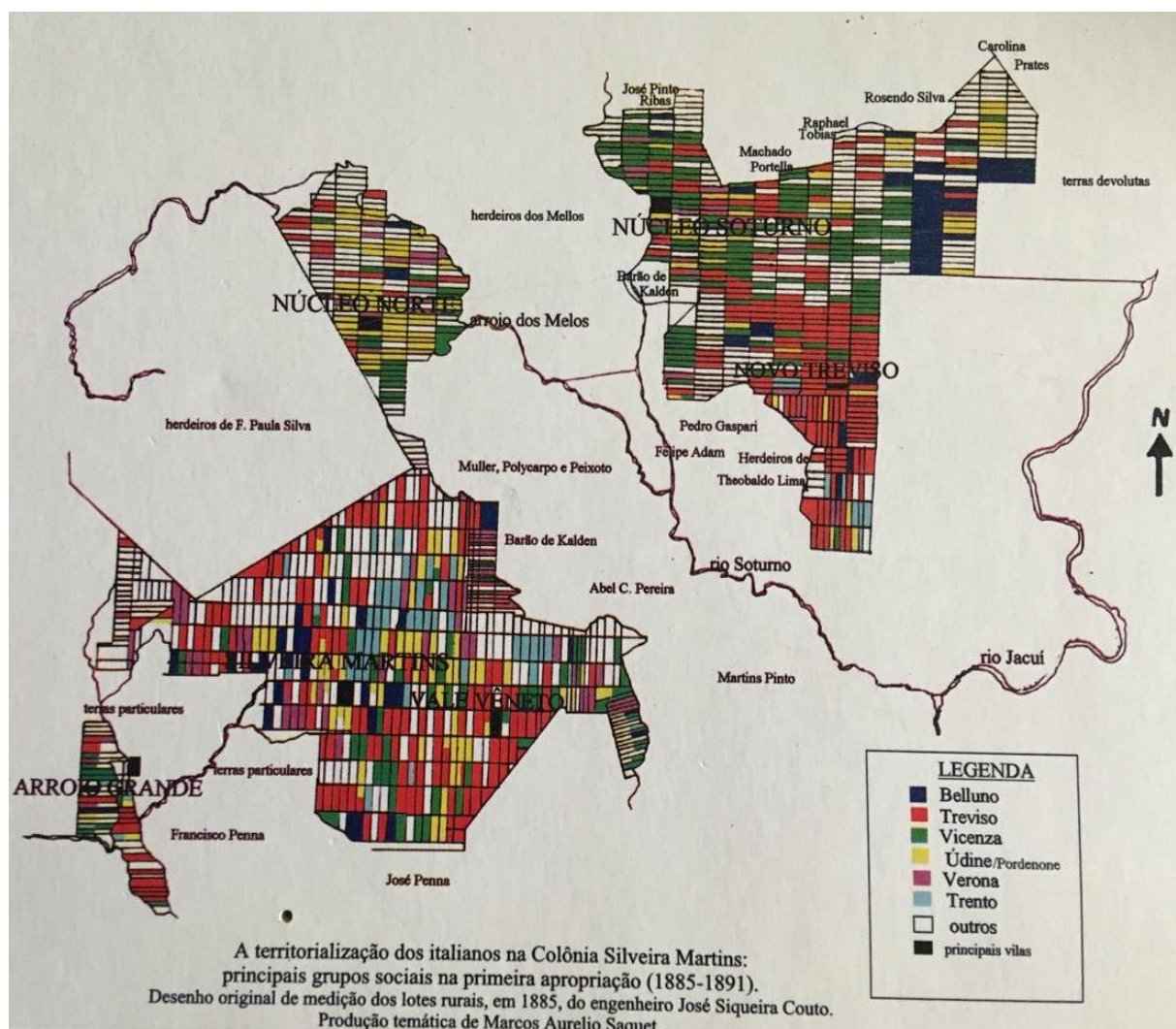
De acordo com De Boni e Costa (1979), a colonização provincial que foi de 1869 a 1875, com a fundação de duas colônias situadas nas terras livres entre o rio Caí, os Campos de Cima da Serra e o município de Triunfo, a Conde D’Eu e D. Isabel, fracassou. Em 1875 houve a retomada da colonização pelo governo imperial, promovendo o povoamento das duas já existentes e fundando, em 1875, uma nova colônia chamada Fundos de Nova Palmira, rebatizada em 1877 de Colônia Caxias. O governo resolveu criar uma quarta colônia, em que já haviam tido tentativas anteriores

de colonização, e em 1877 foi fundada a colônia de Silveira Martins, situada no “coração geográfico da Província” (MANFROI, 1975, p. 64).

Assim as colônias Conde D’Eu, D. Isabel, Caxias e Silveira Martins, considerados os quatro centros principais da colonização italiana no RS, conheceram, a partir de 1876, um desenvolvimento tão rápido que, em poucos anos, todas essas regiões foram inteiramente ocupadas e cultivadas pelos imigrantes italianos e seus descendentes. (MANFROI, 1975, p. 64).

Na Figura 2, mapa da territorialização dos italianos na quarta colônia, Colônia Silveira Martins, com a demarcação do local de origem dos imigrantes vindos entre 1885 e 1981.

Figura 2 – Colônia Silveira Martins com a demarcação do local de origem dos imigrantes instalados entre 1885 e 1991.



Fonte: SAQUET, 2003.

A fase da colonização republicana foi dirigida pelos governos estadual e federal, sendo marcada por uma política mais administrativa e anti-imigratória, tendo em vista que desde 1895 a colonização já representava um peso no cofres públicos e, em 1903, as levas de imigrantes começaram a aumentar notadamente, atingindo proporções prejudiciais à economia local, assim todos os créditos para a imigração foram extintos em 1914, dando fim à imigração subvencionada no estado (MANFROI, 1975).

Além das quatro principais, outras colônias surgiram como Antônio Prado e Alfredo Chaves. Por volta de 1890 surgem Guaporé e Encantado. Com o crescimento demográfico e o esgotamento de lotes, por volta de 1910 iniciaram as migrações para o Alto Uruguai e, a partir de 1920, para Santa Catarina e Paraná (DE BONI, COSTA, 1979).

A fisionomia social do Rio Grande do Sul foi modificada pelas chegada dos imigrantes europeus através do enriquecimento dos valores espirituais, culturais e materias trazidos por eles, formando uma sociedade com características próprias e originais que diferenciam o estado no cenário brasileiro (MANFROI, 1975).

2.2.1 A Religiosidade do Imigrante

A religião dos imigrantes italianos é também uma religião de caráter cultural, com evidente cunho agrário, cujos valores religiosos e sua expressão normativa tendem a identificar-se com as da sociedade. (DE BONI, COSTA, 1979, p. 146).

Quando chegaram ao Brasil os imigrantes sentiram-se perdidos, pois seu mundo cultural ficou para trás, junto com os pequenos povoados da Itália do qual saíram. Com adaptações e de forma espontânea, aos poucos, conseguiram reconstruí-lo, tendo como referência a sociedade rural italiana de onde provinham. O novo mundo cultural girava em torno da religião, com a sensação transcrita por De Boni e Costa (1979, p. 146) “[...] que, fora dela, não havia outra forma de vida social”. Os autores transcrevem com propriedade a relação entre o isolamento, o sentimento de abandono e a força da religiosidade que os manteve unidos (p. 146)

Num ambiente de cristandade, privados de participação política, geográfica e culturalmente insulados entre as montanhas, lutando até quase o desespero para sobreviver no meio da selva, foi ao redor da religião que surgiram comunidades espontâneas de relações primárias – as capelas – as quais, por um bom período, pareciam cristalizar aos seu redor as formas todas de relacionamento religioso e social. (DE BONI; COSTA, 1979, p. 146).

Nesse sentido, reforça Lorenzatto (1999, p.140) o sentimento dos imigrantes após sua chegada no Brasil

Quando, após longa e terrível viagem, atingiram o destino, sentiram profunda nostalgia, pela falta de templos, missas, bênçãos e da presença confortadora dos sacerdotes, seus verdadeiros amigos, que os advertiriam das ingentes dificuldades que haveriam de encontrar. (LORENZATTO, 1999, p. 140).

O autor complementa apontando como os domingos não eram mais festivos e sociais, e de que forma as famílias se organizaram a fim de construir suas “rústicas igrejinhas” ou “toscas capelinhas e rústicos “capitéis” (=oratórios)” (p. 140), em homenagem aos santos, como Nossa Senhora da Saúde, do Caravaggio, de Pompei, de São Pedro, José, São Paulo, São Marcos, Santo Antônio, São Roque, dentre outros, locais estes para se encontrar e celebrar sua fé. A construção se dava com a doação de um terreno por parte de alguma família, outra ofertava o santo e em conjunto erguiam seu local de fé. Nos domingos e dias santos a pessoa mais instruída era responsável pelas orações, puxar o terço, ler e explicar o evangelho, encomendar os mortos, surgindo assim o papel do padre leigo (LORENZATTO, 1999).

Conforme Santin e Isaia (1990) a presença do padre era uma prioridade na vida dos imigrantes, encarado por eles como o primeiro passo de desenvolvimento, dando assim ao pároco um papel de liderança, que por vezes era quase absoluta. Por isso, os imigrantes mandavam angustiantes cartas para os parentes e párocos italianos pedindo sacerdotes, pois não se contentavam com visitas esporádicas, mas sim desejavam padres conhecedores de sua língua e de seus costumes (RUBERT, 2003; LORENZATTO, 1999).

Salienta Marin (1999) a importância da religiosidade na vida dos imigrantes, a qual desempenhou um importante papel na organização e reconstrução do grupo na nova pátria. Além disso, frisa o rígido sistema de valores morais e de costumes destes imigrantes quanto ao isolamento em que se mantinham as comunidades imigrantes em relação à sociedade gaúcha, que facilitava os ensinamentos e doutrinação da Igreja Católica.

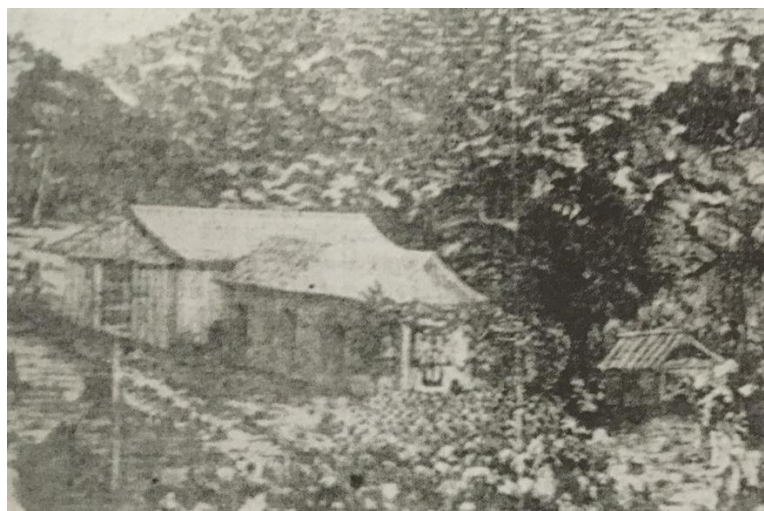
Para Posenato (1983, p. 312) “o papel desempenhado pela religião católica no âmbito da imigração italiana no Rio Grande do Sul foi de dimensão bem mais profunda que qualquer outro fator na influência exercida sobre os indivíduos e a sociedade [...]”, mesmo que, inicialmente, a presença dos sacerdotes na assistência religiosa fosse esporádica, analisar a cultura rural da imigração italiana sem ter em mente a presença de forte religiosidade leva a conclusões distorcidas.

A religião foi eleita pela consciência coletiva dos imigrantes como um elo entre os indivíduos da comunidade, ou seja, representava sua afirmação coletiva como grupo social, da mesma maneira que a casa representava sua afirmação individual como proprietário (POSENATO, 1983).

Para Merlotti (1979), a forte convicção religiosa carregada pelo colono italiano foi o que o alimentou e defendeu dos obstáculos que teve de enfrentar, além de nortear sua formação e em especial seu trabalho, auxiliando na conformação do espírito solidário presente neste povo.

De acordo com Battistel (1981), logo que os imigrantes chegaram na nova terra, de imediato, providenciaram um local para as orações, primeiramente a sombra de uma árvore, como exemplo, na Figura 3, a primeira missa celebrada próximo ao Barracão Val de Buia, em 19 de maio 1878 foi debaixo de uma barraca coberta com lençóis e ramos de árvores, pelo então Vigário de Santa Maria Pe. Marcelino de Souza Bittencourt (BATTISTEL, 1981; RIGHI, BISOGNIN, TORRI, 2001).

Figura 3 – Primeira missa dos imigrantes da Quarta Colônia, próximo ao Barracão Val de Buia.



Após construíram os capitéis (ermidas) em madeira, taipa ou tijolos, e logo após ou concomitantemente, as capelas, sendo estes locais a melhor maneira que encontraram para se organizarem socialmente. Na Figura 4, a primeira igreja do núcleo Vale Vêneto, Capela de São Francisco, de 1879 e a primeira de São João do Polêsine, construída, também em madeira, entre 1897 e 1898, tendo como padroeiro São João (BATTISTEL, 1981; RIGHI, BISOGNIN, TORRI, 2001).

Figura 4 – Capela de São Francisco, Vale Vêneto, à esquerda e Capela de São João, Polêsine, à direita



Fonte: (RIGHI, BISOGNIN, TORRI, 2001, p.90 e 231).

Ao abordar especificamente a Quarta Colônia, Rubert (2003), enfatiza que a Colônia Silveira Martins foi povoada por italianos católicos praticantes, com poucas exceções, os quais a fé se originava nos tempos mais remotos da evangelização ocidental. Maioria habitantes do Vêneto, estes distinguiam-se pela fé robusta, honestidade e espírito de trabalho, oriundos, quase em totalidade, das dioceses, com existência milenar e bem estruturadas, de Treviso, Pádua, Vicenza, Verona, Belluno-Feltre, Udine, Mantua, Veneta, Ceneda (Vittorio Veneto), Concordia, com abundante clero e numerosas paróquias. Compreende-se assim, o porquê a falta de assistência religiosa nas regiões de imigração e a escassez de padres era tão devastador para os imigrantes.

Segundo Marcon (1975) foi a religião católica o sustentáculo seguro e decisivo em que os imigrantes se apegaram para salvar sua identidade cultural e em virtude disso

[...] vencer todos os traumatismos da emigração, preenchendo o vazio encontrado na nova pátria adotiva e estruturando um tempo e um espaço congeniais, geradores de uma singular civilização ítalo-sul-rio-grandense. (MARCON, 1975, p. 8).

Além da religião ter sua importância assumida como fator de identificação cultural, foi ela que evitou o acaboclamento do imigrante, fator que atingiu outros grupos de imigrantes em outras regiões do país que também sofreram com o isolamento em meio a floresta, e permitiu a reconstrução do seu mundo cultural, devidamente adaptado (BONI; COSTA, 1979).

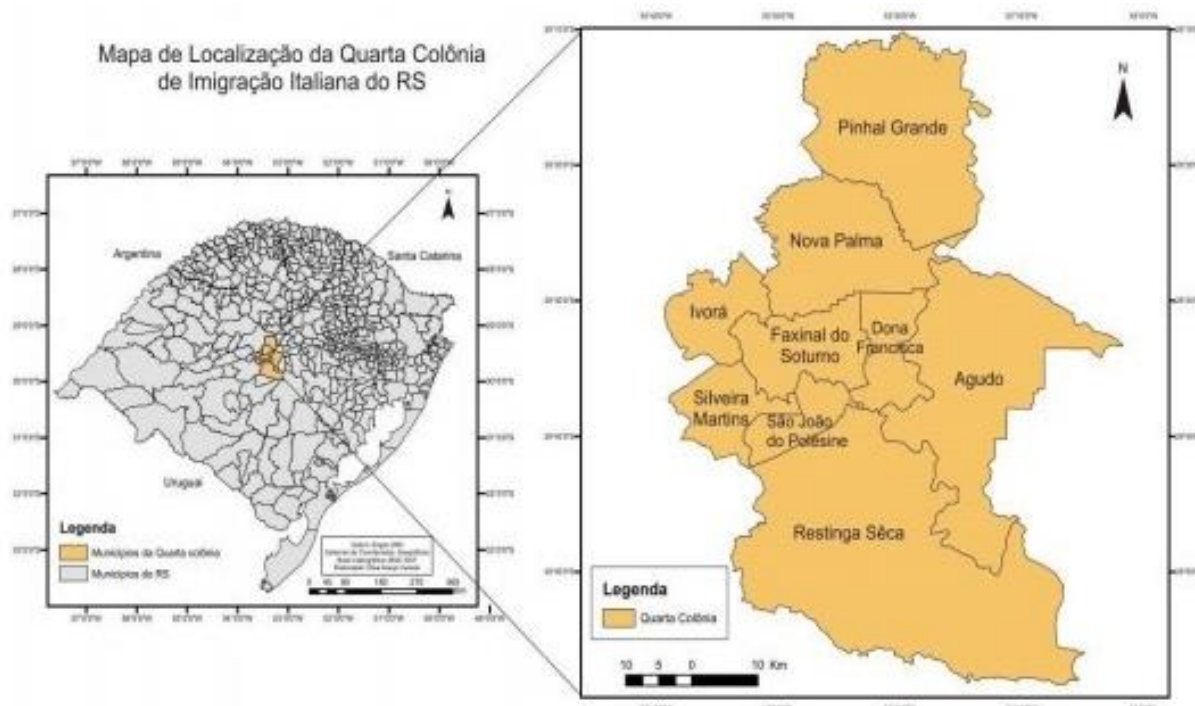
Neste contexto de religiosidade, a construção dos capitéis, objeto de estudo da pesquisa, está revestida de um universo religioso, no qual sua materialização representava algum tipo de graça, compreendida por seus criadores como uma forma de manifestação divina e evidência da força dos santos. Lembrando que a devoção aos santos foi trazida pelos imigrantes, sendo que na Itália cada Vila possuía seu padroeiro, e conforme Barzini (1966), eram venerados e considerados como protetores que auxiliavam nas adversidades e momentos de necessidade.

Destas constatações há a percepção da importância de se preservar estes locais que materializaram a fé e religiosidade, tão relevantes na vida do imigrante, visto que fizeram da religião “o primeiro e fundamental fator de persistência, união e prosperidade” (FOCHESATTO, 1977, p. 24), e como destacado por Manfroi (1975, p. 193) “Foi em torno da religião e da expressão de seus sentimentos religiosos que eles encontraram a própria identidade cultural, único meio capaz de evitar o desajustamento social”.

2.2.2. A Quarta Colônia de Imigração Italiana

Localizada na região central do estado do Rio Grande do Sul, entre os Campos do Planalto Médio, os Campos da Depressão Periférica Gaúcha e a Bacia do rio Jacuí, ocupando uma área de 2.781,5 Km², a Quarta Colônia (Figura 5) é formada atualmente pelos municípios de Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, São João do Polêsine, Restinga Sêca e Silveira Martins (FEE,2015).

Figura 5 – Mapa de localização da Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS com a conformação atual dos municípios



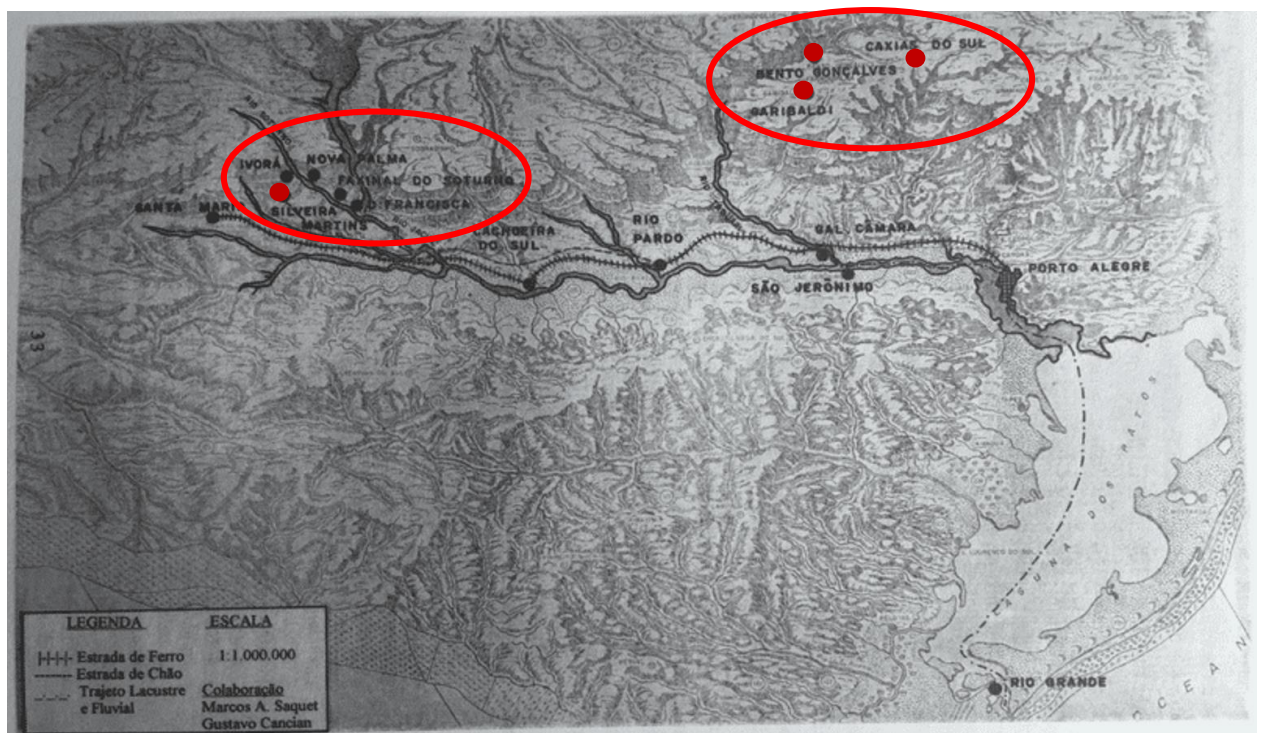
Fonte: (FIGUEIREDO, 2015).

Foi constituída em sua formação histórica por diversos grupos étnicos, principalmente alemães e italianos, além de nativos da região, portugueses e africanos. Iniciou sendo habitada por nacionais. Seu povoamento por estrangeiros iniciou em 1829, mercenários descendentes de alemães e russos que haviam participado das campanhas cisplatinas. Em 1835, fugindo da Revolução Farroupilha, chegaram colonos alemães vindos do Vale do rio dos Sinos. Em 1850 vieram os *brummer*, contratados pelo Brasil na guerra contra Rosas. Em 1869, foi fundada a Colônia Particular do Pinhal em cima da Serra (SPONCHIADO, 1990).

Segundo Santin (1999), a grande área chamada de Colônia Silveira Martins, criada no extremo Oeste da Serra de São Martinho, com 30 léguas em quadro, em que se instalaram os imigrantes italianos, era composta em parte por terras devolutas e pertencentes ao governo imperial, geralmente com topografia montanhosa, e em parte por terras pertencentes a particulares através de doações do governo imperial como pagamento pela participação na Guerra do Paraguai, com topografia plana.

Localizada no centro do estado, distante cerca de 400 Km da capital da província, o isolamento desta Colônia das demais já instadas ao Nordeste do RS (Figura 6) deu-se por diversos motivos, conforme afirma Piovesan (1999), dentre eles, o fato de Santa Maria possuir em seu território uma população com características peculiares aos imigrantes; razões políticas, como não concentrar muitos imigrantes em uma única área para evitar possíveis revoltas; e razões econômicas, pois a Colônia havia sido criada para abrigar russos-alemães, chegados em 1877, os quais não se adaptaram e sem apoio do governo brasileiro resolveram por deixar o barracão de Val de Buia, local onde ficariam até receber os lotes. Com o fracasso nesta tentativa de colonização, o governo da província tomou medidas para enviar italianos ao núcleo russo abandonado, a fim de não perder o custo das medições e da infraestrutura já realizada.

Figura 6 – Mapa com o trajeto dos imigrantes no RS em que é possível observar a distância entre as três primeiras Colônias, no nordeste do estado e a Quarta Colônia, no centro

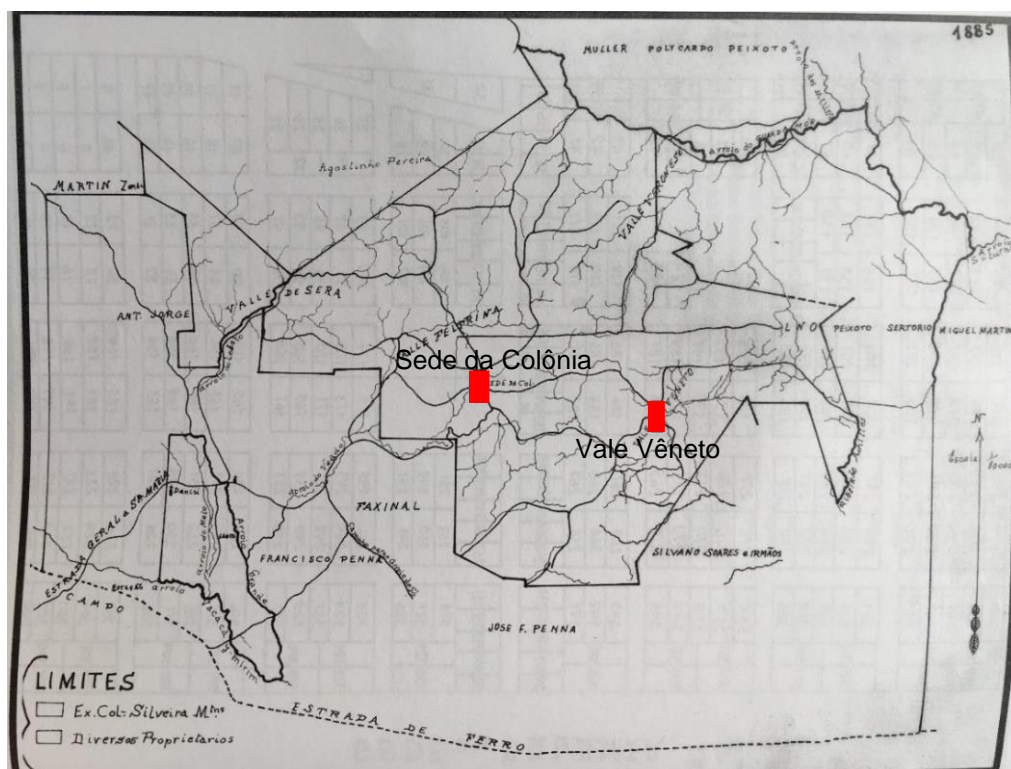


FONTE: (Arquivo do CGP de Nova Palma, modificado pela autora, 2019).

As primeiras 157 famílias, totalizando 462 pessoas, chegaram em 1877, no mês de setembro, ao barracão de Val de Buia, localizado nas proximidades do atual

monumento ao imigrante, na rodovia vicinal que segue para Silveira Martins. Chegaram e permaneceram no local até a demarcação e distribuição dos lotes, mais três grupos até o final do mesmo ano (SANTIN, 1999). Na figura 7 é possível observar o mapa da demarcação de 1885 da Ex-Colônia Silveira Martins com o núcleo sede e Vale Vêneto.

Figura 7 – Mapa da Ex-Colônia Silveira Martins, com a sede da Colônia e Vale Vêneto



Fonte: (RIGHI, BISOGNIN E TORRI, 2001, p. 14, modificado pela autora).

Como os lotes foram medidos com lentidão, os imigrantes eram obrigados a viver sob o mesmo teto, em tendas improvisadas. Homens, mulheres e crianças estavam submetidos a todas as intempéries da natureza, sem contar as péssimas condições de higiene e falta de atendimento médico culminaram em uma epidemia que dizimou boa parte destes primeiros imigrantes (MANFROI, 1975).

A contínua chegada de novos imigrantes, na sua maioria vênnetos, fez com que as autoridades fundassem novos núcleos: Arroio Grande, Vale Veneto, Soturno, Norte, Treviso e Dona Francisca (DE BONI; COSTA, 1979). Como esses núcleos não foram suficientes para abrigar as famílias que chegavam constantemente, além

daquelas que já haviam se fixado e necessitavam se expandir, ocorreu a “imigração interior”, “migração interna”, “reimigração” ou “enxameamento”, fenômeno no qual há “o deslocamento de pessoas de um meio rural para outro meio rural, motivados pelo excesso de população e/ou esgotamento de terra” (SPONCHIADO, 1996, p. 68). Assim, como segunda etapa de reimigração, houve a ocupação de vazios intermediários entre os núcleos, resultando em novos povoados, tais como Santos Anjos, Linha Guarda-Mor, São João do Polêsine e Faxinal do Soturno (RIGHI, BISOGNIN E TORRI, 2001).

Vale Vêneto, como já citado, se tornou o centro espiritual da colônia, em vista de ter tomado frente para trazer sacerdotes da Itália, bastante preocupados com suas necessidades espirituais, como citam Righi, Bisognin e Torri (2001, p. 91)

Enquanto os colonos do Vale estavam preocupados em atender suas necessidades espirituais, os da Sede, Città Nuova, mostravam-se indiferentes, pois possuíam líderes com outras ideias, liberais e políticas. E, quando algum colono expressasse seu desejo, era logo dissuadido. (RIGHI, BISOGNIN E TORRI, 2001, p. 91).

Além disso, recebeu a instalação de uma ordem Palotina em 1886, sendo a primeira comunidade Palotina na América do Sul, e em 1892 acolheu as Irmãs de Imaculado Coração de Maria com a construção do Colégio de Nossa Senhora de Lourdes (RIGHI, BISOGNIN E TORRI, 2001).

Santin (1999) destaca a triste situação do cotidiano destes pioneiros nos anos iniciais da chegada e que não era diferente da vivida pelos outros que haviam se fixado dois anos antes nas três colônias da Serra Gaúcha. As angústias vividas desde a decisão de emigrar da Itália, das separações diante da perspectiva de uma viagem sem retorno, a travessia em navios superlotados e em condições insalubres, o sentimento de abandono na chegada ao Brasil, em vista do não cumprimento das promessas tanto por parte dos agentes da emigração, como pelos administradores das Colônias. As decepções dos primeiros tempos foram sendo aos poucos dissipadas inicialmente com a alegria trazida pelas colheitas e mesas fartas, e finalmente com o apego surgido à nova pátria.

A reconstituição do ambiente de origem, através dos santos prediletos, **dos capitéis**, das igrejinhas, dos campanários e dos sinos, das cantorias, das festas tornaram-se os fundamentos desta nova pátria. (SANTIN, 1999, p. 15, grifo nosso).

Ainda de acordo com Santin (1999), as melhores condições de vida adquiridas, mesmo que com grandes esforços, fez com que os imigrantes reproduzissem em solo rio-grandense seu sonhado mundo italiano, longe da miséria e exploração que lhe eram impostas pelo sistema econômico de uma Itália ainda feudal. Assim, o processo de desenvolvimento se dá em todas as quatro Colônias, dando início as emancipações. Antes das emancipações, porém, ocorreu a extinção do regime de Colônias Imperiais, primeiramente Silveira Martins em 1882, e as demais em 1884.

A primeira a conseguir a emancipação política é a ex-Colônia Caxias, em junho de 1890. No mesmo ano, porém em outubro, é a ex-Colônia Dona Isabel que consegue a emancipação, hoje Bento Gonçalves. Somente dez anos depois, em outubro de 1900, a ex-Colônia Conde d'Eu, hoje Garibaldi, é emancipada politicamente. Já a ex-Colônia Silveira Martins continuava sem emancipar-se, devido a falta de lideranças competentes e empecilhos colocados pelos 3 municípios à qual havia sido dividida, ou 4 como alguns autores preferem mencionar, pois a parte incorporada ao município de São Martinho, extinto em 1903, passou para o município de Vila Rica, atual Júlio de Castilhos. A parte com a sede e núcleos mais desenvolvidos coube à Santa Maria e a outra ficou para Cachoeira do Sul. A emancipação dos municípios da quarta Colônia com a configuração atual só iniciou nos anos 1950, sendo os primeiros Faxinal do Soturno em 1959, distrito de Cachoeira do Sul, e Nova Palma em 1960, distrito de Júlio de Castilhos (SANTIN, 1999).

2.2.3. O Município de São João do Polêsine

São João do Polêsine é um município do estado do Rio Grande do Sul, situado na mesorregião do Centro Ocidental Rio-grandense, microrregião de Restinga Seca (Figura 8). Suas coordenadas geográficas são: latitude 29° 36' 57" Sul, longitude: 53° 26' 33" Oeste. Distante 219 quilômetros da capital do estado Porto Alegre e 35, 7 quilômetros de Santa Maria, maior cidade dos arredores, está a 40 metros de altitude e faz divisa com as cidades de Faxinal do Soturno, Dona Francisca, Restinga Seca e Silveira Martins (CIDADES DO BRASIL, 2019).

Figura 8 – Mapa de localização do município de São João do Polêsine



Fonte: (WIKIPEDIA, 2019).

O município possui, de acordo com último censo (2010), 2. 635 habitantes, com projeção estimada para o ano de 2018 de 2.561 pessoas; densidade demográfica de 30,94 hab/Km² e se estende territorialmente por 78,223 Km² de área (IBGE, 2019).

Os indígenas da tribo Tapes que viviam às margens dos rios Soturno e Jacuí foram os primeiros habitantes do território que configura o atual município, os quais foram aos poucos sendo exterminados pelos sucessores na ocupação das terras. As terras planas às margens esquerda e direita do rio Soturno até o Jacuí pertenciam à fazenda de José Gomes Leal, morador do atual município de Dona Francisca. Ele possuía negócios com Manoel Gonçalves Mostardeiro, de Porto Alegre, com o qual contraiu uma alta dívida e como pagamento lhe entrega a área atual de Dona Francisca. Vende o restante para Miguel Martins, o qual foi dividindo e vendendo as terras, parte para seu cunhado Abel Caetano Pereira, que revende para Sertório Leite e este para a família Peixoto de Oliveira, e parte para Francisco Chaves Cavalheiro

que revende para o negociante de Porto Alegre Manuel Py, que por volta de 1893, propicia a colonização de Polêsine (RIGHI, BISOGNIN, TORRI, 2001; FAGAN, 2015).

Os imigrantes italianos reemigrados de Bento Gonçalves e Silveira Martins, informados através das Irmãs do Imaculado Coração de Maria (Silveira Martins) e de Paulo Bortoluzzi (Vale Vêneto) compram os primeiros 40 lotes de terra. Assim as primeiras nove famílias se estabelecem na região, nas partes mais altas, seguidas por mais trinta famílias, promovendo o desenvolvimento inicial. Estes comunicaram-se com parentes da região do Vale do Pó, os quais resolveram por deixar a pátria, por conseguinte novas levas de imigrantes foram chegando e se instalando nas planícies formadas pelos rio Soturno e seus afluentes (RIGHI, BISOGNIN, TORRI, 2001).

Inicialmente chamado de terra de Manoel Py, o nome atual do município São João do Polêsine decorre da homenagem dada à cidade do Norte da Itália chamada 'Polêsine', localizada nas planícies do Vale do Rio Pó, em conjunção com o nome do santo padroeiro São João Batista, nascendo assim da união entre a lembrança da velha terra e da religiosidade (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE, 2019).

A emancipação ocorreu pela Lei nº 9601, de 20 de março de 1992, desmembrando-se do município mãe Faxinal do Soturno, após quatro tentativas, sendo a primeira administração instalada em 01/01/1993. Possui três distritos: Sede (Centro, Vila Nova São Lucas, Vila Ceolin, Linha do Monte, Ribeirão e Linha Bonfim), Vale Vêneto e Recanto Maestro.

É pertencente à chamada Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul, por ter sido a quarta área delimitada, no estado, para a distribuição de terras para os imigrantes italianos do final do século XIX. Também fazem parte os municípios de Faxinal do Soturno, Dona Francisca, Nova Palma, Pinhal Grande, Ivorá, Silveira Martins, Restinga Sêca e Agudo, sendo os dois últimos por questões político-econômicas, já que Restinga Sêca possui colonização portuguesa e Agudo, alemã.

2.3. O PATRIMÔNIO CULTURAL

Tal como o homem sem memória se degrada, também a sociedade que despreza sua herança cultural não evolui. (LAFÉBVRE, apud POSENATO, 1989, p. 31).

O significado da palavra patrimônio vai muito além da acepção do dicionário “1. Herança paterna, 2. Bens de família, 3. Bens necessários para tomar ordens eclesiásticas” (AURÉLIO, 2018), ganhou amplitude, e apesar de mantida a premissa de bem passível de posse, segundo Chuva (1998, p. 34) “passou a incluir também, por um lado, a noção de bens cujo valor pode ser apenas econômico, ou, ainda, bens imateriais, cujo valor é exclusivamente simbólico”. Segundo Choay (2017), após ser requalificada por diversos adjetivos – histórico, cultural, intangível, paisagístico, etc. – passou a ter um conceito ‘nômade’.

Sua utilização para designar o conjunto de bens culturais que devem ser preservados é fruto das transformações históricas que marcaram o processo de modernização ocidental, aumentado no final do século XVIII e no decorrer de todo o XIX. Este processo diz respeito às transformações sociais, econômicas e culturais ocorridas na Europa e ocasionaram efeitos em todo continente, que saiu da Idade Moderna e rumou para uma sociedade industrial e urbana. A Revolução Francesa (1789-1799) é considerada o grande marco no conceito de Patrimônio Cultural na forma como é conhecido hoje (LEAL, 2014).

No Brasil, cabe destacar os momentos imprescindíveis na ampliação do conceito de patrimônio e sua efetiva aplicabilidade: em 1937 a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) designado para a defesa do patrimônio histórico e artístico; a Constituição de 1988, no artigo 216, estabelece e especifica patrimônio material e imaterial; em 1990 surgiu o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, nomeado de IPHAN tempos depois; em 2000 foi instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e a criação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial; em 2003 o patrimônio é deliberado de forma mais ampla em suas práticas e objetos, com a descentralização de ações e a sensibilização da sociedade para a valorização não só do patrimônio cultural material como, e principalmente, do imaterial (FONSECA, 2005).

Para Poulot (2009, p.99) “[...] o patrimônio deve contribuir para revelar a identidade de cada um, graças ao espelho que ele fornece de si mesmo e ao contato

que ele permite com o outro”. Ainda segundo o autor, os patrimônios não devem ser apenas um reflexo de uma ou outra riqueza do território nem atender aos interesses de quem, em princípio, os colocou em ação, mas sim “compreendidos como conjuntos materiais e, indissociavelmente, como saberes, valores e regimes do sentido, elaborados ao longo dos processos de formação das identidades coletivas, das comunidades, particularmente as nacionais [...]” (POULOT, 2008, p. 38).

Segundo a Unesco (2018), "o patrimônio é o legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações. Nosso patrimônio cultural e natural é fonte insubstituível de vida e inspiração, nossa pedra de toque, nosso ponto de referência, nossa identidade". Mais do que somente uma herança dos antepassados, os patrimônios são bens culturais inerentes às lembranças e a memória de um povo. A tomada de decisão para a preservação dos bens materiais e imateriais depende do sentimento de pertencimento que um indivíduo ou um grupo possui com relação a estes bens, assegurando, ou não, a conservação de tradições e raízes que serão passadas para as próximas gerações.

Meira (2008, p.48) simplifica a definição da Unesco afirmando que patrimônio é um “bem de interesse coletivo que deveria ser preservado para as gerações futuras.”

Lemos (1981) evidencia o quão diversificado é o Patrimônio Cultural de uma sociedade, região ou nação e como experimenta constante alteração, não havendo ao longo da história da humanidade, critérios e interesse na preservação de artefatos do povo, mas sim naqueles considerados importantes, no caso com valor financeiro agregado, como obras de arte, dinheiro e joias. Com isso, ocorre muitas vezes a visão distorcida da memória coletiva, pois os objetos considerados excepcionais no momento da preservação geralmente não possuem real representatividade das características do povo como um todo.

Para compreender o amplo campo que envolve a palavra preservação, é muito oportuna a significação dada por Lemos (1981),

[...] preservar não é só guardar uma coisa, um objeto, uma construção, um miolo histórico de uma grande cidade velha. Preservar também é gravar depoimentos, sons, músicas populares e eruditas. Preservar é manter vivos, mesmo que alterados, usos e costumes populares. É fazer, também, levantamentos, levantamentos de qualquer natureza, de sítios variados, de cidades, de bairros, de quarteirões significativos dentro do contexto urbano. É fazer levantamentos de construções, especialmente aquelas sabidamente condenadas ao desaparecimento decorrente da especulação imobiliária. (LEMOS, 1981, p. 29).

É passível de preservação, então, de acordo com o autor, o que for significativo para garantir a compreensão da memória social, dentro do extenso conjunto de elementos que compõe o Patrimônio Cultural.

Vale destacar algumas preposições que Varine (2012) traz em sua obra na qual faz uma abordagem acerca do patrimônio e desenvolvimento local. Salienta que para valorizar o patrimônio, tudo aquilo que é herdado, criado ou transformado e que será transmitido, do mais simples ao mais notável, é necessário a consciência individual e coletiva a cerca deste bem, ou seja, para valorizar é preciso conhecer. E neste conhecer é que está a complexidade das questões, visto que reflete a complexidade das comunidades e sua cultura viva. Além disso, para que haja preservação, além do conhecimento acerca dele por seus detentores e reconhecimento pela comunidade como seu, é preciso fazê-lo viver, permanecer útil. O autor ainda ressalta que o patrimônio, antes de ser nacional ou mundial, é local e seu uso principal é reservado a seus detentores. É a partir dele que devem surgir as iniciativas para desenvolvimento, mantendo-o vivo ao invés de esterilizá-lo, tendo sua gestão realizada pela cooperação de todos os atores do território. Para servir ao desenvolvimento sustentável o patrimônio deve ser considerado como um todo. O patrimônio é também o elemento de estabilidade para as comunidades nas mudanças ocasionadas pelo desenvolvimento local, devendo ser da mesma forma dinâmico para atuar como fator para a participação desta mesma comunidade no desenvolvimento.

2.3.1. Patrimônio cultural material da imigração italiana no RS

Para Santin e Isaia (1990) o patrimônio cultural da imigração italiana, não só da quarta Colônia, mas de todo estado, é composta por um conjunto de valores culturais como a ordem familiar, a ordem econômica e social, a ordem religiosa e a ordem da linguagem, ao redor dos quais, girou e cresceu todo o patrimônio.

Destacam os autores (1990, p. 9) que preservar o patrimônio cultural significa “reencontrar as raízes e as bases dos projetos que, de alguma forma, conduziram uma comunidade ao estágio atual de desenvolvimento”, então recuperar a história e o patrimônio cultural da imigração italiana no Rio Grande do Sul simboliza a restauração da identidade do imigrante.

Por muito tempo, no Brasil, era considerado patrimônio cultural arquitetônico somente as grandes obras, de consagrados mestres ou as destacadas por sua beleza, suntuosidade ou imponência, mesmo após o Decreto de Lei nº 25/1937 que criou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), sua atuação baseou-se na visão elitista (MEIRA, 2008). Mesmo nas faculdades de arquitetura eram menosprezadas as manifestações culturais populares. Desta forma, a arquitetura da imigração italiana também não escapou de ser tratada com pouco caso. Somente após ser instalada uma diretoria regional do IPHAN no Rio Grande do Sul, o interesse na preservação das raízes culturais e do legado erguido pela sabedoria popular está mais intenso, havendo um despertar da consciência coletiva para estes bens (POSENATO, 1983).

A Carta de Veneza (1964), no seu artigo 1º já define a noção de monumento histórico como sendo não só uma criação arquitetônica isolada, mas também o sítio urbano ou rural “que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico.” As obras modestas que adquiriram com o tempo uma significação cultural também se incluem, e não só as grandes criações. Desta forma, compreende-se que não só a arquitetura erudita mas também a vernacular tem direito à conservação e preservação.

Para Luz (1983), o que fundamentalmente diferencia a arquitetura vernacular da erudita está no trabalho para a realização da obra, sendo que na erudita ocorre a divisão social, ou seja, o criador e o realizador não estão na mesma classe social, fato que não ocorre nas construções vernaculares, as quais não utilizam o trabalho do técnico especializado como criador.

As mudanças sociais e econômicas cada vez mais velozes que interferem no modelo de vida rural e nas pequenas cidades intervêm diretamente no desaparecimento da arquitetura dita vernacular, como é o caso da arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul, que vislumbrou inúmeras perdas ao longo dos anos, seja por reformas que a descaracterizam, seja pelas demolições.

É fundamental, portanto, encontrar meios para incentivar a preservação desta arquitetura, antes de só restarem fotografias e descrições, e evitar que se perca, pois junto com ela está a memória coletiva de gerações, são testemunhos presentes do nosso passado e “significa um bem cultural precioso, cujo valor ultrapassa a mera especulação erudita ou a curiosidade científica” (POSENATO, 1983, p. 570).

É sabido que o valor de um edifício ou de um conjunto não deve ser medido somente pela sua qualidade estética ou idade, mas também é levado em consideração a mensagem cultural e seu valor como transmissão do passado, visto que as sociedades só preservam o que lhes diz respeito. Assim é tão importante preservar um grande monumento pelas razões evidentes, bem como um modesto, caso dos exemplares da arquitetura da imigração italiana, por motivos histórico-culturais (LUZ, 1983).

Para Posenato (1983), a arquitetura difunde os conceitos, as técnicas e até os usos e costumes das comunidades que a edificaram, através de gerações, se materializando assim como o documento vivo da história. Na arquitetura da imigração italiana do Rio Grande do Sul, há basicamente dois motivos prevaletentes pelos quais sua preservação se justifica: suas características plásticas (formas e texturas) e técnicas (sistemas construtivos e estruturais, uso dos materiais) fazem com que sua expressão arquitetônica particular represente um período importante no contexto do acervo brasileiro, pois demonstra o amor do imigrante italiano à terra que o amparou e lhe proporcionou fartura e dignidade. Preservar o remanescente da arquitetura da imigração é também valorizar a igualdade e reforço de boas práticas.

2.3.2. A arquitetura da imigração

A arquitetura é constituída de fatores tangíveis e intangíveis. A materialidade e a espacialidade de uma edificação carregam consigo memórias: da própria construção, dos planos de quem a idealizou, de uma época. O ambiente construído, portanto conta uma história e, deixado como herança, consiste em patrimônio. (OSTERKAMP, 2015, p. 10).

A arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul, conforme Posenato (1983, p. 64), compreende “o acervo dos espaços organizados erigidos de maneira espontânea e sob características peculiares, tanto por imigrantes italianos quanto por seus descendentes [...]”, constituindo uma arquitetura fundamentalmente popular, alicerçada basicamente em três fatores: “materiais disponíveis no próprio local, a herança cultural (habilidade trazida da Itália) e a ideologia do trabalho/fascínio da posse da terra (POSENATO, 1989, p. 148).

Além disso, Posenato (1983) conceitua a arquitetura da imigração como popular não somente por não ter sido erguida por técnicos e de forma espontânea

mas principalmente por nascer de uma população sem elites. Não se encaixa no *kitsch*¹ visto que não tenta copiar outro gênero arquitetônico, se desenvolveu com critérios estéticos próprios, mesmo que para as edificações religiosas tenha se inspirado em algum estilo.

Ainda segundo o autor (1989), a arquitetura da imigração italiana no estado diferencia-se da italiana na organização dos espaços, no entanto é ligada à sua pátria de origem na sua estrutura, elementos e técnicas construtivas, tanto é, de acordo com Bertussi (1996), em um primeiro momento, os imigrantes tentaram reproduzir os espaços conforme seus costumes na Itália, utilizando as mesmas técnicas construtivas e mesmos materiais, com uso de alvenaria de pedra basáltica, conhecida por taipa, ou em alvenaria de tijolos de barro, essa com menos frequência.

A forma própria com características peculiares do legado arquitetônico materializado durante o primeiro ciclo de prosperidade da imigração italiana no estado do RS compreendido entre 1875 até os anos de 1950, época em que este ciclo se encerrou por motivos sócio-econômicos, sendo que as manifestações posteriores a este período sofreram grande influência da aculturação, está em processo rápido de deterioração e conseqüente desaparecimento (BERTUSSI, 1983).

De acordo com Posenato (1989), a arquitetura da imigração passou por quatro períodos, homólogos aos momentos econômicos e psicológicos da sociedade:

construções provisórias (os primeiros anos); *primitivo* (despojado e artesanal); *apogeu* (as edificações de maior porte, com materiais obtidos artesanalmente ou em pequenas indústrias), em dois critérios: expressão austera (dominante) e linguagem decorativa; e *tardio* (regressão no porte, materiais industrializados). (POSENATO, 1989, p. 148).

A arquitetura brasileira está diretamente ligada aos ciclos de atividades econômicas ocorridas no país, tais como ciclo do ouro, do açúcar, do café, da borracha, os quais faziam prosperar as elites dos locais onde se manifestavam, gerando edificações que refletiam esta riqueza. Um dos ciclos da arquitetura brasileira compreende a arquitetura da imigração italiana, que diferentemente daquela produzida nos ciclos luso-brasileiros, favorecedora da camada privilegiada da

¹ Kitsch: termo utilizado para designar o mau gosto artístico e produções consideradas de qualidade inferior (MOLES, 1986). Pode-se considerar um objeto ou um edifício *kitsch* se ele apresentar uma ou mais das seguintes características: imitação (de obra de arte), exagero (nos materiais, cores e proporções), função como fator não determinante (um abacaxi como pedestal para um abajur, por exemplo) e perda da função original dos elementos (SÊGA, 2010).

população, é a marca viva da sociedade da pequena propriedade rural, quiçá a mais igualitária já havida no Brasil, sem considerar as comunidades indígenas (POSENATO, 1983).

Eloquente em sua simplicidade, austera ou com ornamentação singela, não tem a opulência do mármore ou o esplendor da talha dourada, mas não resulta de relações sociais injustas, como a escravatura, que marcou quase toda a arquitetura histórica luso-brasileira. (POSENATO, 1983, p. 66).

Segundo Posenato (1983), é despertando as consciências sobre o valor deste ciclo que se conseguirá evitar a perda total do acervo da arquitetura da imigração italiana, e mais importante que isso, enaltecendo e preservando os aspectos positivos da cultura da imigração, o interesse pela arquitetura vem como consequência.

De acordo com Gutierrez e Gutierrez (2000), os imigrantes produziram, apesar da diversidade de manifestações, uma arquitetura racional e desprovida de ornamentação, que fazia frente ao meio. Ressalta Posenato (1989), que além de sua arquitetura peculiar, principalmente nas áreas urbanas, os imigrantes e seus descendentes construíram inclusive segundo outros padrões da época.

Segundo Posenato (1983), quatro características marcaram esta arquitetura: o emprego generoso do trabalho humano livre, sendo artesanais e manuais os processos para a elaboração dos itens da construção, o trabalho exigia grande esforço físico, em que a própria família ou um grupo de famílias organizadas em mutirões edificavam suas residências, os imigrantes valorizavam a atividade braçal o trabalho era visto com louvor; a diversidade de soluções, usando da criatividade tanto para utilização de materiais quanto para emprego de técnicas, ou na ornamentação, de acordo com as disponibilidades do meio; linguagem arquitetônica própria, através da expressão plástica da simplicidade e tendência à simetria; e o uso dos materiais existentes no entorno, como madeira, pedra e barro visto da carência de recursos e poucas estradas, o que dificultavam a locomoção, mesmo que com o passar do tempo foram sendo utilizados materiais vindos de fora, como vidros e ferro galvanizado, os materiais da região continuaram sendo os elementos básicos das construções.

Ainda como características da arquitetura da imigração italiana, na pequena propriedade rural, Posenato (2005) complementa a capacidade natural de assimilação de técnicas das comunidades vizinhas, sem conflitar com a herança cultural própria. O conforto ambiental, obtido na maneira da utilização dos recursos oferecidos pela natureza, como a ventilação natural, o controle de insolação e sombreamento, a

inércia térmica e, por fim, a integração com o meio, qualificando a paisagem através da inserção harmônica dos elementos construídos.

A primeira casa do imigrante foi o abrigo construído em pranchas lascadas de pinho, visto ser uma madeira de fácil manejo já que suas fibras são retas, conhecido como barracão, o qual possuía a função de abrigar provisoriamente – e precariamente – os imigrantes até que estes se definissem na escolha do lote rural (BERTUSSI, 1983).

Media normalmente 4,0 x 6,0 m, com uma porta, uma janela ou duas, cobertura de tábuas lascadas, finas, retangulares, que colocadas escamadas davam perfeito estanque de chuva. Neste espaço desenvolviam-se precariamente todas as funções de habitação. (BERTUSSI, 1983, p.124).

Na Colônia Silveira Martins, conforme Saquet (2002), as primeiras moradias eram reproduções precárias das que possuíam no Vêneto, Friuli e no Trentino.

Com o decorrer do tempo as construções melhoraram e ficaram mais funcionais. Os materiais empregados podiam ser diferentes conforme a região. Em Silveira Martins, por exemplo, foram edificadas casas em tijolo e cobertas com telhas, na zona da Encosta da Serra a madeira foi mais utilizada, inicialmente madeira rachada por cunhas, depois serrada a mão e por fim feita nas serrarias, cobertas com tabuinhas chamadas *scándole* (DE BONI; COSTA, 1991).

De Boni e Costa (1991) afirmam que os próprios agricultores construíam suas casas, e quando contratavam um prático para direcionar a obra, a família do proprietário servia de servente. Existiam também famílias de construtores. As técnicas conhecidas na Itália foram adaptadas à nova realidade bem como outras foram desenvolvidas aqui para melhor aproveitar o material da região, construindo “obras-primas em madeira, em tijolo e em pedra, com soluções engenhosas e, seguidamente com um valor artístico inesperado.” (DE BONI; COSTA, 1991, p. 154).

No transcorrer do tempo, a arquitetura mudou em decorrência das transformações nos modos de produzir, e está associado não só as mudanças econômicas mas também sociais. Mudaram as casas, as igrejas e os capitéis, e de acordo com Weimer (1996), as transformações ocorreram em 1934, quando os construtores se consideraram uma categoria discriminada ao serem substituídos pelos arquitetos, assim não seria mais possível a existência da arquitetura popular, erguida segundo as funções e o gosto do construtor.

2.3.3. Arquitetura religiosa da imigração

Como já mencionado, da mesma forma que a casa simbolizou a afirmação do imigrante como proprietário, a religião representou sua afirmação coletiva como grupo social, assim sendo, a construção de locais de devoção foram primordiais. Em cada linha, prontamente surgiu uma ou mais capelas e/ou capitel, construídas pelos próprios imigrantes (POSENATO, 1989).

Pesciolini (1914) observa que, em algumas colônias, há um número demasiado de capelas, muitas vezes desproporcional ao número de habitantes e suas condições financeiras sendo, em parte, consequência do apego às tradições, com o desejo de ter em sua linha a capela dedicada ao santo de devoção dos moradores, fato este que gerou, inclusive, desavenças entre os imigrantes, mas também, outra parcela, por motivos comerciais.

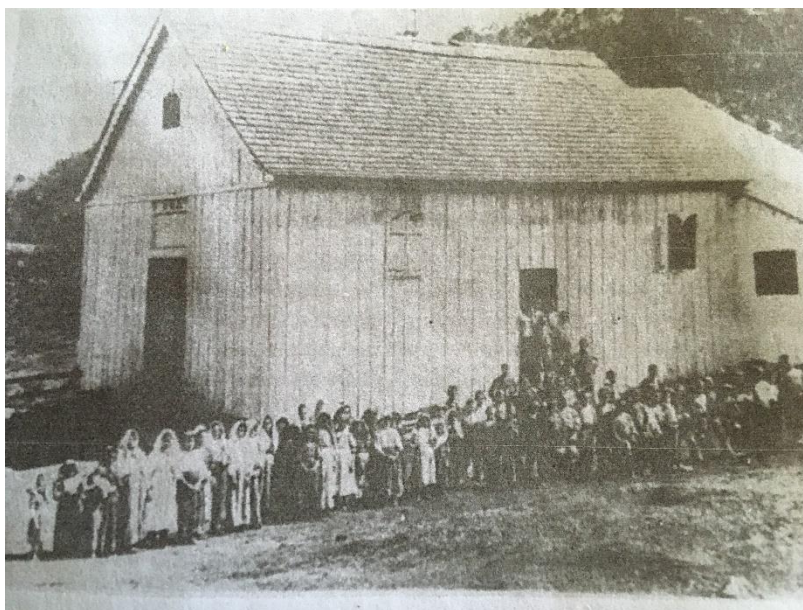
Alguns autores, incluindo o próprio Pesciolini, atribuem ao clero e aos sacerdotes, aproveitando-se de sua influência sobre os imigrantes, o incentivo às construções religiosas com intuito financeiro. Seja por um motivo ou outro, ou pela mescla de vários, todos corroboram que “a capela foi uma realização espontânea do grupo [...] em linguagem teológica moderna, foi uma comunidade eclesial de base.” (MERLOTTI, 1979, p. 90).

Pesciolini (1914), afirma ainda que “O colono tem vida restrita ao círculo familiar; a única manifestação de vida social, a única sociedade é a igreja”, e estes locais, em dias festivos, ficam cheios de imigrantes, vestidos com os trajes habituais da Itália, dando a impressão de um domingo tradicional dos povoados vênets (PESCIOLINI, 1914, p.265).

As capelas, assim como as residências, podem ser classificadas, de acordo com Posenato (1983), em quatro períodos, sem considerar as improvisadas do início da imigração. São eles: primitivo, apogeu (primeira e segunda fase), período tardio (decadência e maneirismo gótico) e capelas pós-conciliares.

No período primitivo, as capelas eram de uma só nave, com teto e paredes de madeira rachada e serrada à mão, na sua maioria já demolidas ou substituídas. Na Figura 9, capela de uma só nave e em madeira, construída em Nova Bassano no ano de 1887 (POSENATO, 1983).

Figura 9 – Capela período primitivo, Nova Bassano, 1887.



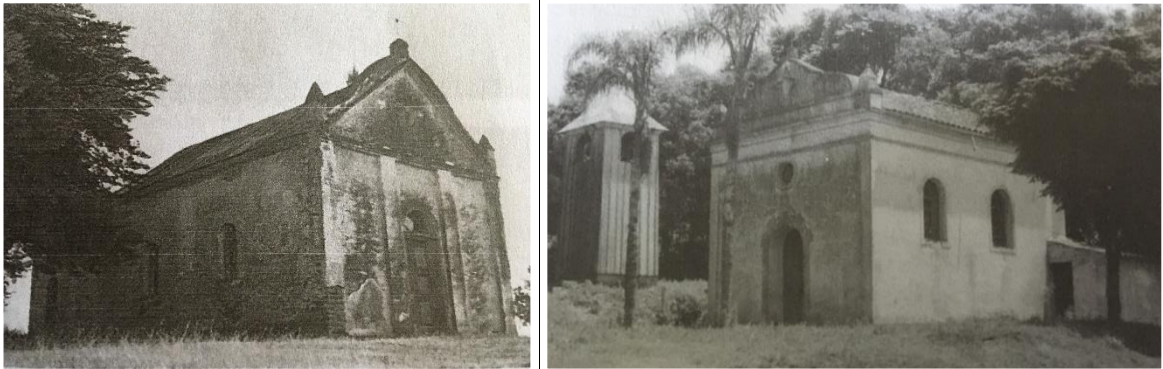
Fonte: (POSENATO, 1983, p. 316).

No período do apogeu, as paredes eram em pedra, com formas de inspiração clássica, traço espontâneo e integração do gótico. Este período pode ser dividido em primeira fase (Figura 10), em que há a inspiração clássica proveniente da interpretação românica e renascentista, com dominância da simplicidade na limpidez de volumes, apesar do acréscimo de elementos decorativos como coruchéus, cimalkas; ou o traço espontâneo (Figura 11), em que não há supervisão eclesiástica, sendo construídas com iniciativa da comunidade, com liberdade nas concepções, geralmente com traços oriundos do repertório erudito. Na segunda fase, com a assimilação do gótico (Figura 12), construídas pelos capuchinhos franceses, de início não aceito pelos imigrantes, no entanto incorporada pela segunda geração, fazendo do neogótico o padrão da arquitetura religiosa, com capelas com teto de madeira em formas livres de abóbodas, janelas ogivais, pé direito elevado, paredes esporadicamente de pedras perpianhas², rebocadas internamente e sem reboco externamente, com as juntas do aparelho de pedra filetadas em argamassa. Nas

² O perpianho é um tipo de cantaria que tem toda a largura da parede em que entra (atravessa uma parede dum lado a outro) e é aparelhada nas quatro faces. Pedra aparelhada disposta em alvenaria de modo que atravesse toda a espessura da parede ou muro. A parede formada por essas pedras é chamada parede de perpianho (WIKIPÉDIA, 2020).

capelas deste período em que as paredes são de tijolos rebocados caracterizam a aculturação da arquitetura (POSENATO, 1983).

Figura 10 – Período apogeu, primeira fase, inspiração clássica: Capela São Jorge, Linha Visconde de Pelotas, Veranópolis e Capela na Linha Cinco, Nova Palma



Fonte: (POSENATO, 1983, p.317; SPONCHIADO, 2019, p. 362).

Figura 11 – Período apogeu, primeira fase, traço espontâneo: Capela N. Sr^a. de Lourdes, Cacique Doble



Fonte: (POSENATO, 1983, p.319).

Figura 12 – Período apogeu, segunda fase, assimilação do gótico: Capela Santo Antônio, Flores da Cunha; Capela São Valentim, 1919, Farroupilha



Fonte: (POSENATO, 1983, p. 322 e 323).

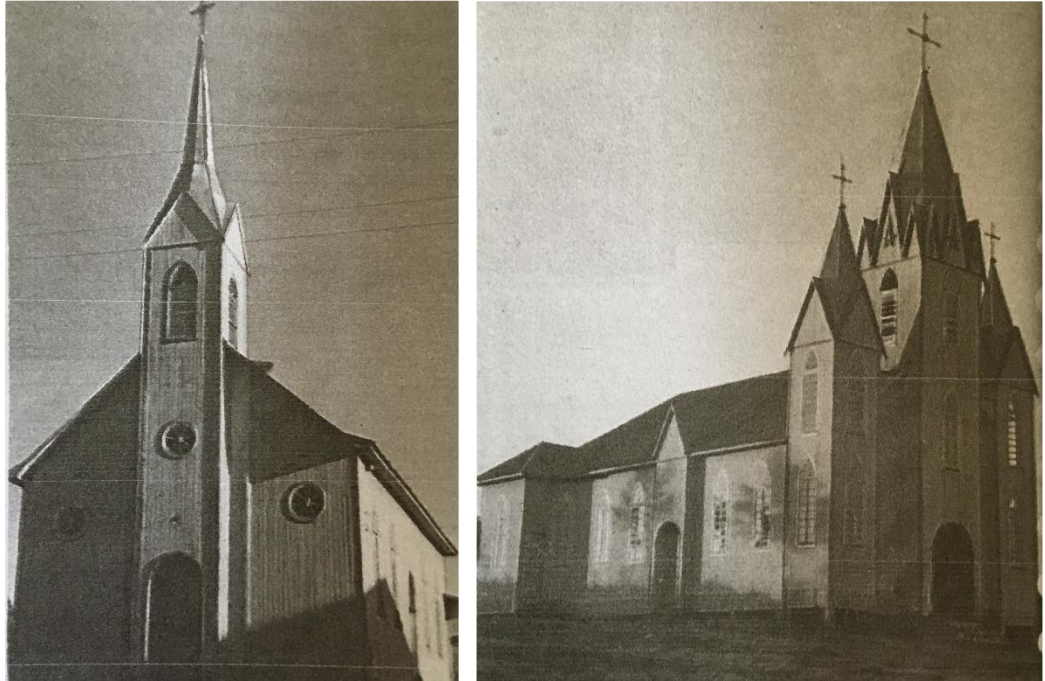
No período tardio, voltaram a ser em madeira, através de duas manifestações, da decadência e a do maneirismo gótico. A decadência (Figura 13) se refere tanto à mão de obra mais grosseira, denotando despreocupação pelo acabamento artesanal, à propensão ao grotesco das formas procedentes do gótico e ao retorno no uso da madeira, material mais perecível e barato na época, evidenciando o início do desgaste do conceito de uma religião solidária e comunitária, com valor sublime. Com relação ao denominado pelo autor de maneirismo gótico (Figura 14), o maneirismo com referência ao esgotamento de força expressiva compensada nos efeitos visuais, correspondente ao fim de um ciclo, e do gótico, funcionando como base de manifestações muito livres, de algum apuro formal, com interpretações caricatas (POSENATO, 1983).

Figura 13 – Período tardio, decadência: Capela N. Sr^a. das Graças, Monte Belo, Bento Gonçalves; Capela Santa Cruz, Linha Jacinto, Bento Gonçalves



Fonte: (POSENATO, 1983, p. 323).

Figura 14 – Período tardio, maneirismo gótico: Capela Santa Catarina, 1956, Linha Santa Catarina, Campinas do Sul; Capela São Paulo, 1957, Linha São Paulo, Campinas do Sul. Ambas construídas por Armando Sbardelotto e João Mingori

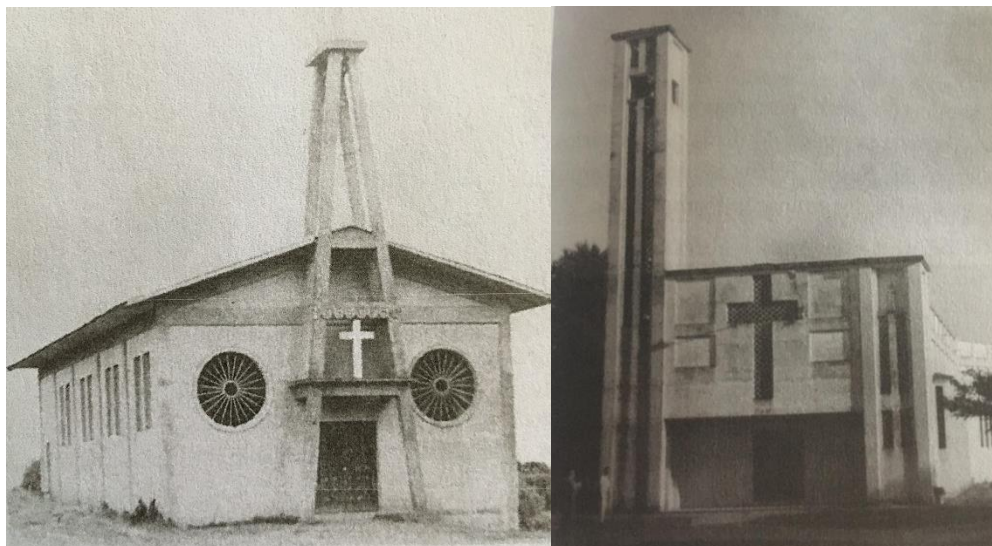


Fonte: (POSENATO, 1983, p. 324)

O quarto e último período citado por Posenato (1983), são as capelas pós-conciliares (Figura 15), as quais foram erguidas após o Concílio Vaticano II (1961-1965) | perderam toda a afinidade com a imigração italiana, exceto pelos campanários separados, afirma o autor que

[...] a arquitetura sacra resulta de um profundo equívoco, originado do desinteresse e da formação artística deficiente do clero. Esta arquitetura formalista e fútil solapa de modo sutil mas veemente os conceitos que deveria favorecer. (POSENATO, 1983, p. 325).

Figura 15 – Período pós-conciliar: Capela N. Sr^a. das Dores, Travessão Sete de Setembro, Flores da Cunha; Capela de São Francisco, Linha Base, Nova Palma, 1965 (construtor Germano Busanello)



Fonte: (POSENATO, 1983, p. 325; SPONCHIADO, 2019, p. 391).

Como pôde ser observado em diversas imagens de capelas, o campanário, por muitas vezes, de acordo com o costume italiano, era separado da capela, construídos em madeira, tijolos ou pedras, com formas variadas, sendo a de prisma sobre base tronco-piramidal a mais utilizada (POSENATO, 1983; 1989).

Os capitéis ou ermidas, costume italiano trazido ao Brasil, de acordo com Posenato (1976) desenvolvem muitas vezes uma linguagem própria, porém, mais frequentemente são cópias simplificadas da arquitetura religiosa de maior porte. Como elementos principais desta pesquisa, são abordados com pormenores no próximo tópico.

2.3.4. Os capitéis

Também chamados de Ermidas, os capitéis, segundo Posenato (1987), têm sua origem indefinida no tempo, porém há estudos que indicam ser uma tradição pré-cristã e o costume de construí-los foi trazida ao Rio Grande do Sul pelos imigrantes italianos, e em tudo equivalem aos padrões encontrados na Itália, como observado na Figura 16, o capitel construído em 1601, em Bruschi, Genova, Itália e capitel, de 1890, em Nova Palma, Quarta Colônia, Brasil.

Figura 16 – Capitel construído em 1601, em Bruschi, Genova, Itália e capitel, de aproximadamente 1890, em Nova Palma, Quarta Colônia, Brasil.



Fonte: (GEOCACHING, 2015; COELHO, 2016, p. 38).

A começar pelo nome, *capitel*, do latim *capitellum*, mais difundido no Cadore e entre os *ladinos*. Já nas adjacências de Belluno prevalece a denominação *tariol*, do latim *altareolum*, que não me consta seja usada no Rio Grande do Sul. (POSENATO, 1987, p. 93).

Nas concepções de Luchese (2018), a tradição de construí-los remonta aos romanos que edificavam pequenos oratórios para homenagear seus deuses, e com a expansão cristã, foi transformada e apropriada. Marcon (1991), atesta que não há certezas com relação a esta origem romana, porém algumas escavações quando da restauração do capitel do *Pozzetto di S. Elena di Silea* (Figura 17), na Via Claudia Augusta³, atestou-se estar construído sobre base romana, dando mais força a estas afirmações de origem.

³ Estrada de aproximadamente 700 Km, construída pelos romanos, há cerca de dois mil anos, que atravessava os Alpes. Ela ia desde a cidade portuária italiana de Hostiglia, na Idade Antiga (hoje Ostiglia, no rio Pó) atravessando os Alpes pelas passagens de Récia e Fernpass, até o Danúbio (VIA CLAUDIA AUGUSTA, 2020).

Figura 17 – Capitel do Pozzetto di S. Elena di Silea, construído em cima da Via Claudia Augusta, Itália



Fonte: (MARCON, 1991, p. 56).

De acordo com Gutierrez e Gutierrez (2000), os capitéis foram erguidos antes ou simultaneamente com as capelas, dedicados a santos de devoção, como pagamento de promessa ou graça alcançada, podiam estar localizados em terras particulares e não implicavam em grandes gastos.

Na Itália, chamados de *capitellos*, se tornaram comuns, aparecem nas esquinas e casas, mantidos até a atualidade. Muitos são decorados sobejamente, com adornos, imagens de santos, de madonas, e até afrescos, possuem detalhes na arquitetura e usam de materiais diversificados (LUCHESE, 2018).

Consta-se a diversidade citada nos capitéis italianos, através da Figura 18, com os afrescos no Capitello del Crocifisso, de 1705, restaurado em 1940, em Trentino; Na Figura 19, com materiais distintos, como o de Nossa Senhora Imaculada, inaugurado em 1922, em Pádua, em mármore; e na Figura 20, com o capitel em Borgo Pitagora, Pordenone, em madeira e barro.

Figura 18 – Afrescos no Capitello del Crocifisso, Trentino



Fonte: (COMASINE, 2019).

Figura 19 – Mármore no Capitel de Nossa Senhora Imaculada, Pádua



Fonte: (STORIA DENTRO LA MEMORIA, 2014).

Figura 20 –Madeira e barro no capitel de Pordenone



Fonte: (POSENATO, 1987, p.93).

A construção no Brasil também se dá pelos mesmos motivos que na Itália, ou seja, devoção, promessas, agradecimentos, evocação de acontecimentos tristes, como acidentes fatais, sendo sua forma desde crucifixos com cobertura protetora até capelas pequenas, com ou sem átrio, bem como sua localização nas bifurcações e encruzilhadas, preferivelmente. O que difere os capitéis aqui construídos dos italianos é o descaso com sua preservação pelos órgãos responsáveis pelo patrimônio cultural no Brasil. Na Itália há cuidado e valorização destas construções (POSENATO, 1987).

Neste contexto, Battistel (1981) ressalta que os capitéis surgiram no Brasil desde os primórdios da imigração, e neles se realizavam novenas, tríduos, reza do terço semanalmente e até festas do padroeiro, tanto que muitos, mais tarde, se transformaram, ou seja, foram substituídos por capelas.

Erguidos à beira do caminho, de diversas formas e com tamanhos variados, desde nichos, uma cobertura para proteger a imagem homenageada, até pequenas capelas, foram construídos em madeira, tijolo ou nas diversas técnicas de pedra, com cobertura de tabuinhas, zinco ou telha francesa expressando assim métodos construtivos variados (BERTUSSI, 1983). Sua forma é inspirada na arquitetura religiosa de maior porte, porém mais que as capelas, “podem representar manifestações espontâneas da imaginação”. (POSENATO, 1983, p. 337).

Salienta Coelho (2016) que apesar de serem expressões de devoção particular, seu conjunto compreende algo bem mais extenso, uma vez que fazem parte da identidade histórica local e regional.

Neste sentido, o documentário, de 25 minutos, “Se milagres desejas” (2008), com direção de André Costantin e Nivaldo Pereira, produção de Fernando Roveda, apresenta a devoção e a fé evocadas pelos. Conforme Roveda (2010, on-line)

[...] o documentário se constrói a partir dos testemunhos de uma religiosidade tecida à margem do credo oficial, num curioso e diverso panteão de santos para finalidades específicas e que atesta o vigor da cultura popular. Erguido em situações de promessas e de graças alcançadas ou não, o **capitel passa a demarcar um espaço sagrado à beira dos caminhos, compartilhado por outros anônimos fiéis**. Na trilha dos capitéis de Antônio Prado, aspectos naturais, históricos, sociais e antropológicos são superpostos em uma narrativa que revela uma peculiar região do Brasil onde os termômetros descem a abaixo de zero e o dialeto italiano ainda é ouvido nas casas e nas ruas. (ROVEDA, 2010, on-line, grifo nosso).

Marcon (1991), ao versar sobre os capitéis italianos ao longo do rio Sile⁴, afirma serem símbolos de uma religiosidade puramente popular, cujos componentes essenciais são a espontaneidade e simplicidade na suas formas de expressão, dificilmente imitáveis, construídos com a função de proteção sacra do território e das pessoas, a fim de atrair a benevolência dos santos.

Atesta ainda, mesmo quando surgidos como típica expressão de culto cristão, ainda assim são muito particulares, diferentes daqueles tradicionais, imponentes, solenes das cerimônias nas igrejas, trata-se de uma fé específica, muito similar à aquela pagã, com local de devoção bastante simples, de dimensões modestas, que estão perto e visíveis aos fiéis, mas, paradoxalmente, fazem-se aparentes às divindades, ao lugar e as pessoas a serem protegidas. Com relação a ser uma forma de religiosidade tipicamente pagã, ao aproximar o sacro e o real, a igreja oficial não pôs obstáculos à sua disseminação, pelo contrário, favoreceu esta devoção ao perceber sua sinceridade e o quão enraizada já estava. Desta forma, em torno deles, surgiram e aumentaram os rituais tipicamente cristãos, como a reza do terço, as procissões e orações (MARCON, 1991).

Nas datas das festividades católicas, como *Corpus Christi*, Sexta-feira Santa, entre outros, as procissões e os atos solenes eram obrigatórios e de extrema devoção, em que os capitéis, eram enfeitados com flores e luzes, serviam de passagem e local final das procissões saídas das igrejas, com os símbolos sendo carregados pelos fiéis em cortejo pelas vias do povoado, enquanto eram pronunciadas orações e cânticos pelo sacerdote e devotos. Hoje, com o aumento do tráfego nas estradas, as procissões

⁴ O Sile é um rio de 95 km na região de Vêneto, no nordeste da Itália (GOOGLE MAPS, 2020).

são escassas ou em percursos simbólicos, de poucos metros, logo, os capitéis foram privados de uma de suas características importantes (MARCON, 1991).

O valor dos capitéis está nas estórias do imaginário da sua construção, mas também possuem um valor reconhecidamente artístico, alguns pela antiguidade, outros pela bela estética. A maioria deles, ainda na narrativa de Marcon (1991) a respeito dos construídos ao longo do rio Sile, correspondem ao modelo paladino, neoclássico, a fachada possui falsas pilastras ou colunas, que sustentam um entablamento e termina com um frontão triangular, no qual frequentemente é pintado um sol com raios, não esquecendo os numerosos afrescos e pinturas coloridas.

Segundo Posenato (1983), na sua maioria, as ermidas devocionais têm como padroeiro Santo Antônio de Lisboa, patrono da família, chamado de Santo Antônio de Pádua pelos italianos. Já as ermidas para orações comunitárias, de tamanho maior que as anteriores, são dedicadas aos muitos santos da tradição italiana, e frequentemente possuem átrio. As ermidas devocionais foram muitas vezes substituídas pelos nichos nas paredes externas das fachadas das residências.

Tendo em vista a forte devoção à Santo Antônio, destaque na Figura 21 para alguns capitéis dedicados a ele, como o da capela São Francisco, Veranópolis, com telhado galbado, em tabuinhas, beirado com espelho rendilhado e porta em arco; o capitel em Linha Aimoré, com átrio ogival, também em Veranópolis; com linhas clássicas, capitel em São Marcos, Silveira Martins, foi construído em 1905; e, capitel em Linha 11, Nova Palma, construído em 1939 pelo pedreiro J. Antonello para o casal João e Maria Spanevello, devido a promessa feita em favor do filho com epilepsia.

Figura 21 – Capitéis dedicados à São Francisco: capitel em Veranópolis; capitel em Linha Aimoré, Veranópolis; capitel em Silveira Martins e capitel na Linha 11, Nova Palma.



Fontes: (POSENATO, 1976, p. 104, 105 e 106; CPG, 2019).

De acordo com Bertussi (1983), eles pararam de ser construídos quando da aculturação que modificou os hábitos, a casa e a capela do colono. Porém Mazzotti (2018), observa que o costume de construir um capitel não é exclusividade do passado e ainda são erigidos. No entanto não seguem o perfil clássico observado nas primeiras construções: estreitos, altos, com portas de madeira, telhado de duas águas e localizados em locais de grande passagem de pessoas. As novas construções possuem desenho inovador, materiais alternativos e surgem nas propriedades particulares, tendo seu acesso reduzido. Além disso seriam vinculados à devoções individuais, demonstrando um capricho particular, diferente do cenário religioso plural

com encontros comunitários para rezas como nos do passado. Apesar das mudanças, tanto as novas construções como as antigas são uma característica verificada somente nesta região do Brasil. Giron e Herédia (2007) reforçam que os capitéis continuam sendo construídos, acompanhando a expansão da imigração e apresentando mudanças profundas.

Conforme Andrade (2018) são monumentos pequenos que sobrevivem ao tempo e à urbanização, com sentido mais relevante pelo viés identitário do que religioso, demonstrando um anacronismo material e simbólico simultaneamente. Não são encontrados em qualquer lugar do Brasil. São construções específicas das regiões de imigração italiana do Sul do país, porém, em locais como no Oeste de Santa Catarina e Erechim, no Rio Grande do Sul, poucos exemplares resistiram ao tempo.

De acordo com Luchese (2018, p. 15), são parte da cultura material que nos possibilitam rememorar a influência das tradições trazidas pelos imigrantes bem como “testemunhos da história e da religiosidade, sobreviventes marcados por diferentes estratos que apontam a passagem do tempo”, assim, sua preservação é uma forma de manter viva uma tradição formadora do patrimônio material e imaterial dos imigrantes italianos e seus descendentes.

2.4. O INVENTÁRIO ARQUITETÔNICO

Para entendimento da importância de inventariar, há que se investigar os significados inerentes ao termo inventário as suas origens, visto que é conceito-chave por estar ligado diretamente a origem da preservação do patrimônio e aludir ao próprio conceito de patrimônio cultural.

A definição de inventário provém do latim, conforme Aurélio (2018) “Inventário. [Do lat. *Inventariu.*] S. m. 1. Relação dos bens, móveis e imóveis, de alguém, 2. Descrição minuciosa, 3. Menção ou enumeração de coisas, 4. Descrição dos bens ativos e passivos de uma empresa ou sociedade comercial”, e remete a estruturas jurídicas relacionadas a bens e valores, mas que relacionado a patrimônio no sentido de herança cultural assume significado de identificação e cadastramento de bens de interesse cultural, sejam eles materiais ou imateriais.

Neste sentido, com relação ao patrimônio cultural, Motta e Rezende (2016) expressam que

[...] inventariar os bens significa produzir um conhecimento que necessariamente parte do estabelecimento de critérios, pontos de vista e recortes sobre determinados universos sociais e territoriais. Processo, [...], que é permeado por juízos de valor, uma vez que se destina à construção de narrativas sobre determinados grupos sociais e/ou determinada história. Essencial em qualquer uma das perspectivas de inventariação é o objetivo do trabalho. O que e como documentar dependerá de qual patrimônio se pretende construir. Dependerá dos bens que devem ser identificados, dos dados a serem registrados e comparados e dos sujeitos envolvidos nos procedimentos de inventariação, como também de quais pesquisas vão orientar a delimitação dos territórios, dos períodos a serem abordados, das características a serem documentadas e assim por diante. Em última análise, de quem faz a seleção, por que e para quem faz. (MOTTA E REZENDE, 2016, p. 5).

O inventário caracteriza-se, segundo o IPAC (2019), como “uma operação permanente, dinâmica e sistemática, visando o cadastro de manifestações humanas, em suas diferentes criações espontâneas e formas, e de potencialidades naturais”.

De acordo com o IPHAN (2001, p. 17), a função do inventário é “constituir-se em ação de preservação do patrimônio”, visto que por meio dele são arquivados em diferentes suportes as informações contidas nos bens culturais, possibilitando, sem depender do original, acesso e produção de conhecimento sobre o que está registrado.

O inventário com intuito de preservação de bens tem sua origem na França, logo após a Revolução Francesa, momento em que a historiografia considera a gênese do sistema de preservação de monumentos, obras de arte, e outros objetos que representassem a nobreza e o clero. O conceito de inventários, considerando tal origem, está relacionado diretamente com a produção de conhecimentos a respeito dos bens culturais a fim de facilitar a análise de suas características com a proposta de formação de uma identidade nacional.

Os inventários figuram nos documentos internacionais desde os primórdios do século XX, de maneira geral. Na Carta de Atenas de 1931 já recomendava que cada Estado realizasse a execução de inventários dos monumentos com arquivos fotográficos e informações a ser depositado e no Escritório Nacional de Museus para que as informações centralizadas pudessem ser disponibilizadas e utilizadas. Em 1962 o Conselho de Cooperação Europeu criou o Inventário do Patrimônio Cultural Europeu a fim de uniformizar o método desenvolveu uma ficha para registro dos

documentos e identificação dos sítios. Na Carta de Veneza de 1964, apesar de não utilizar a nomenclatura inventário, atenta para a formação de documentação e publicação de trabalhos de arqueologia, conservação e restauração, com relatórios detalhados a serem disponibilizados aos pesquisadores. Também, em 1967, a Norma de Quito faz alusão a um instrumento de valorização executado com organização técnica ser o requisito para qualquer propósito de valorizar seu patrimônio monumental, neste caso a organização técnica seria interpretada como elaboração de inventário (MOTTA, REZENDE, 2016; CARVALHO, AMARAL, 2011).

Nos documentos citados, os inventários já eram entendidos como importante documentação, porém eram tratados de forma complementar ao processo metodológico das ações preservacionistas. Começaram a ser abordados mais claramente e de forma mais complexa na Recomendação de Nairóbi de 1976, em que leva em consideração não só o bem cultural isolado mas todo o conjunto, num contexto mais amplo, na forma de documento pormenorizado. A Carta de Petrópolis (1987, p. 2) reforça a relevância, na preservação de sítios urbanos, do inventário “[...] como parte do procedimento da análise e compreensão da realidade constitui-se ferramenta básica para o conhecimento do acervo cultural e natural”, além de citar a participação da comunidade para fortalecer seus vínculos com o patrimônio além de auxiliar na obtenção de conhecimento do valor por ela atribuído (CARVALHO, AMARAL, 2011).

Conforme Carvalho e Amaral (2011), no Brasil os inventários foram utilizados desde o período colonial, apenas para registrar bens e acervos do território a fim de conhecimento e controle de Portugal. No movimento Moderno de 1922 a metodologia de inventário como catalogação e identificação foi utilizada somente para conhecimento do patrimônio. Mesmo após a criação do SPHAN em 1937 o inventário era tão-só um instrumento de identificação e catalogação para o tombamento, restrito aos imóveis de caráter excepcional. Apesar de terem ocorrido outras iniciativas, os inventários tiveram, por bastante tempo, um papel secundário na preservação dos bens culturais. Com a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, eles foram passíveis de amparo legal como instrumento de proteção de bens culturais, conforme o artigo 216, parágrafo primeiro

O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilâncias, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. (BRASIL, 1988).

A partir do texto da Constituição Federal, que ampliou os olhares sobre o patrimônio, foi preciso “requerer procedimentos e metodologias de inventariação adequados à compreensão dos bens como detentores de referência cultural” (MOTTA, REZENDE, 2016, p. 3).

No estado, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE, 2017) desenvolveu o Sistema de Rastreamento Cultural como instrumento para englobar diversas esferas do patrimônio cultural através do levantamento de dados. O sistema é composto por fichas de inventário e seu manual de preenchimento, divididas pelos seguintes módulos: Bens Edificados, Bens Imateriais, Comunidades Quilombolas, Comunidades Indígenas, Comunidades Imigrantes, Sítios Arqueológicos, Sítios Paleontológicos, Bens Móveis e Integrados e Bens Móveis e Integrados – Acervos Documentais.

No Sistema de Rastreamento Cultural implantado pelo IPHAE (2017), com referência aos Bens Edificados, foi estabelecido uma tabela de valores de seleção para os bens inventariados, a fim de identificar com clareza a importância do bem inventariado e as razões que fundamentaram sua escolha (Ver Anexo C). Estes valores podem ser de instância histórica, morfológica, funcional, técnica, paisagística ou legal.

Para que o patrimônio, tanto material quanto imaterial, seja compreendido na sua totalidade o inventário deve ser elaborado sob a ótica da leitura formal, realizada pelo técnico, e da leitura simbólica, com a participação da comunidade (NEUTZLING, MEIRA, 2017). Sendo assim, a “complexidade dos inventários para a preservação deve acompanhar a complexidade da evolução e das alterações que se dão em todos os âmbitos” (CARVALHO, AMARAL, 2011, p. 7).

Compreendidos os significados e sua função, cabe responder o porquê inventariar. Conforme coloca Londres (1998, p. 34), um inventário não pode ser limitado somente aos aspectos materiais e formais do bem, e sim considerar também seu processo histórico de produção e transmissão, além de buscar os diferentes sentidos e valores atribuídos a eles para acrescentar na pesquisa, afinal o valor de referência, ou seja, “o papel de determinados bens culturais na construção das

identidades coletivas” deve estar ao lado dos valores artísticos, históricos, etnográficos, entre outros.

O trabalho de inventário é um passo para um processo maior que tem como objetivos a preservação e valorização de um patrimônio a fim de não perder sua referência cultural, acima de tudo, para a comunidade que o detêm, assim como numa finalidade mais ampla, gerar uma base de dados que serve como guia para a administração pública, organização de turismo, instituições de ensino e órgão específicos que atuam na preservação do patrimônio (SCHWERZ, 2010).

Seguindo estes preceitos, a realização do inventário dos capitéis servirá para, além da documentação, difundir e incentivar, por meio de tomada de consciência da sociedade, a importância de preservar seus bens edificados, para que não percam seu real valor de vincular os indivíduos à suas raízes históricas e possam se manter conservados para as próximas gerações.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

Neste capítulo será apresentada a metodologia utilizada para a obtenção dos resultados propostos, englobando o tipo da pesquisa; as etapas da metodologia com o modelo de ficha de inventário adotado e orientações para seu preenchimento, os critérios de seleção dos exemplares inventariados, bem como o quadro com os capitéis eleitos e seu mapeamento esquemático.

3.3. TIPO DE PESQUISA

A presente pesquisa é classificada como qualitativa, quanto à forma da abordagem do problema, já que não demanda o uso de métodos e técnicas estatísticas e, de acordo com Silva e Menezes (2005), a fonte direta para a coleta de dados é o ambiente natural e o instrumento-chave é o pesquisador.

Com relação aos seus objetivos pode ser classificada como descritiva, pois envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados, tendo em vista que o principal procedimento técnico é o levantamento com finalidade de inventário.

Ainda como procedimento técnico, envolve a pesquisa bibliográfica, já que todo o referencial teórico para embasamento do tema é elaborado a partir de material já publicado, como livros, artigos, periódicos, teses e dissertações.

3.2 ETAPAS DA METODOLOGIA

Como metodologia de trabalho, primeiramente foi realizada a revisão bibliográfica e conceitual, além da coleta de dados documentais que tenham informações relevantes para o desenvolvimento do tema. Foram consultados diversos livros, dissertações, teses e artigos, bem como o Museu do Imigrante Italiano Eduardo Marcuzzo em Vale Vêneto, São João do Polêsine e o Centro de Pesquisas Genealógicas no município de Nova Palma, em que há vasto acervo sobre a Quarta Colônia.

Logo em seguida, ao mesmo tempo das visitas aos locais a serem investigados, foi realizada a pesquisa por fontes orais, através de relatos pessoais e informais com os responsáveis pelos capitéis e pessoas que fazem parte da família dos que os construíram. Deve-se observar nos relatos, que se tratando de memória, as

lembranças individuais são o ponto de partida para o entendimento da memória coletiva, pois ambas se entrelaçam e, segundo Stefanello (2010, p.21) não há uma memória verdadeira, o que existe é a possibilidade de acessar uma memória reconstituída e essa reconstituição cria ritos e símbolos que através da prática unificam e dão sentido a um grupo. É nesse processo que a memória adquire um papel fundamental, pois a afirmação de uma identidade se dá pelo resgate histórico de um passado. Porém, após análise, as informações orais não foram utilizadas no desenvolvimento da pesquisa, visto a escassez e incompatibilidade das fontes.

Simultaneamente, foram realizadas as visitas *in loco* dos capitéis, para realizar o levantamento físico e fotográfico, bem como a análise das características construtivas e demais informações necessárias para preenchimento das fichas de inventário. Nesta etapa do levantamento em campo, o objeto de estudo capitel, foi medido interna e externamente, fotografado geral e detalhadamente, bem como registrados todos os dados e características passíveis de observação. Logo em seguida, realizou-se a graficação dos desenhos arquitetônicos em programa computacional específico, o AutoCad versão 2015.

Após a coleta de todos os dados, esses foram compilados e analisados detalhadamente para preenchimento das fichas de inventário e desenvolvimento do mapeamento dos mesmos, produtos finais organizados para a apresentação e defesa da dissertação, assim como para realização das discussões e conclusões da investigação encerrando a finalidade de divulgação e preservação dos capitéis, bens arquitetônicos da imigração italiana no estado.

3.2.1. Modelo de ficha de inventário adotado e orientações para seu preenchimento

Para a confecção do inventário foi adotado o modelo de ficha do Sistema de Rastreamento Cultural do IPHAE para bens edificados M01 (Ver Anexo A), a qual abrange diversos itens para identificar e analisar as edificações, tais como: município, localidade, número da ficha, denominação do bem, endereço/localização, proprietário, uso original/atual, latitude/longitude/erro horizontal, proteção existente, proteção proposta, bens móveis, valores estabelecidos ao bem, histórico, documentação iconográfica, levantamento fotográfico atual, imagens complementares, análise arquitetônica, planta situação atual, croqui/planta baixa, fontes, locais pesquisados,

observações, responsável e data.

O IPHAE disponibiliza, juntamente com a ficha, o manual de preenchimento da mesma, com explicações detalhadas de cada item a ser preenchido (Ver anexo B). Além disso, fornece uma ficha com os valores de seleção estabelecidos aos bens inventariados com as instâncias (Ver anexo C), podendo ser de instância histórica, morfológica, funcional, técnica, paisagística ou legal, sendo que o bem pode se enquadrar em mais de uma.

3.2.2. Critério de seleção dos exemplares inventariados

Com relação aos critérios para a seleção dos exemplares a serem inventariados, partiu-se do princípio que os capitéis deveriam ter sido construídos pelos imigrantes italianos, tendo em vista serem a maior parcela de colonizadores da Quarta Colônia, como também o objeto – capitel - ser uma edificação própria e única desta etnia, ou como reforça o texto publicado pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (2010, on-line) “[...]os capitéis evocam memórias vivas dos sonhos de uma gente que desenhou uma paisagem muito particular no mosaico cultural do país”.

Da mesma forma, foi realizado o recorte espacial, delimitando o município de São João do Polêsine pelo fato de seu distrito, Vale Vêneto, ter sido considerado o berço religioso de toda Quarta Colônia, pelos motivos já expostos na Justificativa e na abordagem sobre a Quarta Colônia. No princípio cogitou-se a realização do inventário de todos os capitéis da Quarta Colônia, seguindo o critério da construção por imigrantes, porém o fato número de exemplares em relação ao período para realização da pesquisa, 24 meses regulares, impossibilitaram esta ação, visto que somente no município de Nova Palma, por exemplo, são trinta e nove, de acordo com pesquisas no Centro de Pesquisa Genealógica em Nova Palma, e em Ivorá em torno de trinta e dois, conforme pesquisas de Coelho (2016).

Vale lembrar que, antes destes parâmetros já explicados, houve a definição do tema patrimonial e a relevância do mesmo para o desenvolvimento regional/nacional, principalmente para a comunidade local, uma vez que ao tratar de patrimônio e desenvolvimento, segundo Varine (2012) o primeiro passo é a conscientização da comunidade que detém o bem cultural, já que o desenvolvimento não terá sucesso se este não se fizer com a participação dos atores locais.

Assim, levou-se em consideração que, de acordo com Manfio (2012), o trabalho, a cultura e a religião oriundos da colonização italiana foram fundamentais para o desenvolvimento regional em todo o estado gaúcho. Desta forma a valorização dos elementos culturais, através da preservação do patrimônio construído por esses imigrantes, é uma forma de impedir que as dinâmicas de globalização destruam a identidade cultural da região.

O incentivo ao turismo é um meio para que a paisagem cultural da Quarta Colônia de Imigração Italiana permaneça preservada, além de ser uma fonte de renda à região, da mesma forma que o contrário também se valida. Ou seja, a preservação do patrimônio atrai visitantes para a região, que buscam conhecer as raízes da etnia italiana e sua formação cultural no cenário ali construído (MANFIO, 2012).

Como observado anteriormente, a religião foi um alicerce para que os imigrantes italianos desbravassem as novas terras e desenvolvessem a região, sendo o lugar sagrado o ponto mais importante das comunidades.

Neste contexto, a religião católica está presente na paisagem da Quarta Colônia de Imigração Italiana como código cultural material e imaterial. [...] No entanto, destaca-se que, na maioria das vezes, é a partir do aspecto imaterial que se consolida o material, ou seja, a partir da fé, das promessas, entre outras manifestações religiosas é que tem-se a materialização da religião, expressa por meio dos símbolos religiosos, via construção das igrejas, capitéis, grutas, entre outros. (PICCIN, 2009 p. 88).

Com base nos preceitos levantados a respeito dos capitéis da região da Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS, sentiu-se a necessidade de identificar e fazer o levantamento com o intuito de inventário dos exemplares edificados no município de São João do Polêsine, contribuindo, por conseguinte, para despertar a valorização e preservação destes locais tão importantes na formação das comunidades, assim como suprir a falta de informação sobre essas construções representantes da cultura e religiosidade.

3.2.3. Exemplares inventariados

Abaixo estão listado os exemplares inventariados bem como a localização esquemática dos mesmos, dentro do município de São João do Polêsine.

Após pesquisa e investigação, foram encontrados, dentro dos limites do município, seis capitéis, porém um deles não se enquadrava em todos os parâmetros de seleção, sendo excluído do fichamento, mas mantido no mapeamento e seu produto – roteiro ciclístico dos capitéis, por questões práticas e na importância de conjunto, ou seja, mesmo não tendo sido construído por imigrantes, e sim por descendentes, não possuindo o valor de antiguidade, mantém sua relevância social, comunitária e de memória coletiva dos seus antecessores.

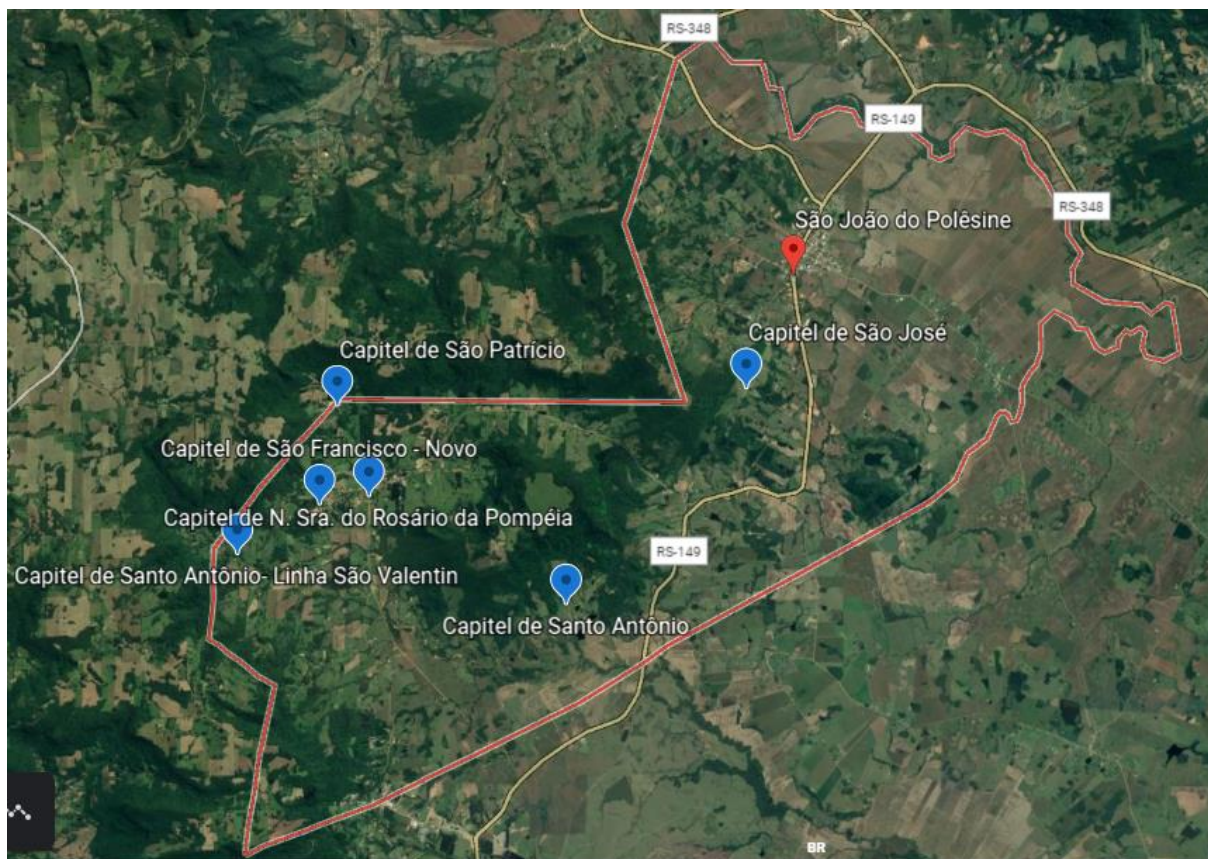
Abaixo estão listados os exemplares a serem inventariados (Quadro 1) bem como a localização esquemática dos mesmos (Figura 22), dentro do município de São João do Polêsine. A ordem definida para a apresentação das fichas foi a seguida no roteiro ciclístico apresentado como produto, deixando a apresentação do capitel de São Francisco por último, já que não foi enquadrado para fichamento.

Quadro 1 – Capitéis inventariados e sua localização e coordenadas geográficas

DENOMINAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	LATITUDE LONGITUDE
1. Capitel de São José	Linha Bonfim	29° 38' 18" S 53° 27' 26" O
2. Capitel de Nossa Senhora do Rosário da Pompéia	R. Lourenço Iop, s.n.	29° 39' 14" S 53° 31' 16" O
3. Capitel de São Patrício	Linha Um	29° 38' 29" S 53° 31' 34" O
4. Capitel de Santo Antônio	Linha São Valentin	29° 39' 45" S 53° 32' 35" O
5. Capitel de Santo Antônio	Linha da Consciência	29° 40' 12" S 53° 29' 16" O

Fonte: (A AUTORA, 2020).

Figura 22 – Mapeamento esquemático com a localização dos capitéis.



Fonte: (GOOGLE MAPS, modificado pela autora, 2020).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo são apresentadas as fichas preenchidas do Inventário dos Capitéis de São João do Polêsine, bem como as discussões relativas aos levantamentos dos exemplares inventariados e não inventariado.

4.1. INVENTÁRIO DOS CAPITÉIS CONSTRUÍDOS PELOS IMIGRANTES ITALIANOS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

4.1.1. Capitel de São José

Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer



INSTITUTO DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL

M 01

BENS EDIFICADOS

INVENTÁRIO

Município: São João do Polêsine

Ficha Nº: 000-PRS/19-0001-00002

Localidade: Vale Vêneto

Denominação do bem: Capitel de Nossa Senhora do Rosário da Pompéia	
Endereço/Localização: Rua Lourenço Iop, s.n., Zona Rural	
Proprietário: Família Bortoluzzi	
Uso original e atual: Capitel, uso religioso	
Latitude: 29°39'14" S	Longitude: 53°31'16" O
Erro Horizontal: -	
Proteção Existente: Nenhum	Proteção Proposta: Inventário
Bens Móveis: Altar/Oratório em madeira, dois genuflexórios em madeira	



Valores estabelecidos ao bem:

Instância histórica: Referência historiográfica, valor de antiguidade, significado social e memória coletiva.

Instância morfológica: Valor arquitetônico, recorrência regional.

Instância funcional: Compatibilização com a estrutura rural

Instância técnica: Estado de conservação.

Instância paisagística: Compatibilização com a paisagem urbana, elemento referencial.

Histórico:

Construído na década de 1920 pelo imigrante Ângelo Dalmolin, aproximadamente 500 metros do seu antecessor, que também era dedicado a São José. Em local elevado, próximo à estrada de terra, foi construído para homenagear o protetor da família e dos trabalhadores e abrigar a imagem do santo que havia sido trazida da Itália, a qual foi levada anos mais tarde para outra cidade por um sacerdote. Não há registros do primeiro, porém, de acordo com anotações encontradas no CPG (2019), foi erguido antes das capelas, em madeira e a escolha do local se deu em função da estrada ser o único acesso entre Polêsine e Ribeirão, ligando-se também para Silveira Martins, desta maneira o santo deveria proteger os que ali passavam, além de ser um local para parada de descanso, encontros e as tradicionais orações do terço (CPG, 2019; DALMOLIN, 2019).

A estrada está hoje abandonada, conhecida como estrada velha ou antiga estrada, e o capitel em terras particulares, tendo que passar por porteira para chegar até ele. Mesmo assim, é possível sua visita, tanto é que na data de 8 de dezembro de 2019, a prefeitura de São João do Polêsine organizou uma caminhada circuito "Pelos Caminhos do Imigrante", e um dos pontos do roteiro foi justamente este capitel, devido a sua reconhecida importância perante a comunidade.

Documentação Iconográfica:



Capitel São José em 22 de setembro de 1999.
Fonte: (Arquivos do CPG, 2019).



Levantamento Fotográfico atual:

Fachada principal



Fachada posterior



Fontes: (A AUTORA, 2019).

Levantamento Fotográfico atual:

Fachada lateral esquerda



Fachada lateral direita



Portão acesso altar



Altar



Imagens São José e São Francisco - gesso pintado



Data 'restauro' e nome pedreiro



Detalhe frontão



Fontes: (A AUTORA, 2019).

Imagens complementares (entorno, edificações)

Vista a partir da estrada de acesso - esquerda



Vista a partir da estrada de acesso - direita



Vista a partir da estrada de acesso - frontal



Vista a partir da estrada de acesso - frontal/direita



Fontes: (A AUTORA, 2019).

Análise Arquitetônica:

A edificação está localizada na zona rural, à beira do caminho de propriedade particular, acessada por estrada de terra, em terreno acidentado. Planta retangular. Altar acessado por portão duas folhas em madeira. Sem janelas. Cobertura duas águas com telhas cerâmicas tipo capa-canal. Forro em tábuas de madeira pintado em tom marrom. Pintura interna e externa em cor branca.

Características estilísticas: Inspiração clássica, com cimalkhas, frontão ornado com o que parece ser a representação da flor de lótus. Simetria.

Portão em madeira com pintura tom prata.

Piso em concreto com pintura tom vermelho.

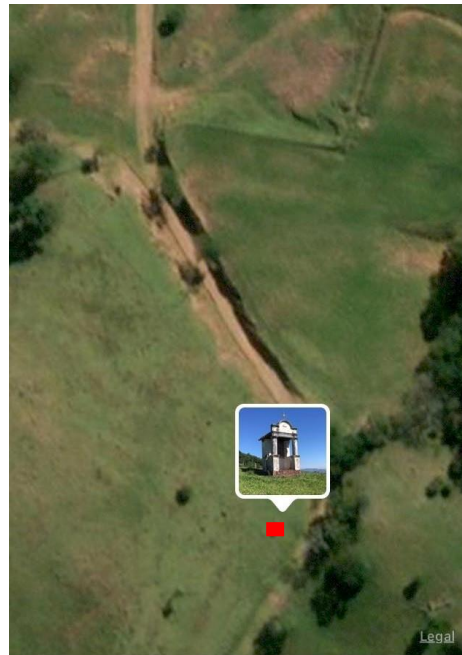
Cruz em ferro com pintura prata.

Altar em alvenaria, com pintura branca (mesma da edificação).

Estado de conservação: Pintura com descascamento em vários pontos, e com outras patologias (contaminação biológica, outros). Partes faltantes no reboco dos pilares (cantos). Pintura do portão e cruz em ferro com leve desgaste. O forro e telhado estão estáveis e bem conservados.

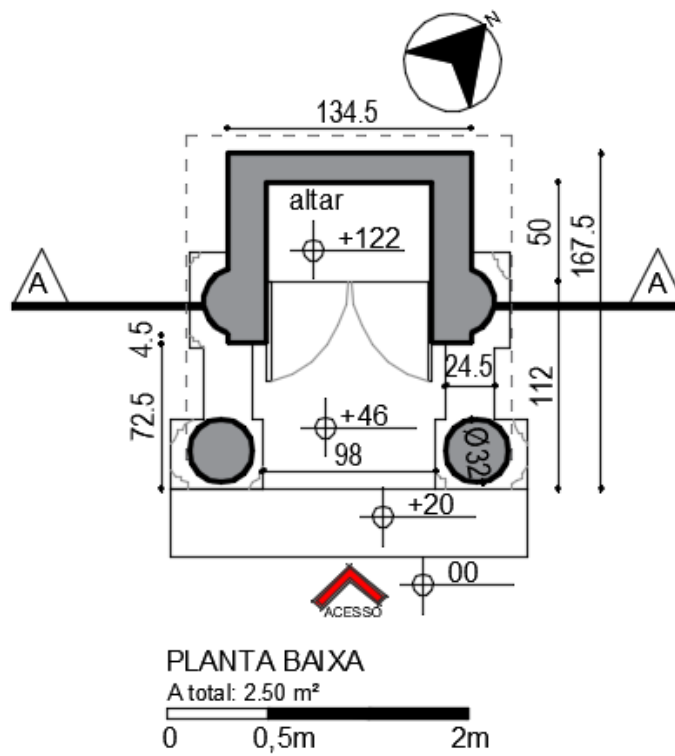
Observar que passou por reforma em 1998, sem registros de seu estado anterior.

Planta de situação atualizada

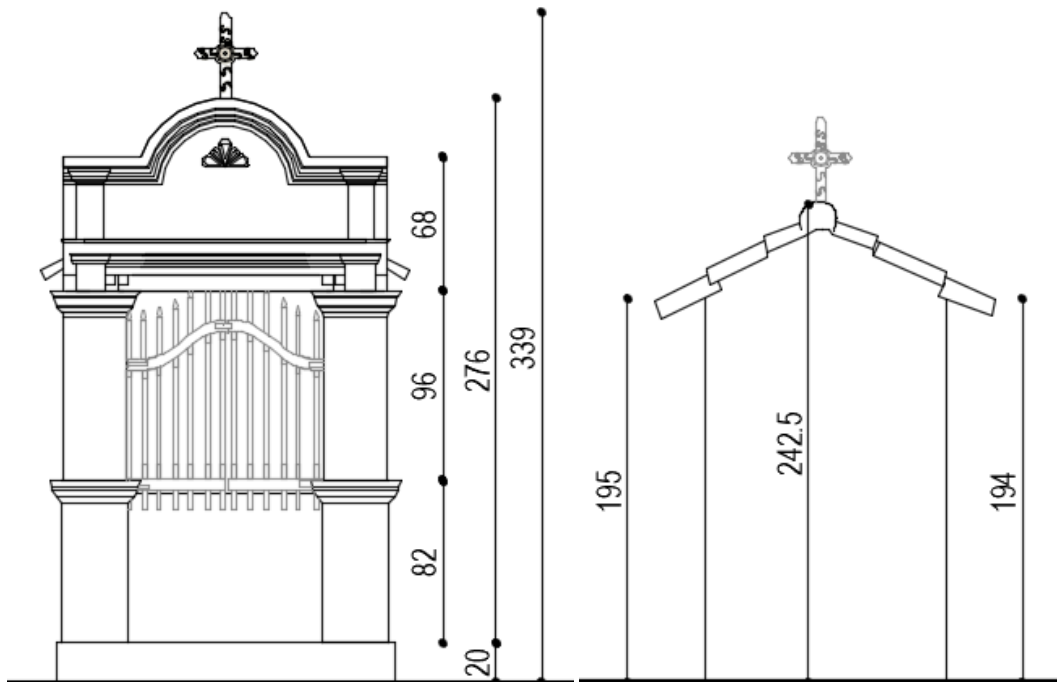


GOOGLE MAPS, modificado pela autora, 2019.

Croqui / planta baixa

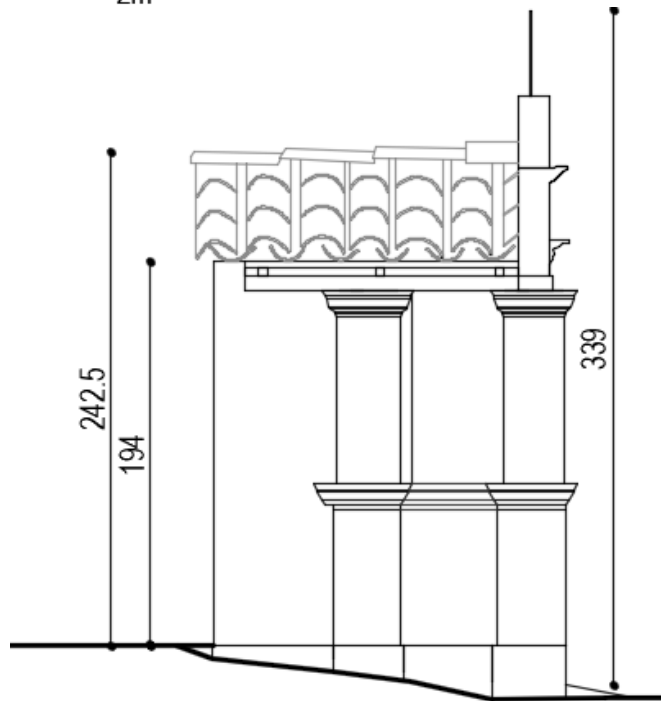


Croqui / Fachadas



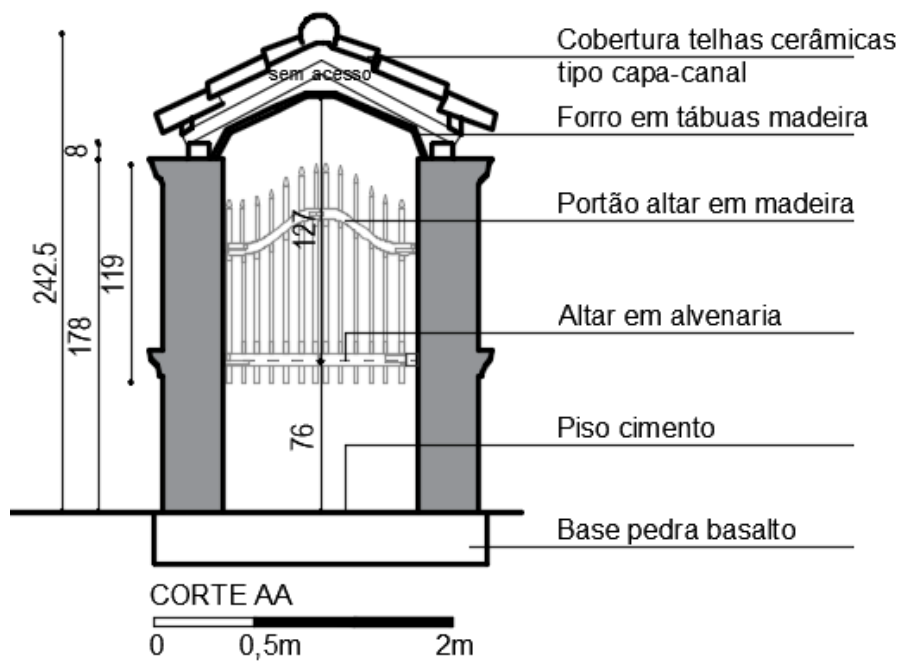
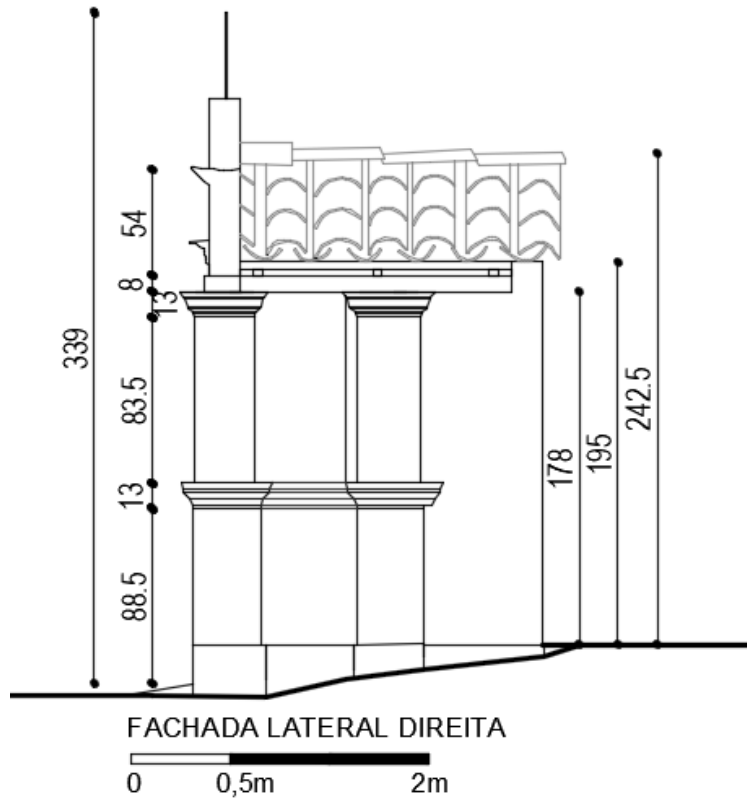
FACHADA PRINCIPAL
0 0,5m 2m

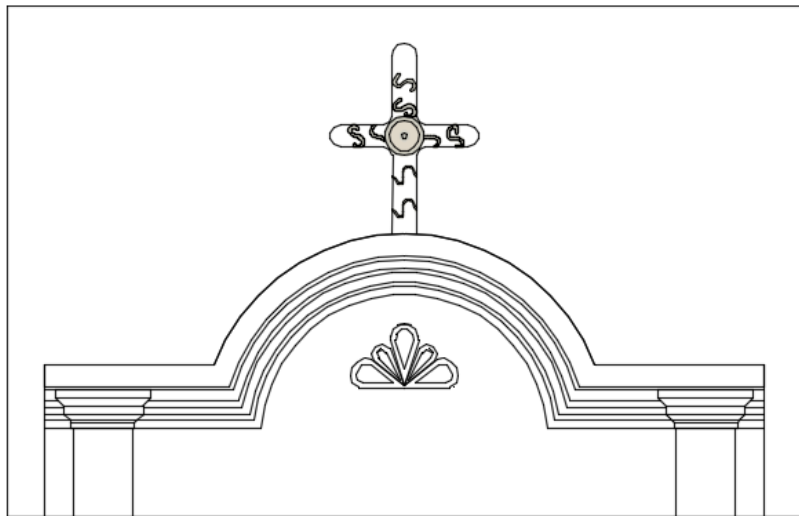
FACHADA POSTERIOR
0 0,5m 2m



FACHADA LATERAL ESQUERDA
0 0,5m 2m

Croqui / Fachada/Corte



Croqui / Detalhe**DETALHE FRONTÃO**

0 0,5m 2m

Fontes:

A AUTORA, 2019.
CPG, 2019.
VIZZOTTO, 2014.

Locais pesquisados:

Centro de Pesquisas Genealógica. Nova Palma, 2019.
Museu do Imigrante Italiano Eduardo Marcuzzo. Vale Vêneto, 2019.
Pesquisa campo pela autora. 2018; 2019.

Observações:

Sem observações.

Responsável:

Camila Piveta

Data:

07/12/2019

4.1.2 Capitel de Nossa Senhora do Rosário da Pompéia

Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer



INSTITUTO DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL

M 01

BENS EDIFICADOS

INVENTÁRIO

Município: São João do Polésine

Ficha Nº: 000-PRS/19-0001-00002

Localidade: Vale Vêneto

Denominação do bem: Capitel de Nossa Senhora do Rosário da Pompéia

Endereço/Localização: Rua Lourenço Iop, s.n., Zona Rural

Proprietário: Família Bortoluzzi

Uso original e atual: Capitel, uso religioso

Latitude: 29°39'14" S

Longitude: 53°31'16" O

Erro Horizontal: -

Proteção Existente: Nenhum

Proteção Proposta: Inventário

Bens Móveis: Altar/Oratório em madeira, dois genuflexórios em madeira



Valores estabelecidos ao bem:

Instância histórica: Referência historiográfica, valor de antiguidade, significado social e memória coletiva.

Instância morfológica: Valor arquitetônico, recorrência regional.

Instância funcional: Compatibilização com a estrutura rural

Instância técnica: Estado de conservação.

Instância paisagística: Compatibilização com a paisagem urbana, elemento referencial.

Histórico:

Construído em 1894 pela família de Domenico e Santa Poppin Bortoluzzi, procedentes da província de Treviso, imigrantes da quarta turma de colonização da Colônia Silveira Martins em 8 de maio de 1878, em agradecimento por graça alcançada pela cura do imigrante Domenico. Como não haviam recursos médicos na época, Domênico e a esposa pediram à Nossa Senhora auxílio para a enfermidade. Com a cura, após muita devoção, para agradecer o recebimento da graça, construíram o capitel, sendo celebrada uma missa na ocasião. Primeiramente foi coberto por folhas de coqueiro, depois por *scândoles*, substituídas posteriormente por telhas cerâmicas. Conforme apontamentos no CPG, foi inaugurado em 7 de outubro de 1894 (CPG, 2019; VIZZOTTO, 2014).

Documentação Iconográfica:



Fonte: (RIGHI, BISOGNIN, TORRI, 2001, p.106).

Imagem de 11 maio de 2000.



Fonte: (CPG, 2019).

Levantamento Fotográfico atual:

Fachada principal



Fachada lateral direita



Fachada posterior



Altar/Oratório



Genuflexório



Detalhe oratório



Levantamento Fotográfico atual:

Esquadria fixa



Portão acesso



Fontes: (A AUTORA, 2019).

Imagens complementares (entorno, edificações)

Vista a partir da R. Lourenço lop, com residência do entorno



Vista a partir da R. Lourenço lop, com morro ao fundo



Vista a partir da R. Lourenço lop, com residências do entorno



Vista a partir da R. Padre Rafael lop



Fontes: (A AUTORA, 2019).

Análise Arquitetônica:

A edificação está localizada na zona rural, em propriedade particular, acessada por estrada de terra, em terreno plano.

Planta retangular acessada por portão duas folhas em madeira, com duas janelas fixas em madeira e vidro liso. As aberturas possuem vergas em arco pleno. A cobertura em duas águas com telhas cerâmicas tipo capa-canal é estruturada em madeira, assim como o forro em madeira, com encaixe macho/fêmea. O frontão é encimado com coruchéus, o central com cruz em ferro. Piso em ladrilho hidráulico.

Cores na estrutura atual: esquadrias e portão madeira – tom vermelho, forro – tom azul, paredes internas e externas – branco; detalhes cimalha e cornija – tom azul, ombreiras e verga porta – tom azul.

Constam, como bens móveis, um altar/oratório em madeira, com detalhes esculpidos e dois genuflexórios em madeira. O oratório abriga oito estátuas de santos em gesso pintado.

Características estilísticas de inspiração clássica, predominância de simplicidade, limpidez no volume e tendência à simetria. Com cimalthas e cornija em tom diferente da pintura do corpo, evidenciando-as.

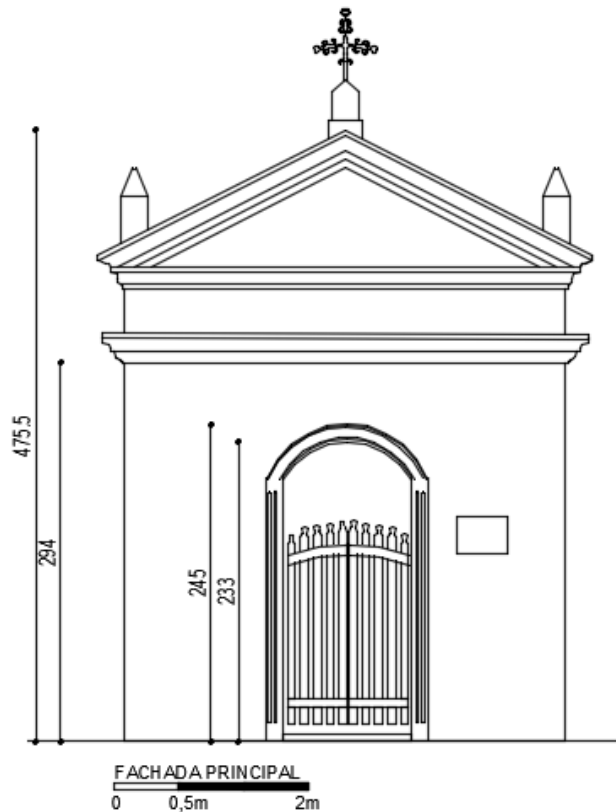
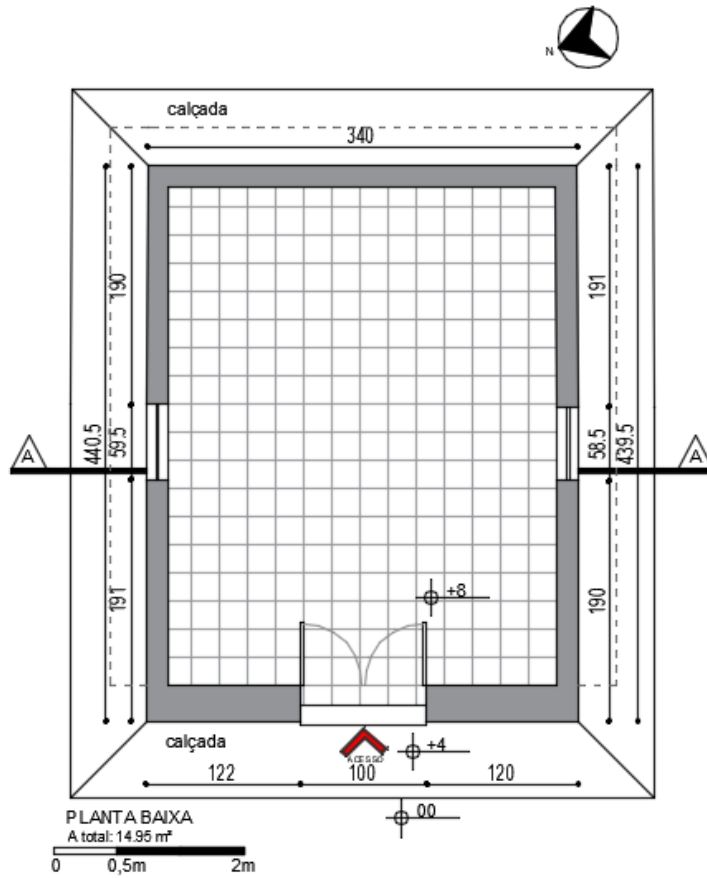
Estado de conservação: Partes com patologias. Pintura descascando (paredes e esquadrias). Infiltração leve. Piso sem partes faltantes.

Planta de situação atualizada

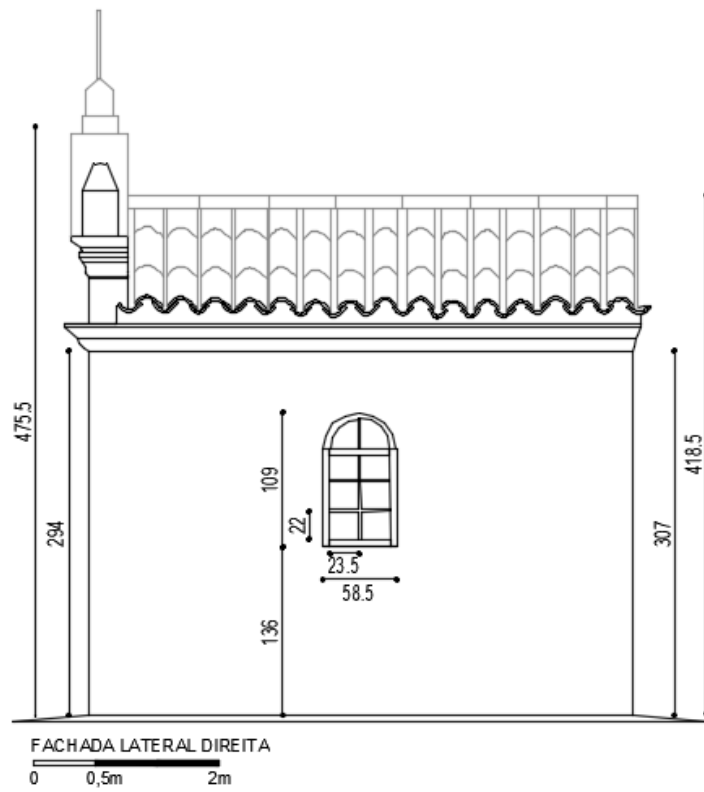
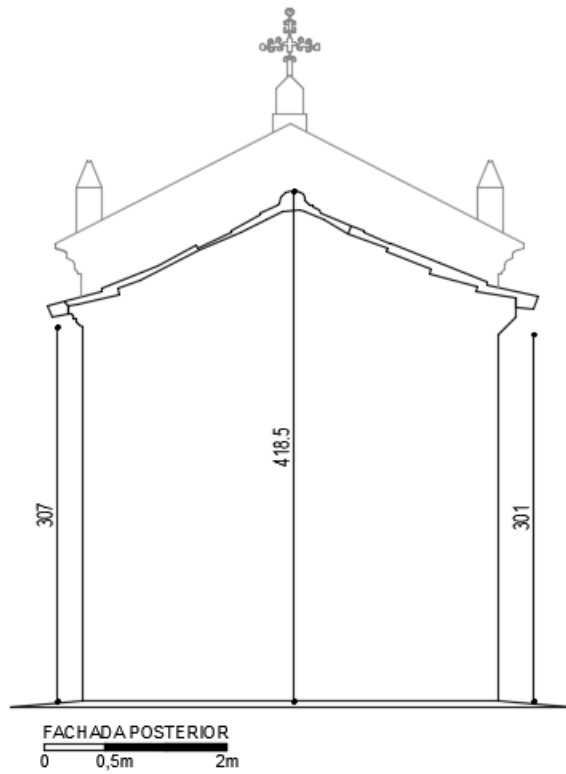


FONTES: GOOGLE MAPS, modificado pela autora, 2019.

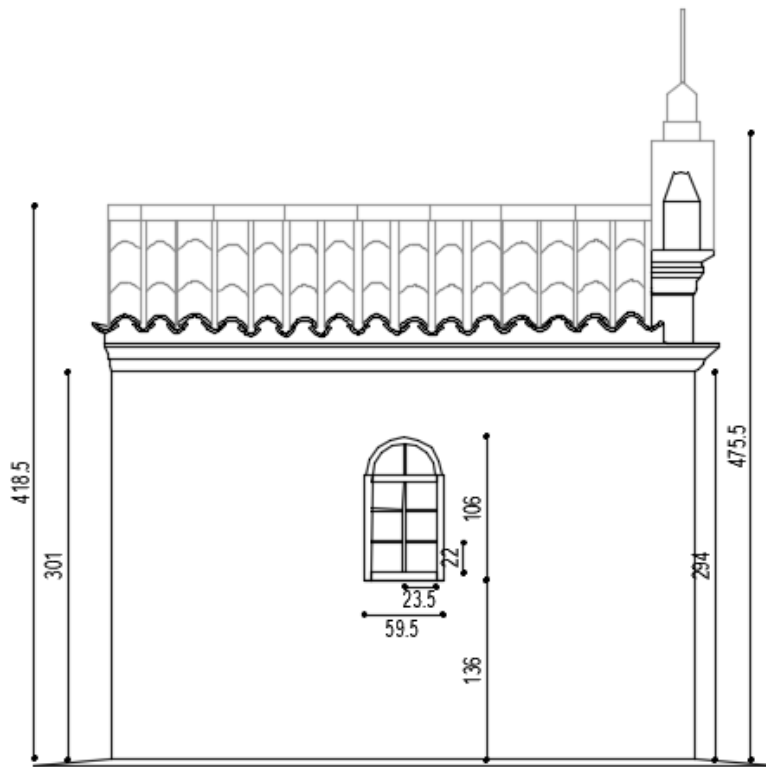
Croqui / planta baixa/fachada



Croqui / fachadas

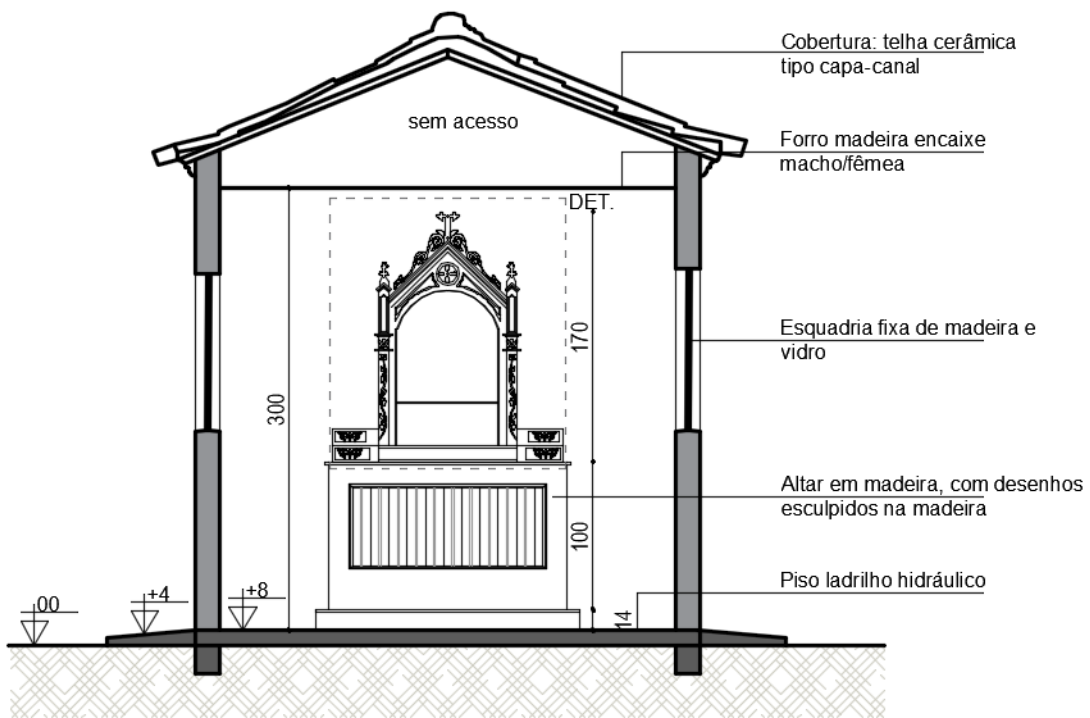


Croqui / fachada/corte



FACHADA LATERAL ESQUERDA

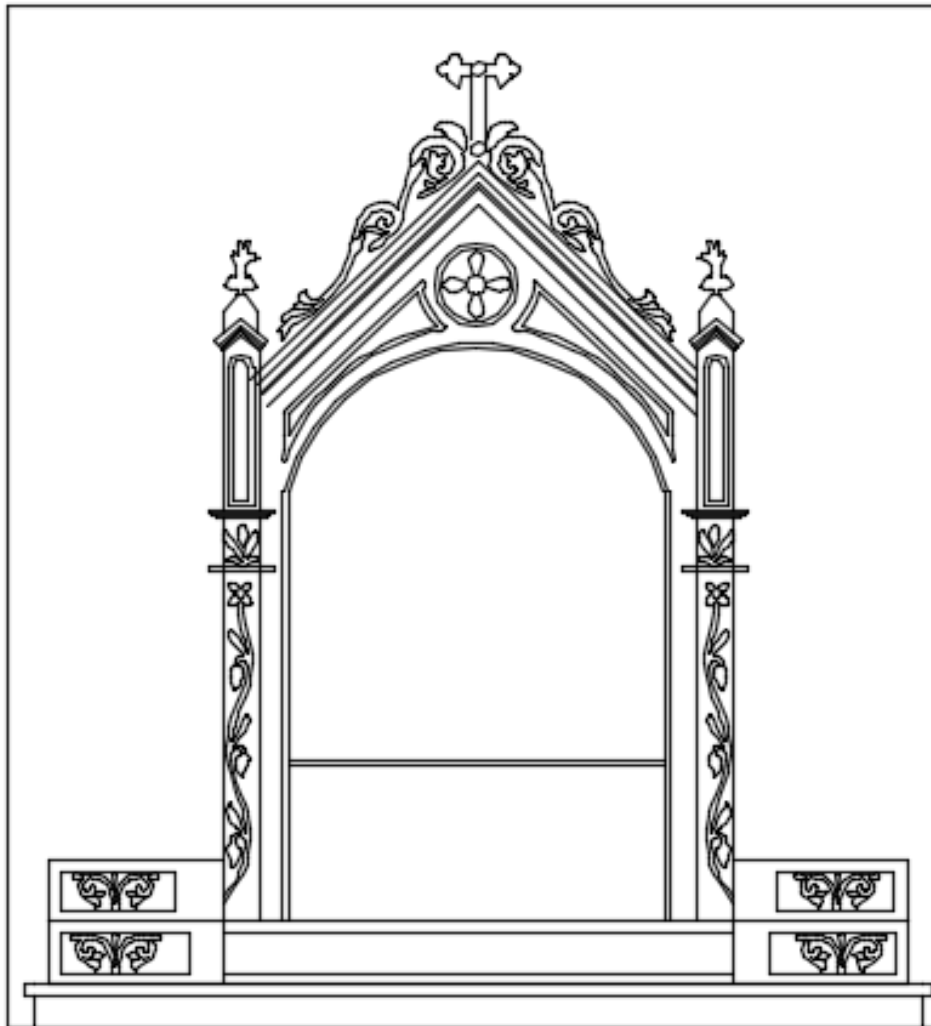
0 0,5m 2m



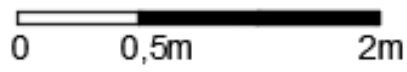
CORTE AA

0 0,5m 2m

Croqui / detalhe altar



DETALHE ALTAR



Fontes:

A AUTORA, 2019.
CPG, 2019.
GOOGLE MAPS, 2019.
RIGHI, BISOGNIN, TORRI, 2001.
VIZZOTTO, 2014

Locais pesquisados:

Centro de Pesquisas Genealógica. Nova Palma, 2019.
Museu do Imigrante Italiano Eduardo Marcuzzo. Vale Vêneto, 2019.
Pesquisa campo pela autora. 2018; 2019.

Observações:

Sem observações.

Responsável:

Camila Piveta

Data:

04/03/2019

4.1.3 Capitel de São Patrício

Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer



INSTITUTO DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL

M 01

BENS EDIFICADOS

INVENTÁRIO

Município: São João do Polésine

Ficha Nº: 000-PRS/19-0001-00003

Localidade: Linha Um

Denominação do bem: Capitel de São Patrício

Endereço/Localização: Linha Um, s.n., Zona Rural

Proprietário: Esfera municipal. Família Canzzian (responsável).

Uso original e atual: Capitel, uso religioso

Latitude: 29°38' 29" S

Longitude: 53°31' 34" O

Erro Horizontal: -

Proteção Existente: Nenhum

Proteção Proposta: Inventário

Bens Móveis: Imagem em gesso pintada de São Patrício; Imagem São Patrício trazida por devoto europeu; Quadro pintura São Patrício; Quadro pintura São Patrício original (a restaurar); Altar em madeira; Móvel em madeira.



Valores estabelecidos ao bem:

Instância histórica: Referência historiográfica, valor de antiguidade, significado social e memória coletiva.

Instância morfológica: Valor arquitetônico, recorrência regional.

Instância funcional: Compatibilização com a estrutura rural.

Instância técnica: Estado de conservação.

Instância paisagística: Compatibilização com a paisagem urbana, elemento referencial.

Histórico:

Construído em 1898 em agradecimento a uma promessa da cura de picada de cobra venenosa, em propriedade cedida pelo imigrante Jayme Iop e esposa. O Sr. Baldissera fez a promessa para São Patrício salvar um parente que havia sido picado por cobra, em vista de poucos recursos médicos e da devoção no santo protetor, assim que a graça foi recebida, o capitel foi erguido.

Os imigrantes trouxeram a devoção à São Patrício da Itália, os quais, ao desbravar as matas nativas e encontrar muitas cobras, rezavam para o santo pedindo proteção, inicialmente em baixo de uma árvore e após a construção do capitel, rezando terços à noite.

No dia 17 de março, é realizada missa no local. Segundo relatos, a festa era anunciada para a vizinhança um dia antes, através da queima de fogos de artifício, e no dia a missa solene era seguida de almoço e demais festejos à tarde (VIZZOTTO, 2014).

Documentação Iconográfica:

Capitel em 2013.



FONTE: VIZZOTO, 2014.

Levantamento Fotográfico atual:

Fachada frontal



Fachada posterior



Fachada lateral esquerda



Fachada lateral direita



Porta acesso



Pia de água benta



Esquadria



Piso ladrilho hidráulico



Fontes: (A AUTORA, 2019).

Levantamento Fotográfico atual:

Altar



Altar e oratório



Quadro original de São Patrício



Imagem de São Patrício



Imagem de São Patrício trazida por devoto europeu



Oratório com os diversos objetos



Móvel para guardar objetos



Imagens complementares (entorno, edificações)

Vista a partir da estrada de acesso



Vista a partir de estrada secundária



Vista com morros ao fundo.



Placa de identificação do capitel



Fontes: (A AUTORA, 2019).

Análise Arquitetônica:

A edificação está localizada na zona rural, à beira do caminho, acessada por estrada de terra, em terreno plano, com entorno lateral e fundos em declive. Planta hexagonal acessada por porta uma folha em madeira com verga em meia circunferência com caixilho fixo em madeira e vidro. Duas janelas, duas folhas de abrir em madeira e vidro, verga em meia circunferência com caixilho fixo em madeira e vidro. Cobertura cinco águas com telhas cerâmicas e forro em madeira pintada com encaixe macho/fêmea. Frontão com detalhe circular em relevo remetendo a um óculo, porém sem abertura, encimado por coruchéu com cruz em ferro.

Características estilísticas: Inspiração clássica com predominância de simplicidade e limpidez no volume. Simetria.

Detalhe no frontão: circunferência em relevo, remetendo a um óculo, em tom de azul.

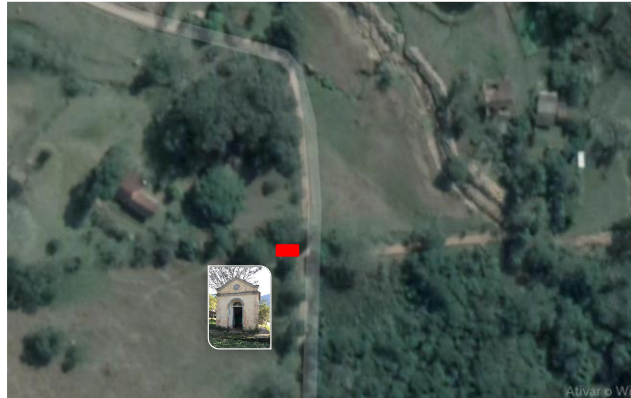
Piso ladrilho hidráulico 20x20cm. Cruz em ferro com pintura.

Altar e móvel guarda objetos em madeira pintada cor branca.

Possui, como bens móveis, altar e móvel guarda objetos em madeira. O altar abriga duas estátuas de São Patrício, a menor delas trazida por visitante estrangeiro em 2007, o quadro original do Santo, em estado de conservação bastante comprometido, e o novo quadro, pintado com São Patrício expulsando as cobras representadas pelas espécies Urutu, Cruzeiro, Cascavel, Coral Verdadeira, Jararaca e Falsa Coral.

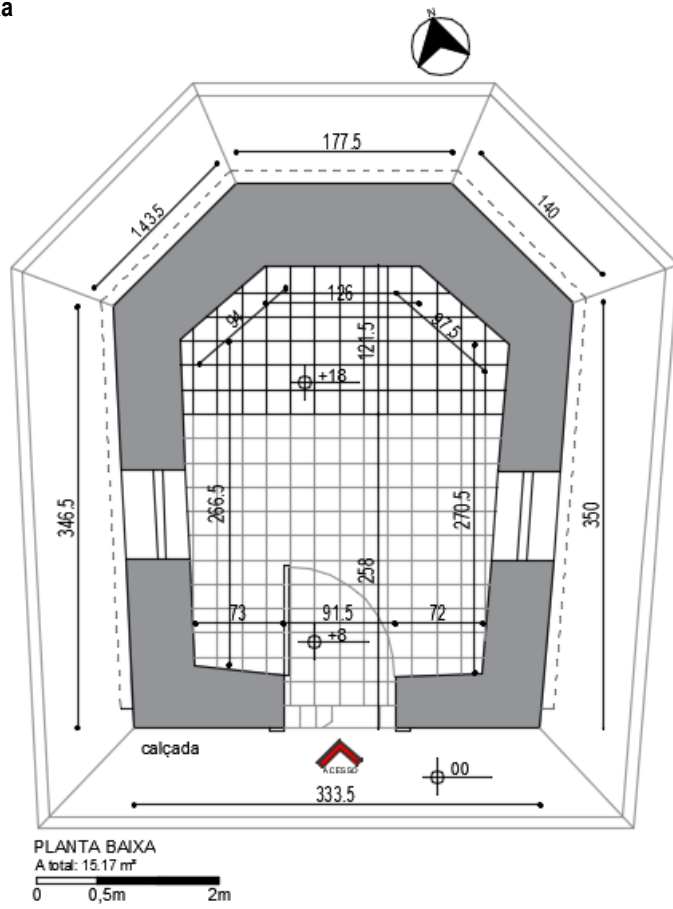
Estado de conservação: Partes com patologias. Pintura descascando (paredes e esquadrias). Infiltração e mofo no forro. Piso com 2 peças faltantes. Porta de madeira com partes em apodrecimento. Presença de cupins. Quadro original em estado avançado de decomposição por cupins/brocas e umidade.

Planta de situação atualizada

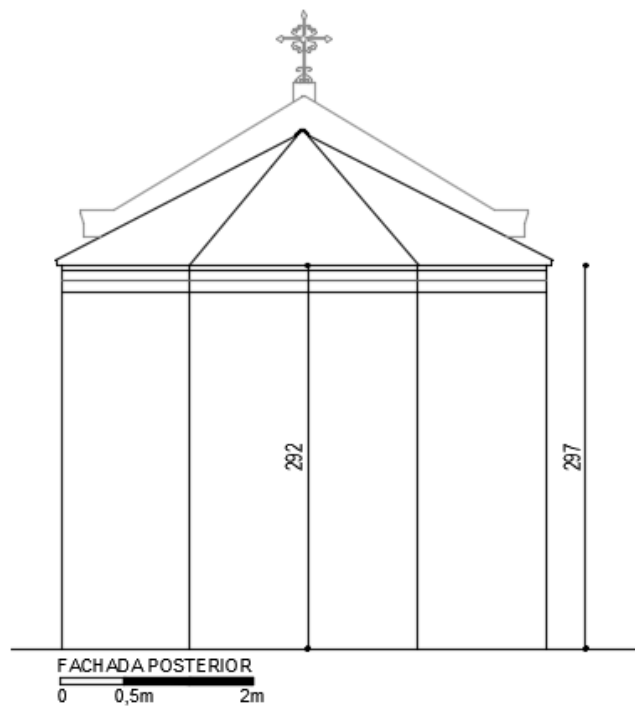


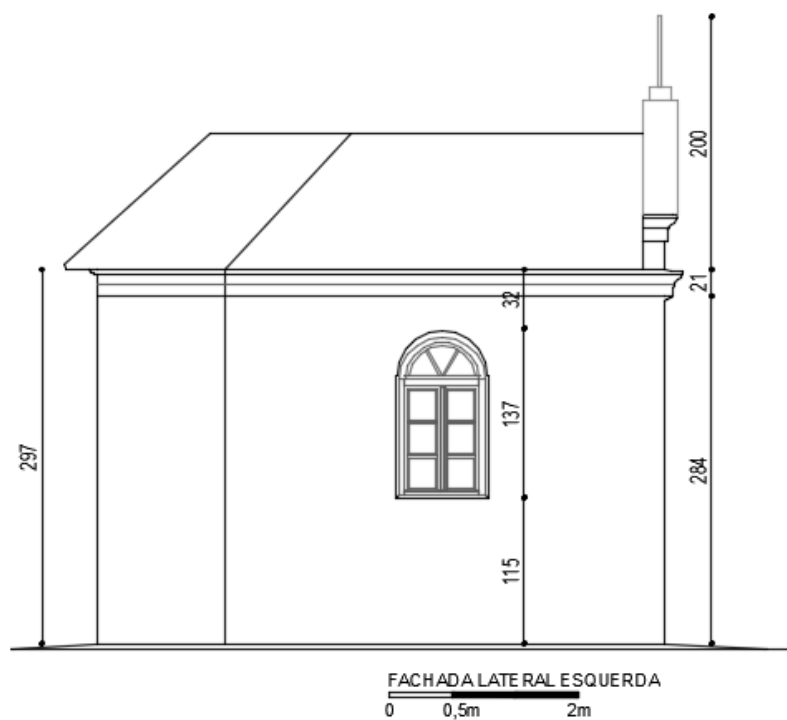
FONTES: GOOGLE MAPS, modificado pela autora, 2019.

Croqui / Planta baixa



Croqui / fachadas



Croqui / fachada**Fontes:**

A AUTORA, 2019.
 GOOGLE MAPS, 2019.
 VIZZOTTO, 2014.

Locais pesquisados:

Centro de Pesquisas Genealógica. Nova Palma, 2019.
 Museu do Imigrante Italiano Eduardo Marcuzzo. Vale Vêneto, 2019.
 Pesquisa campo pela autora. 2018; 2019.

Observações:

Sem observações.

Responsável:

Camila Piveta

Data:

04/03/2019

4.1.4 Capitel de Santo Antônio – Linha São Valentin

Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer



INSTITUTO DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL

M 01

BENS EDIFICADOS

INVENTÁRIO

Município: São João do Polêsine

Ficha Nº: 000-PRS/19-0001-00004

Localidade: Linha dos Brondani/Linha São Valentin

Denominação do bem: Capitel de Santo Antônio

Endereço/Localização: Linha São Valentin, s.n., Zona Rural

Proprietário: Esfera municipal. Família Brondani (responsável).

Uso original e atual: Capitel, uso religioso

Latitude: 29°39' 45" S

Longitude: 53°32' 35" O

Erro Horizontal: -

Proteção Existente: Nenhum

Proteção Proposta: Inventário

Bens Móveis: Imagem em gesso pintada de Santo Antônio; Imagem em gesso pintada de N. Senhora



Valores estabelecidos ao bem:

Instância histórica: Referência historiográfica, valor de antiguidade, significado social e memória coletiva.

Instância morfológica: Valor arquitetônico, recorrência regional.

Instância funcional: Compatibilização com a estrutura rural.

Instância técnica: Estado de conservação.

Instância paisagística: Compatibilização com a paisagem urbana, elemento referencial.

Histórico:

Construído em 1878, pelos membros da família Brondani, em devoção à Santo Antônio. Logo ao chegarem, providenciaram um local para colocar o quadro em papel e tecido emoldurado, trazido da Itália pelo imigrante Geovani Battista Brondani.

De início foi construído em madeira toda serrada a mão. Posteriormente foi aperfeiçoado com tijolos carregados pelas mulheres em seus aventais e rebocado com barro. Entre 1905 e 1964 foram realizados diversos reparos, até que ficou abandonado por um período em função de o responsável pela sua conservação ter se mudado. Em 1998 passou por reforma, a qual conferiu a recuperação para a aparência atual. Desde então é mantido pelo morador mais próximo.

Passados alguns anos da construção, um imigrante da localidade fez uma promessa ao santo pela cura de seu filho. Com a graça alcançada, doou uma imagem de Santo Antônio, a qual permanece no capitel. Desde então, são celebradas missas todos os anos no dia 13 de junho, na qual são distribuídos pães bentos, feitos por voluntárias do entorno (VIZZOTTO, 2014).

Documentação Iconográfica:

Sem informação.

Levantamento Fotográfico atual:

Fachada frontal



Fachada posterior



Fachada lateral direita



Portão de acesso



Altar



Detalhe fachada frontal



Data reforma



Fontes: (A AUTORA, 2019).

Imagens complementares (entorno, edificações)

Vista a partir da estrada de acesso



Vista a partir da estrada de acesso, com morro ao fundo



Vista a partir da estrada, fachada frontal e lateral direita



Fontes: (A AUTORA, 2019).

Análise Arquitetônica:

A edificação está localizada na zona rural, à beira do caminho, acessada por estrada de terra, em terreno plano. Planta retangular acessada por portão uma folha em ferro. Sem janelas. Cobertura duas águas com telhas cerâmicas tipo capa-canal. Forro em PVC. Pintura cor tom rosado parte externa, parte interna cor branca.

Características estilísticas: Predominância de simplicidade e limpidez no volume. Simetria.

Portão em ferro com pintura.

Piso cerâmico 30x30 cm. Cruz em ferro com pintura.

Forro em PVC com encaixe macho/fêmea.

O altar em alvenaria abriga duas estátuas em gesso pintado, a de Santo Antônio e a de Nossa Senhora da Piedade, e uma caixa em madeira para doações.

Estado de conservação: Como a edificação recebeu reforma total em 1998 e vem sendo conservada desde então, não apresenta danos significativos.

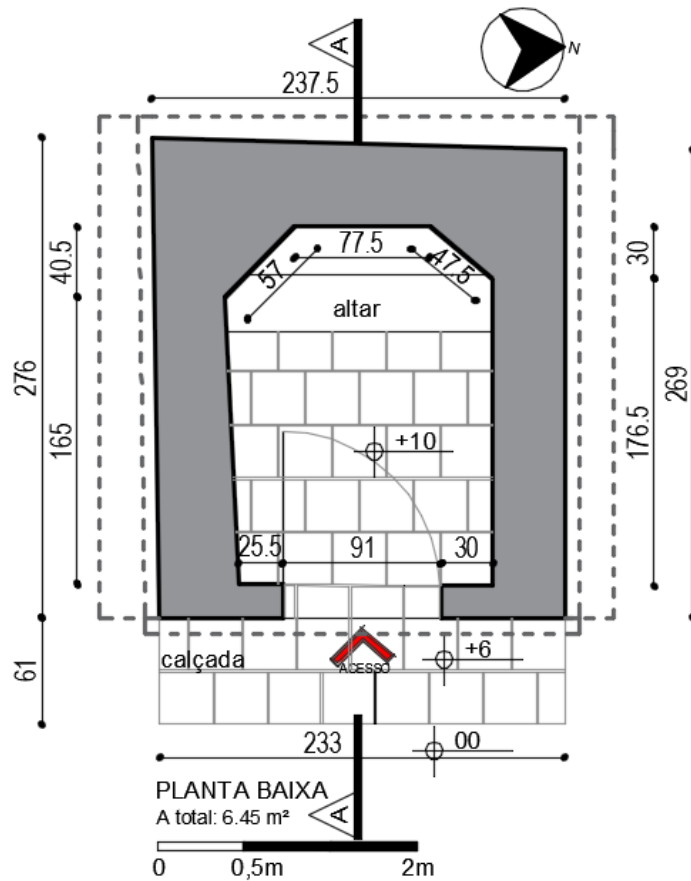
Observar que não se trata da edificação original. Não foram encontradas documentações iconográficas do original.

Planta de situação atualizada

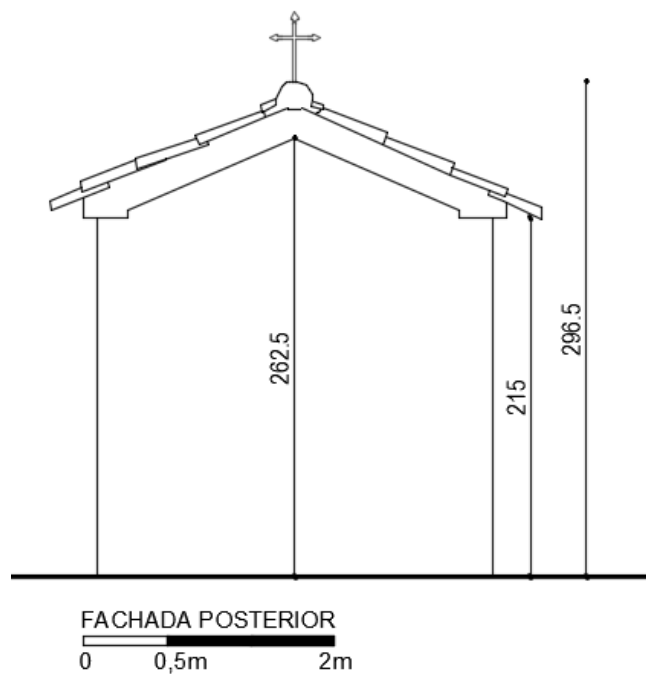
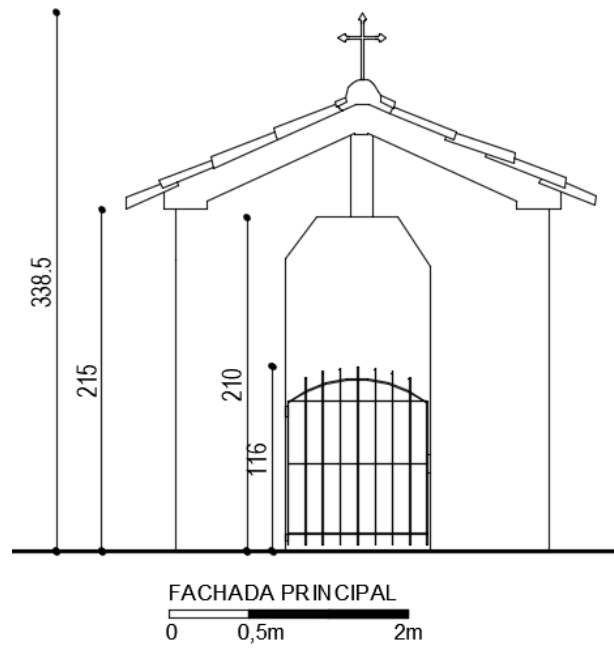


FONTES: GOOGLE MAPS, modificado pela autora, 2019.

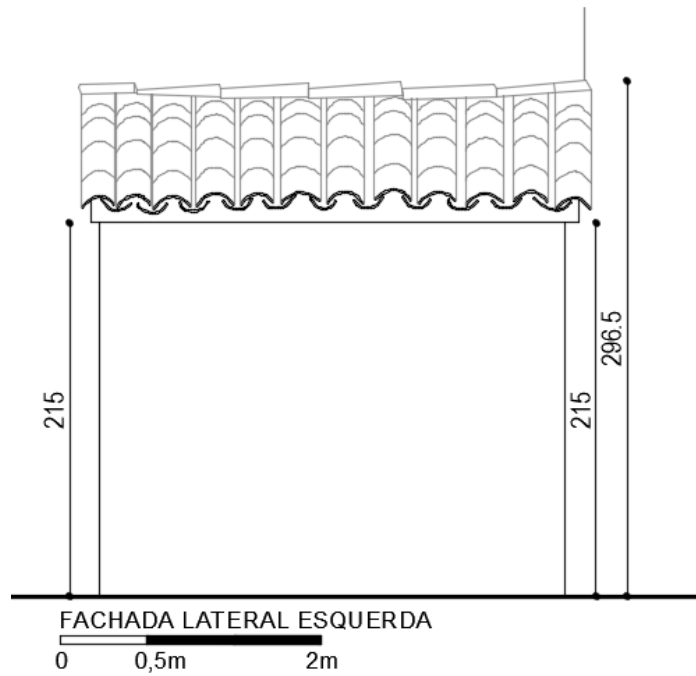
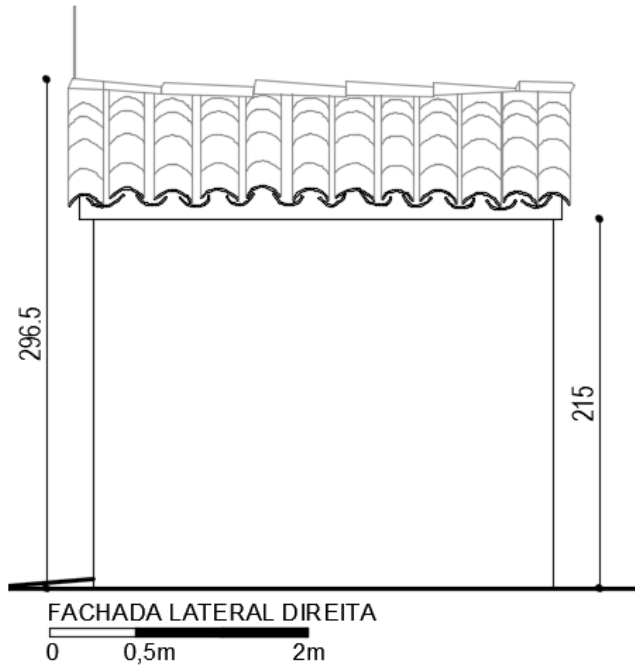
Croqui / planta baixa

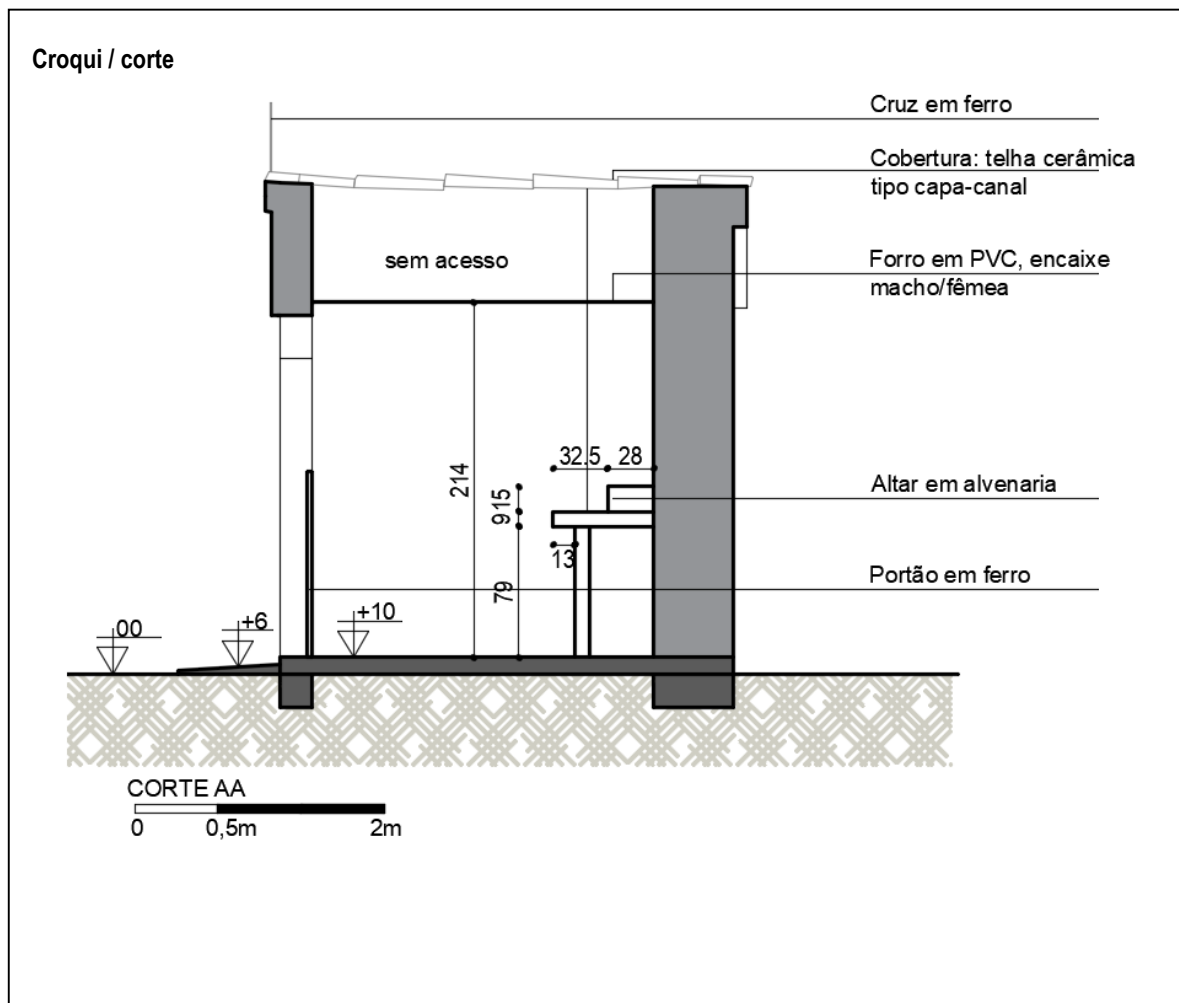


Croqui / fachadas



Croqui / fachadas



**Fontes:**

A AUTORA, 2019.
 GOOGLE MAPS, 2019
 VIZZOTTO, 2014

Locais pesquisados:

Centro de Pesquisas Genealógica. Nova Palma, 2019.
 Museu do Imigrante Italiano Eduardo Marcuzzo. Vale Vêneto, 2019.
 Pesquisa campo pela autora. 2018; 2019.

Observações:

Sem observações.

Responsável:

Camila Piveta

Data:

05/03/2019

4.1.5 Capitel de Santo Antônio – Linha da Consciência

Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer



INSTITUTO DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL

M 01

BENS EDIFICADOS

INVENTÁRIO

Município: São João do Polésine

Ficha Nº: 000-PRS/19-0001-00005

Localidade: Linha da Consciência

Denominação do bem: Capitel de Santo Antônio

Endereço/Localização: Linha da Consciência, s.n., Zona Rural

Proprietário: Esfera municipal. Na propriedade de Astrogildo Felipetto.

Uso original e atual: Capitel, uso religioso

Latitude: 29°40' 12" S

Longitude: 53°29' 16" O

Erro Horizontal: -

Proteção Existente: Nenhum

Proteção Proposta: Inventário

Bens Móveis: Imagem em gesso pintada de Santo Antônio; Imagem em gesso pintada de N. Senhora; ver mais



Valores estabelecidos ao bem:

Instância histórica: Referência historiográfica, valor de antiguidade, significado social e memória coletiva.

Instância morfológica: Valor arquitetônico, recorrência regional.

Instância funcional: Compatibilização com a estrutura rural.

Instância técnica: Estado de conservação.

Instância paisagística: Compatibilização com a paisagem urbana, elemento referencial.

Histórico:

Construído em 1930 pelo casal Rosa e Silvestre Pozzobon Giacomini, em homenagem à Santo Antônio, por graça alcançada em favor da cura do filho Ornóbio (VIZZOTTO, 2014).

O capitel foi erguido na estrada de acesso à casa de Antonio Vernier, imigrante chegado em 1879 para explorar as condições da Colônia a fim de retornar à Itália com informações. Foi escolhido por Luigi Rosso e Paolo Bortoluzzi, líderes no Vale, para voltar à Itália em busca de um sacerdote, já que era conhecido da família Bortoluzzi e confiado à população como amigo de religiosos (RIGHI, BISOGNIN E TORRI, 2001; VIZZOTTO, 2014).

No ano de 1945 um temporal com raios destruiu o capitel, restando somente a imagem de Santo Antônio intacta. O então proprietário da terra, senhor Astrogildo, juntamente com a família recuperou-o, mantendo-o até hoje (VIZZOTTO, 2014).

Documentação Iconográfica:

Sem informação.

Levantamento Fotográfico atual:

Fachada principal



Fachada posterior



Fachada lateral direita



Fachada lateral esquerda



Portão de acesso



Altar



Altar com imagens em gesso



Imagens complementares (entorno, edificações)

Vista a partir da estrada de acesso - esquerda



Vista com residência ao fundo



Vista a partir da estrada de acesso –
direita, com paisagem ao fundo



Fontes: (A AUTORA. 2019).

Análise Arquitetônica:

A edificação está localizada na zona rural, à beira do caminho de propriedade particular, acessada por estrada de terra, em terreno levemente acidentado. Planta retangular acessada por portão uma folha em ferro. Sem janelas. Cobertura duas águas com telhas cerâmicas tipo francesa. Forro em compensado de madeira e roda forro em madeira, pintados na cor branca. Pintura interna e externa em cor tom azul.

Características estilísticas: Predominância de simplicidade e limpidez no volume. Simetria.

Portão em ferro com pintura tom prata.

Verga em arco.

Piso cerâmico 30x15 cm.

Cruz em ferro com pintura.

Altar em alvenaria, com pintura cor tom azul (mesmo da edificação).

Estado de conservação: A edificação está descaracterizada pelo anexo de antena parabólica na sua fachada posterior. Pintura com descascamento em vários pontos, e com outras patologias (contaminação biológica, outros).

Pintura do portão e cruz em ferro com desgaste, descascamento. O forro e roda forro apresentam descolamento, manchas de infiltração O entorno encontra-se com vegetação rasteira sem poda.

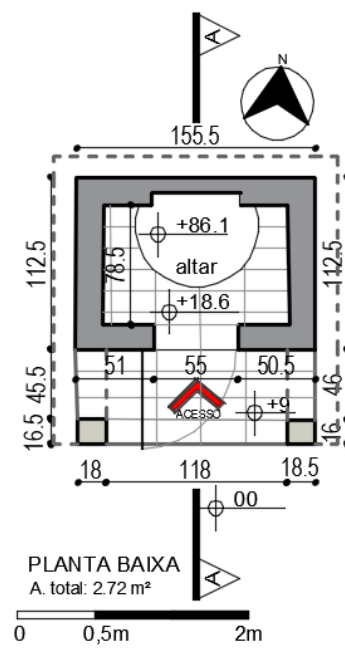
Observar que não se trata da edificação original (Não encontrado registro da original). Foi refeita em 1945 após temporal danificar a estrutura original.

Planta de situação atualizada

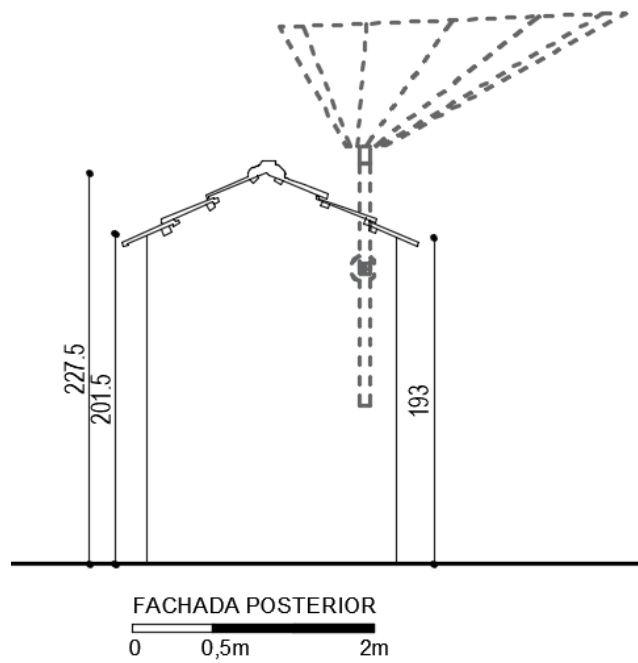
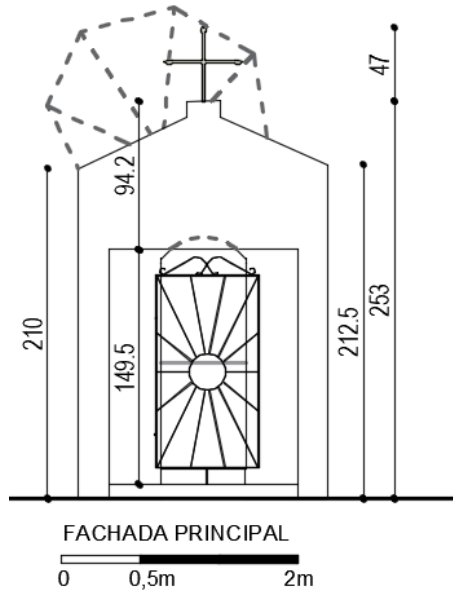


FONTES: GOOGLE MAPS, modificado pela autora, 2019

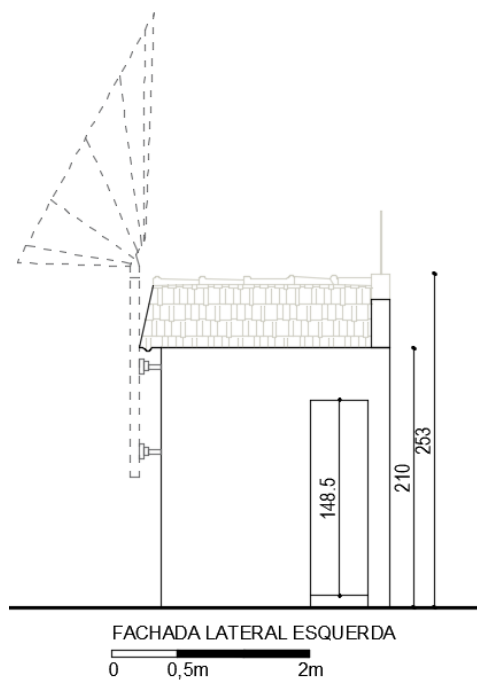
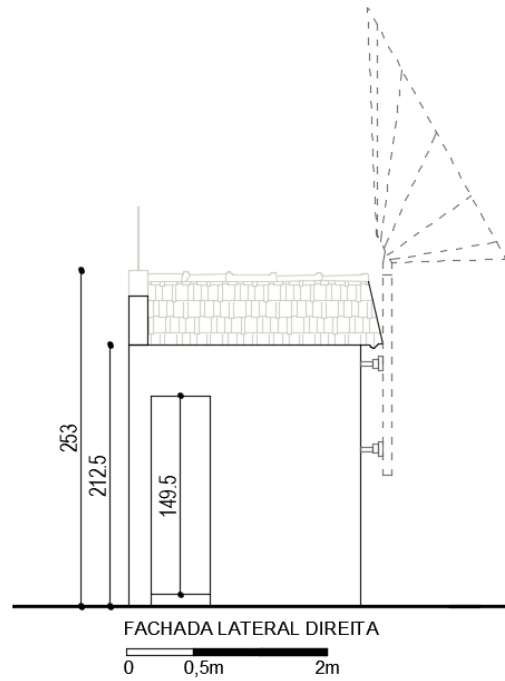
Croqui / planta baixa



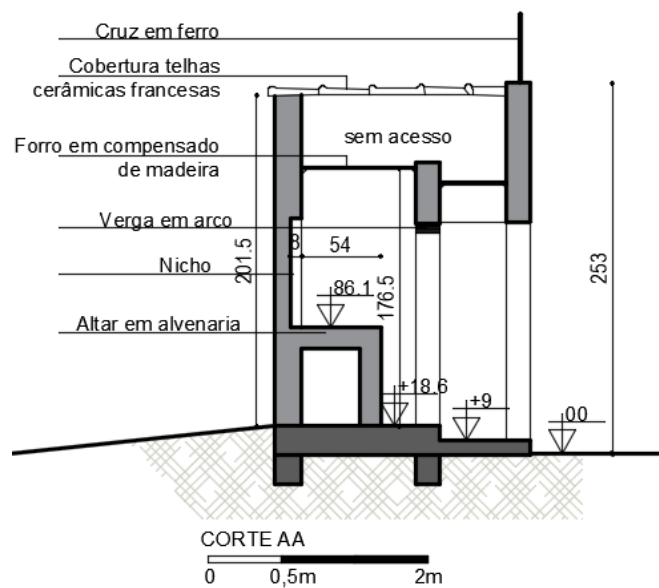
Croqui / fachadas



Croqui / fachadas



Croqui / planta baixa

**Fontes:**

A AUTORA, 2019.

GOOGLE MAPS, 2019.

RIGHI, BISOGNIN, TORRI, 2001.

VIZZOTTO, 2014

Locais pesquisados:

Centro de Pesquisas Genealógica. Nova Palma, 2019.

Museu do Imigrante Italiano Eduardo Marcuzzo. Vale Vêneto, 2019.

Pesquisa campo pela autora. 2018; 2019.

Observações:

Sem observações.

Responsável:

Camila Piveta

Data:

05/03/2019

4.1.6 Capitel de São Francisco - Novo

Este capitel não será contemplado com a ficha de inventário, apesar de estar dentro da área delimitada, não se enquadra no critério de seleção da construção por imigrantes italianos, mas sim por descendentes.

Porém, será aqui apresentado com imagens, sua situação em mapa (Figura 23) e seu histórico já que será incluso no produto desenvolvido de roteiro ciclístico dos capitéis, tendo em vista que o roteiro busca contemplar todos os capitéis encontrados na área de delimitação, em função do conjunto simbólico e de significação que possui.

O capitel de São Francisco, localizado na Rua Alexandre Rorato, sem número, distrito de Vale Vêneto, coordenadas geográficas 29° 39' 19" Sul, 53° 31' 45" Oeste, foi inaugurado no ano de 2012, no mesmo local em que os imigrantes, ao chegarem ao Vale, ergueram uma capela de madeira em homenagem à São Francisco, primeiro santo de devoção dos ali instalados.

O terreno foi doado pela família de Gentil Tronco, mesma a organizar a missa de inauguração em 06 de outubro de 2012. Foi erguido para ser um marco histórico e religioso, ademais, conforme Alves (2013 apud Vizzotto, 2014, p. 138)

[...] além de marco histórico e de seu valor artístico-cultural, este Capitel cumpre sua verdadeira função: a de reavivar o cristianismo puro, de amor e compaixão aos que aqui vierem na busca de reflexões e vivências dos verdadeiros valores cristãos. O local é muito mais do que um marco histórico, é um marco pela dimensão da fé, não apenas da família Tronco, mas de toda a comunidade de Vale Vêneto. (ALVES, 2013 apud VIZZOTTO, 2014, p. 138).

O capitel foi projetado pelo arquiteto Pepe Reyes, o mosaico é de autoria do professor de Artes Plásticas da UFSM, Alfonso Benetti, e a imagem do santo, de aproximadamente um metro, esculpida por Teura Benetti, filha de Alfonso, foi colocada em seu interior em 13 de outubro de 2013, com realização de celebração religiosa.

Nas figuras 24 e 25 são apresentadas imagens do capitel, com vista a partir da R. Alexandre Rorato, sua fachada frontal, fachada lateral e detalhe da fachada frontal em que está o mosaico de São Francisco elaborado por Alfonso Benetti.

Figura 23 – Planta de Situação do Capitel de São Francisco



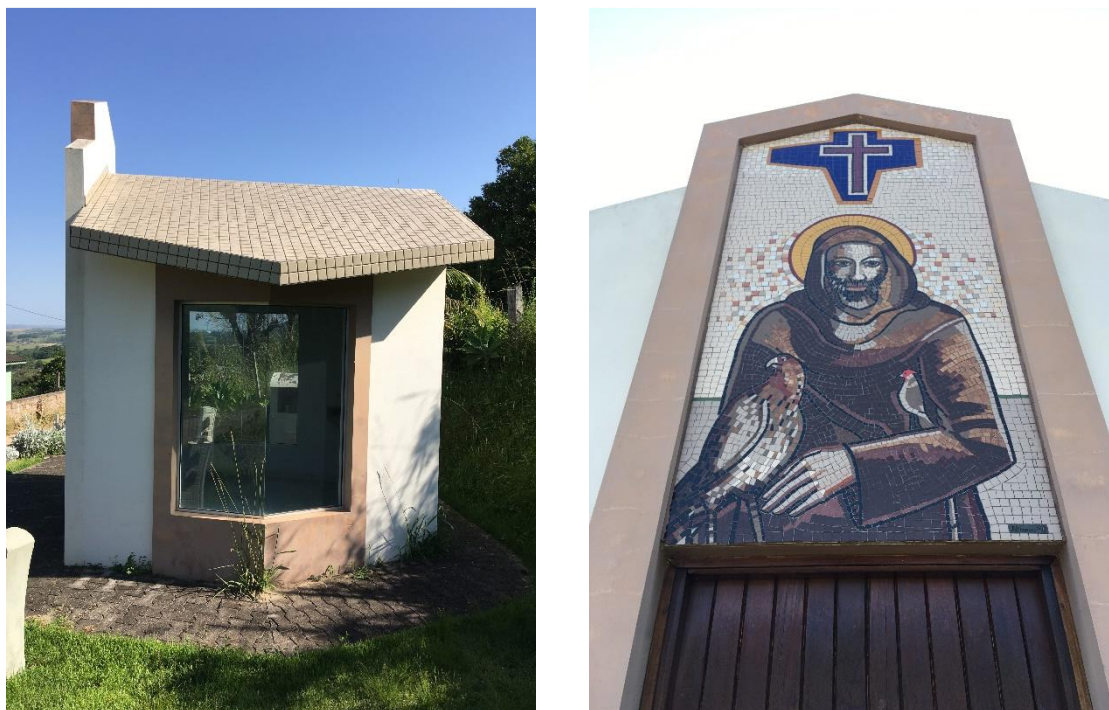
Fontes: (GOOGLE MAPS, modificado pela autora, 2019).

Figura 24 – Vista a partir da R. Alexandre Rorato e fachada frontal do capitel



Fontes: (A AUTORA, 2019).

Figura 25 – Fachada lateral e mosaico de São Francisco na fachada frontal



Fontes: (A AUTORA, 2019).

4.2. DISCUSÕES

Após análise e compilação dos dados da pesquisa, é possível conceber discussões a respeito das composições arquitetônicas dos exemplares inventariados, seus elementos e técnicas construtivas, sua relação com o entorno, e sua vinculação com as particularidades da arquitetura da imigração italiana do Rio Grande do Sul.

Quanto à composição arquitetônica, conforme descreve Posenato (2005), a arquitetura nas colônias de imigração italiana no Brasil manteve as mesmas características da arquitetura rural tradicional da colina italiana. Nas palavras de Bardin (1976, p. 450)

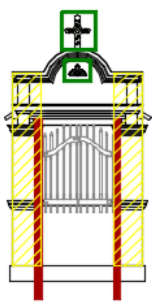
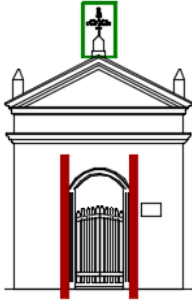
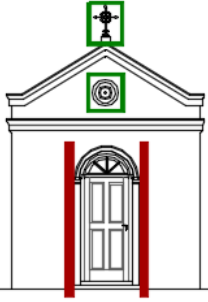
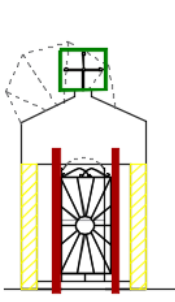
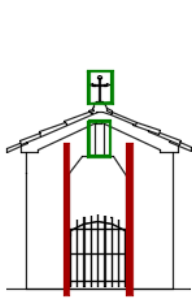
Os elementos arquitetônicos, sóbrios e essenciais, tinham como caráter fundamental uma harmonia substancial: harmoniosa recíproca.

Esta maior uniformidade fazia com que os edifícios pudessem compor-se facilmente juntos sem fortes estridores. Todo edifício devia ser antes de tudo funcional e prático, mas não faltavam alguns elementos decorativos que se tornavam mais frequentes na proporção em que se passava da casa mais modesta à mais distinta.

Nas casas mais humildes podia-se encontrar o testemunho de um certo gosto sobretudo em portas e janelas, nos ballatoi e nas bordas dos telhados. Mas a prova de inato bom gosto provinha também da sobriedade e da regularidade dos edifícios. Nada era feito para agredir quem observava; tudo era medido, simétrico, harmonioso. As janelas eram todas iguais, a porta era geralmente no centro, as relações e as proporções sempre respeitadas, a disposição dos compartimentos e corredor, simples. (BARDIN, 1976, p. 450).

Nos capitéis levantados, mesmo tratando-se de arquitetura não-residencial, mas sim religiosa, sua composição arquitetônica encaixa-se acertadamente nas características descritas por Posenato e Bardin, evidenciando a regularidade, proporção e harmonia, a centralidade das portas e janelas, os tamanhos iguais nos vão das janelas, os tamanhos das pilastras, todos elementos convergindo para a simetria, como observado no Quadro 2.

Quadro 2 – Composição arquitetônica

CENTRALIDADE DAS PORTAS TAMANHOS PILASTRAS IGUAIS				
CAPITEL DE SÃO JOSÉ	CAPITEL DE N. SR. DOROSÁRIO DA POMPEIA	CAPITEL DE SÃO PATRÍCIO	CAPITEL DE SANTO ANTÔNIO	CAPITEL DE SANTO ANTÔNIO
				
ELEMENTO CENTRAL				

Fonte: (A AUTORA, 2020)

Quanto aos elementos e técnicas construtivas, de acordo com Saibene (1955), na Itália há a estreita relação entre os materiais construtivos e o terreno em que a construção está inserida, por exemplo, na baixa planície rica em argila, utilização de adobe e tijolo cozido, nas colinas rochosas, a rocha é extraída das pedreiras locais e

aplicada nas edificações, assim como no Brasil, em que ocorreu o aproveitamento dos materiais do entorno, como já explanado, com exceção da cal, elemento comprado.

Conforme Posenato (2005), já que no país utilizou-se a mesma tecnologia para a obtenção dos materiais, a tradição italiana foi prolongada também nas técnicas construtivas e aspectos visuais, o que resulta em resultados afins nas portas e janelas, bandeiras, elementos da cobertura, beirados, escadas, pisos, ferragens, revestimentos, paredes de tijolo, pedra, taipa, adobe, estruturas dos vãos em arcos plenos, abatidos ou de escação, e vergas retas.

No entanto, a arquitetura rural italiana é mais flexível, espontânea, menos amarrada ao ângulo reto, ao nível e ao prumo, enquanto no Brasil a arquitetura erigida pelos imigrantes exibe mais racionalidade, geometria, sistematicamente mais ortogonalidade, rigidez nos alinhamentos horizontais e verticais e maior inclinação à ornamentação (POSENATO, 2005). Algumas destas características podem ser apreciadas também no Quadro 2, acima exibido, como as ortogonalidades, alinhamentos.

Ainda referente dos elementos construtivos, houve a limitação na pesquisa quanto à estruturas da cobertura, em todos os exemplares levantados não foi possível ter acesso entre o telhado e o forro, a fim de verificar o tipo de estrutura e madeiramentos. Apenas no capitel de São José foi presumível a utilização de madeiramento na estrutura de sustentação das telhas visto que há vãos entre essas e o forro.

Com relação às vergas, observou-se que das cinco edificações inventariadas, restando quatro com portas ou janelas, apenas uma não faz uso do arco, o Capitel de Santo Antônio, da Linha São Valentin é a exceção, ressalta-se sua reforma em 1998, em que a estrutura original, de que não se teve informações, pode ter sido modificada. Na Figura 26 destaque para as demais aberturas dos outros quatro exemplares, com vergas em arco. Posenato (1987), menciona que foram os etruscos e os romanos a maximizarem o uso de arcos na arquitetura, e ao falar em arquitetura italiana, fala-se em arcos, visto sua vasta utilização sendo expressão do espírito italiano.

Figura 26 – Vergas em arco: Janelas capitel Nossa Senhora do Rosário da Pompéia e capitel São Patrício, Portas capitel Nossa Senhora do Rosário da Pompéia, São Patrício e Santo Antônio, Linha da Consciência



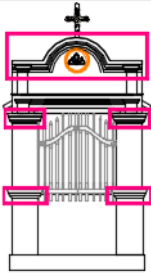
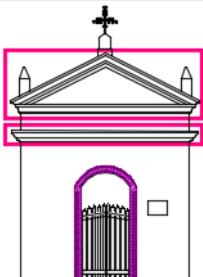
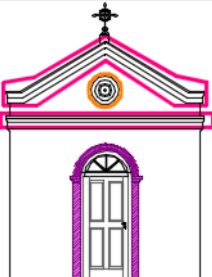
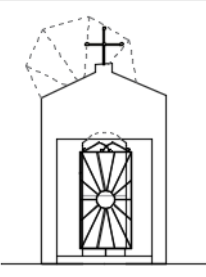
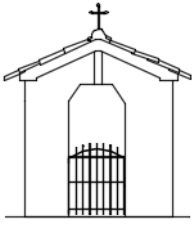
Fonte: (A AUTORA, 2020).

Quanto aos elementos ornamentais, embora predomine a expressão austera há, segundo Posenato (1983), uma discreta tendência à ornamentação na arquitetura da imigração italiana, com saliências nas paredes em forma de pilastras, cornijas, cimbalha, bossagens variadas, buscando efeito decorativo e não por razões estruturais.

Ainda sobre a ornamentação, vale destacar a diminuição dos elementos, conforme o passar do tempo, atentando para os dois capitéis de Santo Antônio, ambos refeitos, e/ou reformados, após enfrentarem grandes avarias, um pela ação da natureza (temporal) e outro pela ação humana (abandono), como já mencionado nas fichas, os dois desprovidos de ornamentação, com limpidez nos volumes. Em contrapartida aos outros três, de construção anterior aos anos 1930, mesmo o capitel de São José constar restauro em 1998, não há relato de ter passado por deterioração que o descaracterizasse, possuem ornamentações representativas da arquitetura da

imigração, tais como cornijas no beirado, relevos decorativos ao redor das portas, como pode ser observado no Quadro 3.

Quadro 3 – Ornamentação dos volumes

ORNAMENTAÇÕES			LIMPIDEZ SEM ORNAMENTAÇÃO	
CAPITEL DE SÃO JOSÉ	CAPITEL DE N. SR. DOROSÁRIO DA POMPÉIA	CAPITEL DE SÃO PATRÍCIO	CAPITEL DE SANTO ANTÔNIO	CAPITEL DE SANTO ANTÔNIO
				
ORNAMENTAÇÃO EM ABERTURAS - RELEVOS EFEITO DECORATIVO ORNAMENTO CENTRAL EM RELEVO				

Fonte: (A AUTORA, 2020).

A relação com o entorno, na arquitetura da imigração italiana, caracteriza-se por sua inserção e adequação à ele. Todas os exemplares estão inseridos no meio rural, cercados por paisagens naturais de valor reconhecidamente destacado, mas também necessárias de atenção e conservação, já que a vegetação dos vales e morros foi sendo retirada para dar espaço à produção agrícola, havendo remanescentes da mata primária permeando estes espaços agropastoris (ITAQUI, 2002).

Quanto ao estado de conservação dos capitéis, todos, exceto o Capitel de Santo Antônio, Linha São Valentin, necessitam de reparos na pintura, nas esquadrias de madeira, troca de alguns vidros, na estrutura da cobertura, nos casos de infiltração, reparos nos forros do Capitel de São Patrício, de Nossa Senhora do Rosário da Pompéia e de Santo Antônio da Linha da Consciência. Neste último citado, a remoção da antena de televisão fixada na sua fachada posterior faz-se necessária, já que o elemento descaracteriza e pode comprometer a estrutura do capitel.

A conservação destes locais não deve ser estanque ou pontual, mas sim permanente, para que as descaracterizações decorrentes da ação humana e da

passagem do tempo culminem com o desaparecimento destes exemplares tão significativos da cultura da região.

O inventário dos capitéis, bem como os demais produtos deverão ser disponibilizados para a consulta popular através da prefeitura do município e outros meios viáveis, a fim de incentivar a valorização e preservação dos bens culturais como um todo.

5. PRODUTOS

5.1. MAPEAMENTO: ROTEIRO CICLÍSTICO DOS CAPITÉIS

A elaboração de um roteiro ciclístico dos capitéis de São João do Polêsine é resultante da geolocalização e mapeamento dos exemplares encontrados no município.

O cicloturismo é, de acordo com o Ministério do Turismo (2010), uma modalidade de viagem turística utilizando a bicicleta como meio de transporte, mas não só, como também uma companhia, comumente em caminhos do interior e estradas secundárias. A atividade ganha força no Brasil e é incentivada pelo Ministério do Turismo como meio de estar em contato com a natureza, relacionar-se com pessoas de distintas culturas, conhecer áreas interioranas, pouco exploradas, dentre outros.

É uma categoria de turismo que articula outras cinco modalidades: o turismo rural, o ecoturismo, o turismo cultura, gastronômico e de aventura, possuindo seguidores de todos os perfis, amadores ou profissionais. Praticamente todas as cidades possuem locais propícios para a prática, com

[...] estradas de chão batido, que passam por florestas, riachos ou cachoeiras, campos e plantações, em montanhas ou planícies; à beira dessas estradas moram as pessoas de hábitos simples, trabalhadores rurais, fazendeiros e camponeses, que sempre têm uma história boa pra contar; essas estradas dão acesso a elementos da arquitetura como casarões e casebres, engenhos, igrejas e monumentos, muitos dos quais identificados com a cultura e a colonização local; [...]. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p. 2).

Ainda conforme afirma o Ministério do Turismo (2010), a atividade faz com que os moradores dos locais visitados pelos cicloturistas valorizem-no mais, contribuindo para o cuidado e preservação do ambiente cultural e natural, além de movimentar a economia regional, auxiliando no desenvolvimento econômico e social das comunidades locais.

Tendo por base as informações apresentadas a respeito do cicloturismo, sua escolha como forma de montagem do roteiro se deu principalmente em função do fator

distância e tipo de caminho a percorrer, já que o percurso à pé demandaria demasiado tempo em contrapartida do número de exemplares, e em veículo dificultaria a contemplação da paisagem natural abundante da região, visto os exemplares estarem localizados em zona rural, na sua maioria acessados por estradas de terra e cercados de bela vegetação.

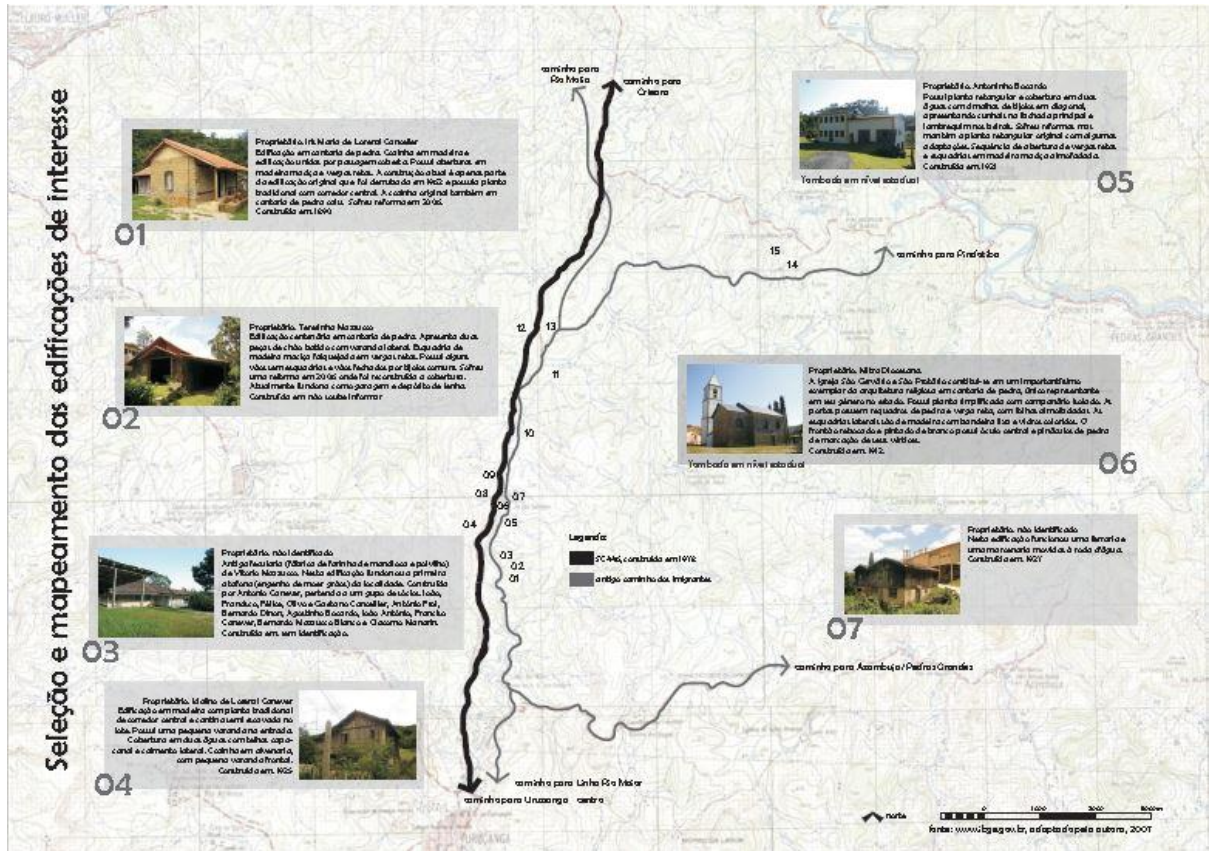
O modelo definido baseou-se em dois modelos de mapeamento e roteiro, o percurso dos 10 capitéis (Figura 27), em que são percorridos 8.5 quilômetros, passando por dez capitéis na área rural de Monteforte d'Alpone, província de Verona, região do Vêneto na Itália, e o mapeamento (Figura 28), realizado por De Luca (2007), na dissertação intitulada “O Patrimônio Arquitetônico e a Paisagem Cultural em Sítios Históricos Rurais de Imigração Italiana”, em que situa e apresenta as sete edificações trabalhadas em sua pesquisa, de forma interativa.

Figura 27 - Percurso dos 10 capitéis, Monteforte d'Alpone, Itália



Fonte: (GEOCACHING, 2020).

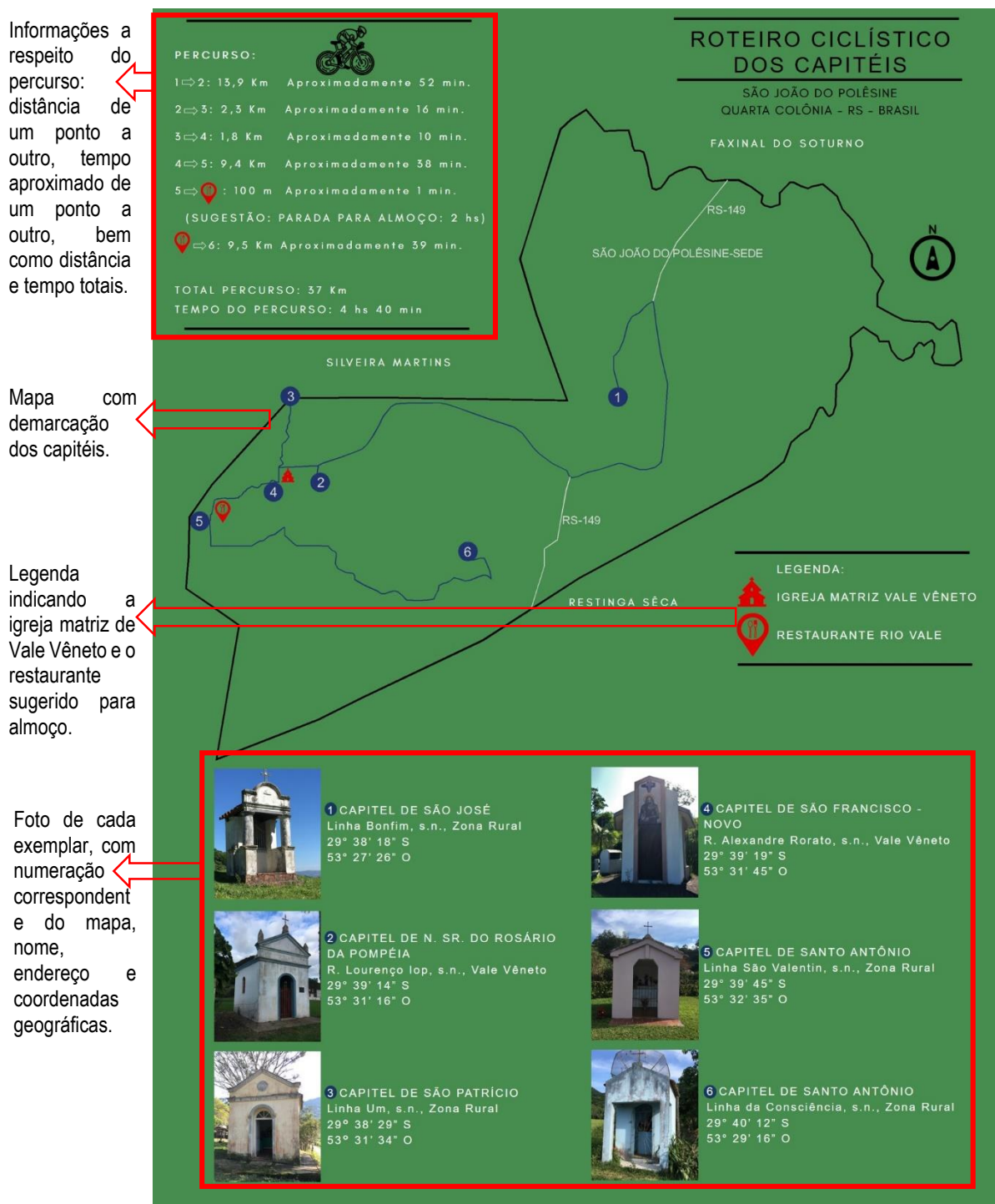
Figura 28 – Mapeamento na dissertação intitulada “O Patrimônio Arquitetônico e a Paisagem Cultural em Sítios Históricos Rurais de Imigração Italiana”



Fonte: (DE LUCA, 2007).

Na Figura 29 e 30, o Roteiro Ciclístico dos Capitéis, elaborado pela autora, com as explicações a respeito de cada item. O roteiro foi impresso em formato de folha A4 (210x297 mm) e pode ser dobrado em quatro partes.

Figura 29 – Roteiro Ciclístico dos Capitéis, frente



Fonte: (A AUTORA, 2020).

Figura 30 – Roteiro Ciclístico dos Capitéis, verso

Informações sobre a dissertação que deu origem ao roteiro e a conceituação de elemento capitel.

Mapa do Brasil e do estado do Rio Grande do Sul, localizando o município de São João do Polésine.

Breves informações sobre cada exemplar, tal como os motivos da construção e características arquitetônicas.

ROTEIRO CICLÍSTICO DOS CAPITÉIS

SÃO JOÃO DO POLÉSINE
QUARTA COLÔNIA - RS - BRASIL



NOTAS:

Este roteiro é resultado da pesquisa intitulada "Patrimônio Cultural material imóvel e a herança da colonização italiana na Quarta Colônia de imigração italiana do RS: os capitéis de São João do Polésine", produzida pela autora, com a orientação do professor Dr. Caryl J. Lopes, para o Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria, e apresentado no ano de 2020.

A pesquisa resgata a história da imigração italiana no estado do Rio Grande do Sul, com ênfase na região da Quarta Colônia, a religiosidade, aspectos arquitetônicos e a construção dos seus locais de devoção, tais como os capitéis.

MAS AFINAL, O QUE SÃO CAPITÉIS?

Religiosamente, designa um local para culto popular. Erguidos à beira do caminho, em encruzilhadas ou jardins de residências, em materiais variados, como madeira, pedra ou tijolo, com métodos construtivos diversos, tal qual na arquitetura da imigração italiana, são pequenos monumentos sobreviventes ao tempo e à urbanização.

A tradição de construí-los foi trazida com os imigrantes, surgiram desde os primórdios da imigração, são demonstrações de fé popular e representam uma marca profunda do patrimônio cultural construído pela imigração na região.

LOCALIZAÇÃO DE SÃO JOÃO DO POLÉSINE NO RIO GRANDE DO SUL, BRASIL



BREVES INFORMAÇÕES SOBRE CADA EXEMPLAR:

- 1 CAPITEL DE SÃO JOSÉ**
Construído na década de 1920 pelo imigrante Ângelo Dalmoim, aproximadamente 500 metros do seu antecessor, que também era dedicado a São José. Características estilísticas de inspiração clássica, com cimalkhas, frontão ornado com o que parece ser a representação da flor de lótus, com tendência à simetria. Passou por reforma em 1998, sem registros de seu estado anterior.
- 2 CAPITEL DE N. SR. DO ROSÁRIO DA POMPÉIA**
Construído em 1894 pela família de Domenico e Santa Poppin Bortoluzzi, em agradecimento por graça alcançada pela cura do imigrante Domenico. Características estilísticas de inspiração clássica, predominância de simplicidade, limpidez no volume e tendência à simetria. Com cimalkha e cornijas em tom diferente da pintura do corpo, evidenciando-as.
- 3 CAPITEL DE SÃO PATRÍCIO**
Construído em 1898 pelo Sr. Baldissera em agradecimento a uma promessa feita para São Patrício salvar um parente que havia sido picado por cobra venenosa, em propriedade cedida pelo imigrante Jayme Iop e esposa. Características estilísticas de inspiração clássica com predominância de simplicidade, limpidez no volume e simetria.
- 4 CAPITEL DE SÃO FRANCISCO - NOVO**
O mais recente deles, idealizado por descendentes de imigrantes, inaugurado no ano de 2012, no mesmo local em que os imigrantes, ao chegarem em Vale Vêneto, ergueram uma capela de madeira em homenagem à São Francisco, primeiro santo de devoção dos ali instalados. Projetado pelo arquiteto Pepe Reyes, com mosaico de Alfonso Benetti e imagem do santo esculpida por Teura Benetti.
- 5 CAPITEL DE SANTO ANTÔNIO**
Construído em 1878, para acomodar o quadro em papel e tecido emoldurado, trazido da Itália pelo imigrante Geovani Battista Brondani pelos membros da família Brondani, em devoção à Santo Antônio. Entre 1905 e 1964 foram realizados diversos reparos, ficando abandonado por longo período. Em 1998 passou por reforma, a qual conferiu a recuperação para a aparência atual. Características estilísticas com predominância de simplicidade, limpidez no volume e simetria.
- 6 CAPITEL DE SANTO ANTÔNIO**
Construído em 1930 pelo casal Rosa e Silvestre Pozzobon Giacomini, em homenagem à Santo Antônio, por graça alcançada em favor da cura do filho Ornóbio. Em 1945, um temporal com raios destruiu o capitel, restando somente a imagem de Santo Antônio intacta. O então proprietário da terra, senhor Astrogildo, juntamente com a família recuperou-o, mantendo-o até hoje. Características estilísticas com predominância de simplicidade, limpidez no volume e simetria.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
1960

MESTRADO PATRIMÔNIO CULTURAL
COSH - UFSM

Pesquisa, produção e edição: Camila Piveta
Orientação: Caryl J. Lopes

Janeiro de 2020

Fonte: (A AUTORA, 2020).

5.2 MATERIAL DIVULGAÇÃO: LIVRETO

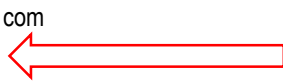
O livreto, de 34 páginas, tem por intuito ser um material de divulgação que poderá ser distribuído em formato físico ou digital, como e-book, podendo ser acessado diretamente na página online da prefeitura de São João do Polêsine, a fim de oferecer informações a respeito dos bens inventariados, bem como difundir estes dados para incentivar a preservação e valorização desses e de todo o acervo remanescente produzido pela imigração italiana na região.

Na Figura 31, é apresentado o exemplar produzido e as informações condicionadas nele.

Figura 31 – Livreto



Página com epígrafe



Velho Capitel
 Velho Capitel rente da estrada
 Abandonado alle bôas e bregas!
 Quanto me dá prôr e lo quanto amoro
 E o Sant'Antônio d'oraes malfora.

Velho Capitel, bôo chi rá quando,
 Quêra fôr e no mundo,
 Como te sarra! Jato lá pava e fôr!
 Mã, adesso te pava lá se gô d'estrategô de ô.

Mã, na vida, tutt' quei ôta / passava
 / se fôrma um loco, / se corra capitel
 / Fleghea con fêda, rispôta, con amôr
 Dopo / andava via pava di pace nel cor

Ohi Capitel abandonado
 Desmentiga devante strada!!
 (Vello Pissarello, Contos Populares 27 e 94, p. 12)

Velho Capitel
 Velho Capitel é bote de estrada
 Abandonado de obras e se abasta!
 Quanto para me dá e lo bôto prôr
 E o Santo Antônio d'oraes malfora.

Velho Capitel, bôo quem sabe quando
 Bora de villos se bota:
 Como fôrta bora ante burlôdas e bora!
 Mã, agora se passava se esquivava de ô.

Mã, enfimamêta, inda espêta que se passava
 Pavaum um pouco, bavao o chapêta
 E rezava con fê, respôta, con amôr
 Dopo partia cheta de paz no coraço.

Ohi Capitel abandonado
 Espêta prôrta é estrada!!
 (tradução Sara de Souza)

Páginas 0 e 1:
 imagem capitel
 Nossa Senhora
 do Rosário da
 Pompéia e
 dedicatória



*Ai miei carissimi,
 con coraggio attraversarono il mare
 hanno lasciato la loro terra in cerca di sogni
 e la difficoltà ricorrono qui,
 con fede, lavoro e unità,
 fatto del nuovo paese una casa prospera.*

*Aos meus antepassados,
 com coragem atravessaram o oceano,
 deixaram sua terra em busca dos sonhos,
 e das dificuldades aqui encontradas,
 com fé, trabalho e união,
 fizeram da nova pátria um próspero lar.*

Páginas 2 e 3:
 imagem capitel
 São José e
 índice



Índice

INTRODUÇÃO	5
NOTAS PRELIMINARES	7
INTRODUCTION	9
PRELIMINARY NOTES	11
MAPA ESQUEMÁTICO	13
01. CAPITEL DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DA POMPÉIA	14
02. CAPITEL DE SÃO PATRÍCIO	18
03. CAPITEL DE SÃO JOSÉ	22
04. CAPITEL DE SANTO ANTÔNIO	26
05. CAPITEL DE SANTO ANTÔNIO	30

Páginas 4 e 5:
imagem capitel
São Patrício e
Introdução



Introdução

A imigração italiana no Rio Grande do Sul teve início a partir de 1870, com estabelecimento na zona da mata, na região dos Campos de Cima da Serra e na depressão central. A colonização no Sul do país tinha por objetivo ocupar as terras que eram alvo de disputas pelos espanhóis e promover a economia interna, através da produção agrícola.

Os primeiros italianos que chegaram ao estado receberam lotes de terra na encosta da Serra Geral, fundando a primeira colônia, chamada de Conde d'Eu, atual município de Garibaldi. A segunda colônia, chamada de Dona Isabel, atual município de Bento Gonçalves, foi fundada próximo da primeira. Ambas foram fundadas em 1870. A terceira colônia, chamada Nova Palmira, atual Casas do Sul, situada nos Campos de Cima da Serra, foi fundada em 1875.

A fundação da Quarta Colônia de Imigração Italiana, ocorreu em 1877, distante dos outros três núcleos, na região central do estado, com o objetivo de povoar uma área devolvida pertencente ao governo imperial.

A cidade de São João do Polêsine integra a Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul, da qual fazem parte também os municípios de Faissal do Soturno, Dona Francisca, Nova Palma, Pinhal Grande, Ivorá, Silveira Martins, Restinga Sêca e Agudo.

As dificuldades e o isolamento dos primeiros tempos na nova terra fizeram com que os imigrantes encontrassem na religiosidade um meio para se manter unidos ao seu grupo e sobreviver. Desta forma, a construção de locais para a realização das práticas religiosas foram fundamentais para a integração social e a manutenção de sua identidade cultural diante da nova realidade.

Além de capelas, foram construídos capitéis, que embora o termo remeta à parte superior da coluna clássica, religiosamente designa um local para culto popular. Erguidos à beira do caminho, em encruzilhadas ou jardins de residências, em materiais diversos, como madeira, pedra ou tijolo, com métodos construtivos diversos, tal qual na arquitetura da imigração italiana, são pequenos monumentos sobreviventes ao tempo e à urbanização.

A tradição de construí-los foi trazida com os imigrantes, surgiram desde os primórdios da imigração, são demonstrações de fé popular e representam uma marca profunda do patrimônio cultural construído pela imigração na região.

5

Páginas 6 e 7:
imagem capitel
Santo Antônio
e
Notas
preliminares



Notas preliminares

Este livro é o resultado da pesquisa intitulada "Patrimônio Cultural material e a herança da colonização italiana na Quarta Colônia de imigração italiana de RGS: os capitéis de São João do Polêsine", produzida pela autora, com a orientação do professor Dr. Caryl J. Lopes, para o Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria, e apresentado no ano de 2020.

Nele são apresentados os cinco capitéis remanescentes constituídos por imigrantes italianos no município de São João do Polêsine, pertencente à Quarta Colônia de imigração italiana do estado, bem como breve história motivadora para sua construção e aspectos arquitetônicos.

Os exemplares estão apresentados na ordem cronológica de sua construção (exemplar atual), com fotos, planta, fachada e textos para oferecer informações básicas a respeito de cada um, certamente ficando em aberto para a possibilidade de complementação do trabalho com todos os exemplares erguidos pelos imigrantes na região da Quarta Colônia.

Encartado na edição, um mapa possibilita a visualização e localização dos capitéis para montagem de percursos de visitação.

Esperamos que este material, a partir dos capitéis, contribua para o conhecimento e consequente valorização e preservação de todo o patrimônio arquitetônico material e material legado da imigração italiana, não só na região da Quarta Colônia, mas de todo o estado do Rio Grande do Sul e, quiçá, do país.

7

Páginas 8 e 9:
imagem altar
capitel Nossa
Senhora do
Rosário da
Pompéia e
Introdução
outro idioma –
inglês.



Introduction

In 1870, the Italian immigration began in Rio Grande Do Sul with establishments in the forest area, at Campos de Cima da Serra's region as well as the central depression, in the south of the country; the colonization's objective was to occupy the lands targeted by the Spanish along with promoting its internal economy through agricultural production.

The first Italians to arrive in the state were given lands at the hillside of Serra Geral's range, establishing then the first colony, called Conde d'Eu (currently the city of Garibaldi).

The second colony, named Dona Isabel (currently the city of Bento Gonçalves), was established next to the first one; both were established in 1870. The third colony, called Nova Palmira (currently the city Casas do Sul) and situated at Campos de Cima da Serra, was established in 1875.

In 1877, distant from the first three colonies, and situated in the central part of the state, the fourth colony from the Italian immigration was created to occupy an undervalued area that belonged to the imperial government.

The city of São João do Polêsine is a part of the fourth colony from the Rio Grande do Sul's Italian Immigration, which also includes the cities of Faissal do Soturno, Dona Francisca, Nova Palma, Pinhal Grande, Ivorá, Silveira Martins, Restinga Sêca e Agudo.

The difficulties, as well as the isolation of the early times in the new land, had immigrants find in the religion as a way to remain united amongst themselves and survive. Thus, the development of places to practice religion was fundamental for social integration along with cultural identity conservation in the face of the new reality.

Besides chapels, little chapels were built, that despite the term referring to the superior part of the classic column, religiously designates a place for a popular cult. Raised on the side of the road, in crossroads or gardens of residences, in various materials such as wood, rock or brick. Also, different constructive methods, similar to the architecture of Italian immigration, were applied, making these chapels small surviving monuments to time and urbanization.

The tradition of these type of constructions was brought by the immigrants. It's been present since the beginnings of immigration, demonstrates popular faith and represents a deep mark of the cultural heritage established by the immigration within the region.

9

Páginas 10 e 11: imagem altar capitel Santo Antônio e Notas preliminares em outro idioma - inglês.



Preliminary Notes

This booklet is based off the results from the research entitled Cultural heritage and the inheritance of the Italian colonization in the Fourth Colony of RS's Italian immigration. The title chapel of São João da Fielidade, produced by the author, orientated by Dr. Gary J. Lopes from the Postgraduate program from the Cultural Heritage of the Universidade Federal de Santa Maria, and exposed in the year of 2020.

In this booklet, it presents the five remaining little chapels constructed by the Italian immigrants in the city of São João da Fielidade, which belongs to the Fourth Colony of the state's Italian immigration, as well as a brief motivational history about their construction and architectural aspects.

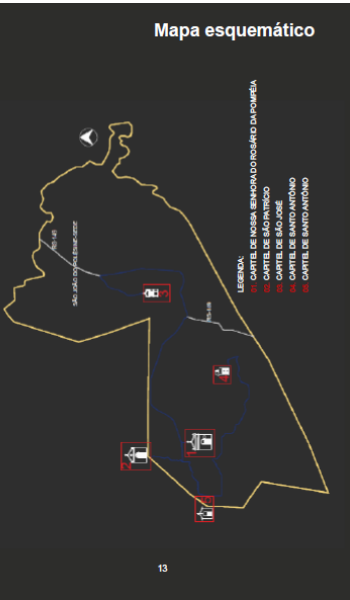
The units are introduced in chronological order based on the time of their construction (example current), with photos, blueprints, facades, and documents that offer basic information regarding each one, certainly being opened to the possibility of compensating the work with every unit raised by the immigrants in the region of the Fourth Colony.

Chartered in this nation, a map enables the display and location of the little chapels as a way to assemble reader visits.

We hope that this material, based on little chapels, appropriate knowledge and, consequently, appreciation and preservation of all material and non-material architectural heritage left as a legacy by the Italian immigration, not only in Fourth Colony's region, but within the entire state of Rio Grande do Sul and, perhaps, the country.

11

Páginas 12 e 13: imagem São Patrício, capitel de São Patrício e Mapa esquemático da localização dos exemplares no município.



Páginas 14 e 15: Informações a respeito do Capitel de Nossa Senhora do Rosário da Pompéia, com endereço, ano de construção, motivo para ser erguido e breve análise arquitetônica. Também fotos e desenho da planta baixa e fachada principal

01. Capitel de Nossa Senhora do Rosário da Pompéia

ENDEREÇO: R. Lourenço Kop, s.n., Vale Vêneto
ANO DE CONSTRUÇÃO: 1894

Construído em 1894 pela família de Domenico e Santa Pippa Borhózz, procedente da província de Treviso, imigrantes da quarta turma de colonização da Colônia Siveira Martins em 8 de maio de 1878, em agradecimento por graça alcançada pela cura do imigrante Domenico.

Como não haviam recursos médicos na época, Domenico e a esposa pediram à Nossa Senhora auxílio para a enfermidade. Com a cura, após muita devoção, para agradecer o recebimento da graça, construíram o capitel, sendo celebrada uma missa na ocasião. Primeiramente foi coberto por folhas de coqueiro, depois por telhas, substituídas posteriormente por telhas cerâmicas. Conforme apontamentos no CPO, foi inaugurado em 7 de outubro de 1894 (CPO, 2016; VIZZOTTO, 2014).

A edificação está localizada na zona rural, em propriedade particular, acessada por estrada de terra, em terreno plano.

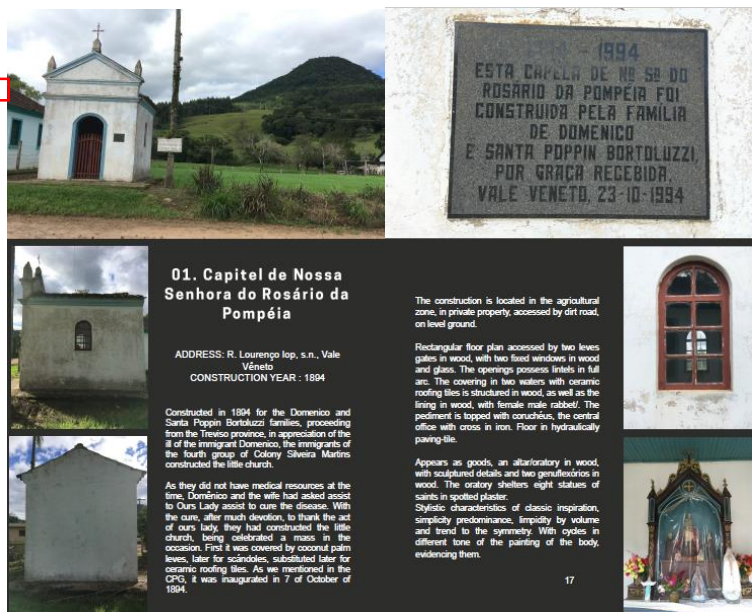
Planta retangular acessada por portão duas folhas em madeira, com duas janelas fixas em madeira e vidro. As aberturas possuem vergas em arco plano. A cobertura em duas águas com telhas cerâmicas é estruturada em madeira, assim como o tampo em madeira, com encaste machofêmea. O forro é revestido com conchêus, o central com cruz em ferro. Piso em ladrilho hidráulico.

Oratório, como bens móveis, tem altaratório em madeira, com detalhes esculpidos e dois genuflexórios em madeira. O oratório abriga oito estátuas de santos em gesso pintado.

Características estilísticas de inspiração clássica, predominância de simplicidade, leveza no volume e tendência à simetria. Com estrutura e conjuntos em tom diferente da pintura do corpo, evidenciando-as.

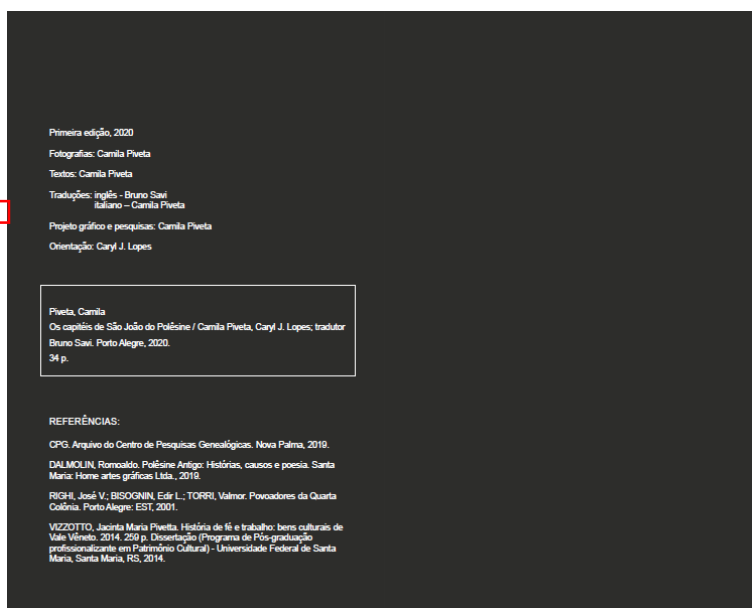
15

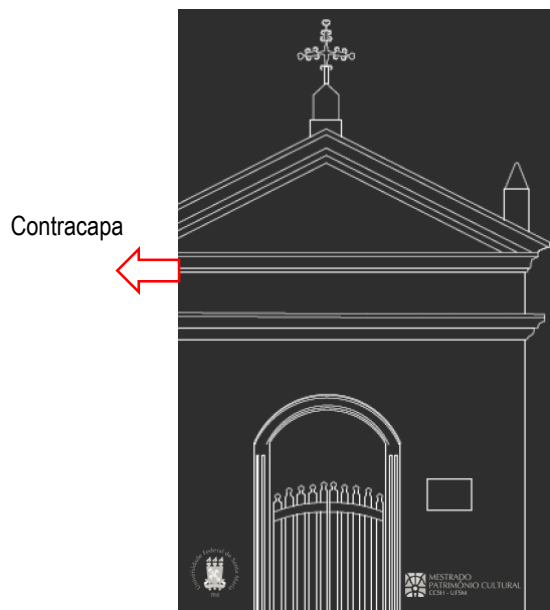
Páginas 16 e 17: Informações a respeito do Capitel de Nossa Senhora do Rosário já apresentadas, em outro idioma – inglês. Também fotos gerais e de detalhes.



Páginas 18 a 33: Informações dos outros 4 exemplares, organizadas da mesma maneira que exposto nas páginas 14, 15, 16 e 17, apresentadas acima. VER LIVRETO.

Páginas 34 e guarda. Informações técnicas de produção, autores e referências





Fonte: (AAUTORA, 2020).

5.3 MATERIAL EXPOSITIVO: CARTAZ/BANNER

O banner expositivo tem por objetivo dar visibilidade ao trabalho realizado, através de sua possibilidade de exposição itinerante, tanto em locais como o Museu do Imigrante Italiano Eduardo Marcuzzo, em Valê Vêneto, São João do Polêsine, bastante frequentado por turistas em passeio pela região, bem como em escolas, universidades e em festividades de toda a região da Quarta Colônia.

Para cada capitel foi confeccionado um banner, de formato 60 x 90 centímetros, com imagem, informações a respeito das motivações da construção, características arquitetônicas e redesenho de planta e fachada, apresentado no dia da defesa da dissertação. Na Figura 32 são apresentados os modelos com indicação das informações contidas nele.

Figura 32 – Banners

Nome do capitel. ←

Imagens do capitel, uma contendo o entorno e uma aproximada. ←

Endereço e ano de construção do capitel. ←


Breve texto com histórico e características arquitetônicas. ←

Desenho da planta baixa e fachada do capitel. Ao lado, imagem interna. ←

Informações gerais de autoria e mapa esquemático da localização dos capitéis no município. ←

Os capitéis de São João do Polésine:

01. Capitel de Nossa Senhora do Rosário da Pompéia:



Endereço: R. Lourenço Iop, s.n., Vale Vênolo
Ano de Construção: 1894

Construído em 1894 pela família de Domenico e Santa Poppin Bortoluzzi, procedentes da província de Treviso, imigrantes da quarta turma de colonização da Colônia Silveira Martins em 8 de maio de 1878, em agradecimento por graça alcançada pela cura do imigrante Domenico.

Como não haviam recursos médicos na época, Domenico e a esposa pediram à Nossa Senhora auxílio para a enfermidade. Com a cura, após muita devoção, para agradecer o recebimento da graça, construíram o capitel, sendo celebrada uma missa na ocasião. Primeiramente foi coberto por folhas de coqueiro, depois por tábuas, substituídas posteriormente por telhas cerâmicas. Conforme apontamentos no CPG, foi inaugurado em 7 de outubro de 1894 (CPG, 2019; VIZZOTTO, 2014).

Características estilísticas de inspiração clássica, predominância de simplicidade, limpidez no volume e tendência à simetria. Com cimbalha e cornijas em tom diferente da pintura do corpo, evidenciando-as.




Pesquisa, produção e edição: Camilla Pivato
Orientação: Caryll J. Lopes

Os capitéis de São João do Polésine:

02. Capitel de São Patrício:



Endereço: Linha Um, s. n., Zona rural
Ano de Construção: 1898

Construído em 1898 em agradecimento a uma promessa da cura de picada de cobra venenosa, em propriedade cedida pelo imigrante Jayme Iop e esposa. O Sr. Baldissera fez a promessa para São Patrício salvar um parente que havia sido picado por cobra, em vista de poucos recursos médicos e da devoção no santo protetor, assim que a graça foi recebida, o capitel foi erguido.

Os imigrantes trouxeram o devoção à São Patrício da Itália, os quais, ao desbravar as matas nativas e encontrar muitas cobras, rezavam para o santo pedindo proteção, inicialmente em baixo de uma árvore e após a construção do capitel, rezando terços à noite. No dia 17 de março, é realizada missa no local. Segundo relatos, a festa era anunciada para a vizinhança um dia antes, através da queima de fogos de artifício, e no dia a missa solene era seguida de almoço e demais festejos à tarde (VIZZOTTO, 2014).

Características estilísticas de inspiração clássica com predominância de simplicidade, limpidez no volume e simetria.




Pesquisa, produção e edição: Camilla Pivato
Orientação: Caryll J. Lopes

Os capitéis de São João do Polésine:

03. Capitel de São José:



Endereço: Linha Bomfim
Ano de Construção: 1920

Construído na década de 1920 pelo imigrante Ângelo Dalmolin, aproximadamente 500 metros do seu antecessor, que também era dedicado a São José. Em local elevado, próximo à estrada de terra, foi construído para homenagear o protetor da família e dos trabalhadores e abrigar a imagem do santo que havia sido trazida da Itália, a qual foi levada anos mais tarde para outra cidade por um sacerdote. Não há registros do primeiro, porém, de acordo com anotações encontradas no CPG (2019), foi erguido antes das capelas, em madeira e a escolha do local se deu em função da estrada ser o único acesso entre Polésine e Ribairão, ligando-se também para Silveira Martins, desta maneira o santo deveria proteger os que ali passavam, além de ser um local para parada de descanso, encontros e as tradicionais orações do terço (CPG, 2019; DALMOLIN, 2019).

A estrada está hoje abandonada, conhecida como estrada velha ou antiga estrada, e o capitel em terras particulares, tendo que passar por porteira para chegar até ele.

Características estilísticas de inspiração clássica, com cimbalhas, frontão ornado com o que parece ser a representação da flor de lótus, com tendência à simetria. Observar que passou por reforma em 1998, sem registros de seu estado anterior.




Pesquisa, produção e edição: Camilla Pivato
Orientação: Caryll J. Lopes

Os capitéis de São João do Polésine:

04. Capitel de Santo Antônio:



Endereço: Linha da Consciência, s. n., Zona rural
Ano de Construção: 1930 | 1945

Construído em 1930 pelo casal Rosa e Silvestre Pozzobon Giacomini, em homenagem à Santo Antônio, por graça alcançada em favor da cura do filho Omábio (VIZZOTTO, 2014). O capitel foi erguido na estrada de acesso à casa de Antonio Vernier, imigrante chegado em 1879 para explorar as condições da Colônia a fim de retornar à Itália com informações. Foi escolhido por Luigi Rosso e Paolo Bortoluzzi, líderes no Vale, para voltar à Itália em busca de um sacerdote, já que era conhecido da família Bortoluzzi e confiado à população como amigo de religiosos (ROSSI, BACCHINI E FORN, 2001; VIZZOTTO, 2014).

No ano de 1945 um temporal com raios destruiu o capitel, restando somente a imagem de Santo Antônio intacta, o então proprietário da terra, senhor Astrogildo, juntamente com a família recuperou-o, mantendo-o até hoje (VIZZOTTO, 2014).

Características estilísticas com predominância de simplicidade, limpidez no volume e simetria.




Pesquisa, produção e edição: Camilla Piveta
Orientação: Caryll J. Lopes

Os capitéis de São João do Polésine:

05. Capitel de Santo Antônio:




Endereço: Linha São Valentin, s. n., Zona rural
Ano de Construção: 1878 | 1998

Construído em 1878, pelos membros da família Brondani, em devoção à Santo Antônio. Logo ao chegarem, providenciaram um local para colocar o quadro em papel e tecido emoldurado, trazido da Itália pelo imigrante Geovani Battista Brondani.

De início foi construído em madeira toda serrada a mão. Posteriormente foi aperfeiçoado com tijolos carregados pelas mulheres em seus aventais e rebocado com barro. Entre 1905 e 1964 foram realizados diversos reparos, até que ficou abandonado por um período em função de o responsável pela sua conservação ter se mudado. Em 1998 passou por reforma, a qual conferiu a recuperação para a aparência atual. Desde então é mantido pelo morador mais próximo.

Passados alguns anos da construção, um imigrante da localidade fez uma promessa ao santo pela cura de seu filho. Com a graça alcançada, doou uma imagem de Santo Antônio, a qual permanece no capitel. Desde então, são celebradas missas todos os anos no dia 13 de junho, na qual são distribuídos pães bento, feitos por voluntárias do entorno (VIZZOTTO, 2014).

Características estilísticas com predominância de simplicidade, limpidez no volume e simetria.




Pesquisa, produção e edição: Camilla Piveta
Orientação: Caryll J. Lopes

Fonte: (AAUTORA, 2020).

6. CONCLUSÃO

“Mudam-se os tempos” e a vida também muda. O homem, porém continua um eterno criador de mitos. Desmitifica situações, fatos e pessoas, mas não sobrevive na frieza da pura racionalidade: outros mitos são evocados a preencher um espaço específico, tanto na existência do indivíduo como na do grupo. (DE BONI, COSTA, 1991, p. 202).

O patrimônio é resultado da criação material e imaterial das comunidades interagindo com o meio em que vivem, entre si e com a natureza. A proteção dos bens produzidos, do mesmo modo, depende das pessoas. Preservá-los é, antes de tudo, mantê-los vivos, com seus significados originais ou dinâmicos, servindo primeiramente aos seus detentores locais, antes de se fazer nacional ou mundial. Só é válido conservar aquilo que fizer sentido e contar a história das comunidades e de seus integrantes.

Isto posto, a herança da colonização italiana vai além do que foi materializado. A arquitetura da imigração, aqui estudada no objeto capitel, construção de caráter religioso, erguido à beira de estradas e encruzilhadas, em agradecimento, pedido de graças ou aos santos devocionais, preserva as características diferenciadoras e próprias da criatividade dos construtores, das técnicas construtivas ambientadas ao meio em que foi inserida e seu processo adaptativo passado de geração a geração.

Com relação à problemática da pesquisa, referente ao estado de conservação dos capitéis construídos pelos imigrantes italianos no município de São João do Polêsine, observou-se estarem relativamente conservados, pontuando, no entanto, que todos eles, com exceção do Capitel de Santo Antônio da Linha São Valentin, necessitam de reparos na pintura, nas esquadrias de madeira, estancamento de infiltrações, bem como outros elementos já citados na discussão. As ações para a conservação devem ser constantes, a fim de evitar a descaracterização dos capitéis e conseqüente desaparecimento destes exemplares de significado ímpar, representantes da cultura e fé que resistiram bravamente à passagem do tempo.

Relativo ao papel dos capitéis na preservação da cultura patrimonial da região, através da valorização do elemento pesquisado, o qual teve sua construção revestida de estórias, de uma tradição dita popular, mas que carrega séculos de aperfeiçoamentos constantes pelas gerações de construtores vernaculares antes de

alcançar a forma dita espontânea, de integração naturalmente oportuna com o entorno, chama-se atenção para o patrimônio material como um todo, bem como para o patrimônio imaterial presente nas comunidades de descendentes de imigrantes italianos.

Ainda sobre a problemática, ao questionar como a representatividade do elemento pesquisado pode auxiliar na valorização do patrimônio edificado pela imigração italiana, constatou-se que a pesquisa e divulgação desta através dos seus produtos promove o conhecimento, ou redescoberta e reapropriação, da população acerca de seus bens, conscientizando-a para a importância da preservação da história para a continuidade de uma comunidade, destacando a fala já difundida por Andrade (1987) do conhecer para preservar, porém com sua significação atualizada e politizada, tendo em vista a educação patrimonial como direito social e um real diálogo entre os sujeitos locais, as instituições públicas responsáveis pelo patrimônio e o governo (SCIFONI, 2019).

Com relação aos objetivos, o geral de realizar o inventário dos capitéis localizados na zona rural e urbana do município de São João do Polêsine foi atendido totalmente, através da materialização das informações coletadas em fichas do Sistema de Rastreamento Cultural do IPHAE.

O objetivo de localizar os capitéis foi atendida totalmente, através da demarcação das coordenadas geográficas, do apontamento no Google Maps, gerando o produto Roteiro Ciclístico dos Capitéis.

O objetivo de documentar através de inventário as características históricas, construtivas, elementos arquitetônicos e demais particularidades foi atendida parcialmente, através da materialização nas fichas do IPHAE, remodeladas em formato de livreto, que servirá de informativo para a população e visitantes da região. Coloca-se parcialmente, pois alguns materiais construtivos não foram identificados, como alguns da estrutura do telhado, porém isto não comprometeu a análise como um todo.

O objetivo de contribuir para o reconhecimento e preservação do patrimônio cultural edificado pela imigração italiana na região da Quarta Colônia deve ser totalmente atingido através dos produtos gerados pela pesquisa, os quais servirão para difundir o conhecimento a respeito dos bens culturais edificados pelos imigrantes.

Esta pesquisa poderá servir para motivar a prática do inventário dos capitéis dos outros municípios pertencentes à Quarta Colônia, ampliando o recorte espacial, a fim de que todos os exemplares desta região possam ser identificados, localizados e levantados, formando o inventário completo dos capitéis da Quarta Colônia de imigração italiana do Rio Grande do Sul.

Por fim, este material é apenas uma parcela do que foi e ainda deve ser feito, sobretudo aproveitando os exemplares ainda existentes na região, para aprofundar os estudos da Quarta Colônia, visto ser a carência de publicações, uma das causas do descaso político, da insuficiência de programas regionais de desenvolvimento sustentável e, principalmente da falta de autoconhecimento da população a respeito de suas raízes. Somente conhecendo seu passado, deixando para trás o complexo de inferioridade e auto segregação ainda presente nas comunidades de imigrantes, haverá a preservação do legado de marcas profundas construído com sacrifício, fé e união pelos antepassados.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Andrei. Devotos da tradição. **Zero Hora**, Porto Alegre, ano 55, n. 19.254, 24 e 25 nov. 2018. ZH Doc, n. 143, p. 16 - 20.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Documentário mostra religiosidade dos imigrantes italianos**. Porto Alegre, 2010. Disponível em: < <https://al-rs.jusbrasil.com.br/noticias/2193735/documentario-mostra-religiosidade-dos-imigrantes-italianos>>. Acesso em 10 de jan. 2020.

AURÉLIO. **Dicionário do Aurélio Online 2018**. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/inventario>>. Acesso em: 06 de abr. 2019.

BARDIN, Mário. **Civiltà Rurale di una Valle Venetta**: La Val Leogra. Vicenza: Accademia Olimpica Vicenza, 1976, 789 p.

BARICHELLO, Cesar Augusto. **Patrimônio cultural religioso e negociação da identidade do imigrante italiano da quarta colônia imperial de Silveira Martins e região central do Rio Grande do Sul**. 2010. 114 p. Dissertação (Programa de Pós-graduação profissionalizante em Patrimônio Cultural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2010.

BARZINI, Luigi. **Os italianos**. Editora Civilização, 1966, 395 p.

BATTISTEL, Arlindo Itacir. **Colônia Italiana**: Religião e Costumes. Porto Alegre, EST, 1981, 112 p.

BENADUCE, Gilda Maria Cabral; MANFIO, Vanessa. A Quarta Colônia de imigração italiana: a valorização cultural da região. **Anais...Santa Maria**. Disponível em: <www.unifra.br/eventos/sepe2010/2010/Trabalhos/humanas/Completo/4596.pdf>. Acesso em: 04 out. 2017.

_____. Quarta Colônia de Imigração Italiana/RS: uma abordagem sobre a cultura e identidade. **Geosul**, Florianópolis, v. 32, n. 65, p. 260-273, set./dez. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/index>>. Acesso em: 09 maio 2018.

BENEDUZI, Luíz Fernando. **Mal di Paese: as reelaborações de um vêneto imaginário na ex-colônia de Conde D'eu (1884-1925)**. 2004. 324 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2004.

BERTUSSI, Paulo Iroquez. Arquitetura aqui – 1875/1950. In: MAESTRI, Mário (org.). **Nós, os ítalo-gaúchos**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1996. p. 192 – 195.

_____. Elementos de arquitetura da imigração italiana. In: WEIMER, Gunter (org.). **A arquitetura no Rio Grande do Sul**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. p. 121-154.

BEVILACQUA, Décio; RORATO, Geisa Zanini; COLUSSO, Isabele. **Quarta Colônia: construção do planejamento municipal e regional**. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2010. 160 p.

_____. **Quarta Colônia: patrimônio cultural**. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2010.

BEZERRA, Thaís Viero; CARGNELUTTI, Janine; COELHO, Eva Regina. Capitéis: o turismo cultural religioso em Ivorá/ RS – BR. In: Encontro Semintur Jr, 4., 2013, Caxias do Sul/RS. **Anais...** Caxias do Sul/RS: Semintur Jr, 8 nov. 2013. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/capiteis_o_turismo.pdf>. Acesso em: 18 out. 2017.

_____; COELHO, Eva Regina. Os capitéis de Ivorá/RS-BR e sua importância para o turismo local. In: Seminário de pesquisa em turismo do Mercosul, 7., 2012, Caxias do Sul/RS. **Anais...** Caxias do Sul/RS: Semintur, 16 e 17 nov. 2012. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/os_capiteis.pdf>. Acesso em: 02 out. 2017.

BIANCHI, Ana Cristina. **Avaliação de propostas públicas municipais e regionais no âmbito do planejamento integrado do turismo sustentável na Quarta Colônia, RS, Brasil**. 2007. 162 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, RS, 2007.

BIASOLI, Vitor Otávio F.; MANFIO, Juliana Maria. A trajetória de Padre Luiz Sponchiado na região da quarta colônia. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, EDIPUCRS, I EPHIS/PUCRS - 27 a 29.05.2014, p.706-718, mai. 2014. Disponível em: <revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/.../12124>. Acesso em 07 mai. 2018.

BOLZAN, Moacir. **Quarta colônia: da fragmentação à integração**. 2011. 348 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**.

BRUST, Viviane Terezinha Biacchi. **O efeito ‘chapéu de Clementis’**: imagens do sujeito imigrante italiano na quarta colônia. 2013. 171 p. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2013.

CARVALHO, Thaisa S. de; AMARAL, Luíz C. P. do. Os inventários como instrumentos de preservação: da identificação ao reconhecimento. **9º seminário docomomo Brasil**. Interdisciplinaridade e experiência em documentação e preservação do patrimônio recente. Brasília, jun. 2011. Disponível em: <http://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/048_M11_RM-OsInventariosComoInstrumentos-ART_taisa_carvalho.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2019.

CHIAMULERA, Márcia. **Identidade em performance**: um estudo etnográfico sobre as festas de capela no berço da quarta colônia de imigração italiana/RS. 2010. 223 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2010.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 6. ed. São Paulo: Estação Liberdade: Ed. UNESP, 2017. 288 p.

CHUVA, Márcia. **Os arquitetos da memória**: a construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil nos anos (1930 – 1940). 1998. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, RJ, 1998.

CIDADES DO BRASIL. **Município de São João do Polêsine**. 2019. Disponível em: <<https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-sao-joao-do-polesine.html>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

COELHO, Eva Regina Barbosa. **Capitéis da Paróquia de Ivorá/ RS**: religiosidade, identidade e turismo. Santa Maria, RS: Centro Universitário Franciscano, 2016. 230 p.

COELHO, Eva Regina Barbosa. **Seguindo Maria**: turismo cultural – religioso para Santa Maria e região / RS. 2011. 184 p. Dissertação (Programa de Pós-graduação profissionalizante em Patrimônio Cultural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2011.

COLBARI, Antonia. Familismo e ética do trabalho: o legado dos imigrantes italianos para a cultura brasileira. **Revista brasileira de história**, São Paulo, v. 17, n. 34, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881997000200003>. Acesso em: 07 maio 2018.

COMASINE. Capitelli e croci di Comasine. 2019. Disponível em: <<http://www.comasine.it/index.php/capitelli-e-croci.html>>. Acesso em: 15 dez. 2019.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Viajantes italianos, imigração e italianidade no Brasil. **Revista Estudo Ibero-Americanos**, PUCRS, Porto Alegre, v. 38, n. 1supl., p. S312 – S325, nov. 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.15448/1980-864X.2012.s.12476>>. Acesso em :09 maio 2018.

CPG. Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas. Nova Palma, 2019.

DALMOLIN, Romoaldo. **Polêsine Antigo**: Histórias, causos e poesia. Santa Maria: Home artes gráficas Ltda., 2019.

DE BONI, Luis Alberto (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: EST /Fondazione Giovanni Agnelli, 1987.

DE BONI, Luis Alberto (Org.). **A presença italiana no Brasil**: Vol II. Porto Alegre: EST/Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. 740 p.

DE BONI, Luiz A.; COSTA, Rovilio. **Far la Mérica. A presença italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Riocell, 1991. 212 p.

_____. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST/UCS, 1979. 280 p.

DE LUCA, Virgínia Gomes. **O Patrimônio Arquitetônico e a Paisagem Cultural em Sítios Históricos Rurais de Imigração Italiana**. 2007. 206 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2007.

DIAS, Guilherme. **O patrimônio material no estado do Rio Grande do Sul: políticas, ações e preservação**. 2012. 114 p. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

FAGAN, Elaine Binotto. **Quarta Colônia: terra, gente e história**. Santa Maria: Pallotti, 2015. 136 p.

FELIN, Saulo. Quarta colônia: identidade, fundação, costumes e tradições de Vale Veneto. **Revista Latino-Americana de História**, São Leopoldo, v. 2, n. 6, p. 356 - 367, ago. 2013. Disponível em: <<http://projeto.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/viewArticle/200>>. Acesso em: 04 out. 2017.

FIGUEIREDO, Lauro César. Paisagens e construção de cidades a partir da imigração no Rio Grande do Sul. Patrimônio, preservação e memória. *Arquitextos*, São Paulo, ano 16, n. 182.04, **Vitruvius**, jul. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/ytN73m>>. Acesso em: 10 out. 2017.

FIGUEIREDO, Lauro César. Quarta colônia de imigração italiana na região central do Rio Grande do Sul: os sítios históricos na construção do patrimônio e da paisagem cultural. **Revista Ra'e Ga - o espaço geográfico em análise**, Curitiba, v. 31, p. 147 – 183, ago. 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5380/raega.v31i0.29322>>. Acesso em: 08 maio 2018.

FIGUEIREDO, Lauro César. Paisagens e construção de cidades a partir da imigração no Rio Grande do Sul. Patrimônio, preservação e memória. *Arquitextos*, São Paulo, ano 16, n. 182.04, **Vitruvius**, jul. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/ytN73m>>. Acesso em: 10 out. 2017.

FOCHESATTO, Iloni. **Descrição do culto aos mortos entre descendentes italianos no Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1977. 59 p.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MINC – IPHAN, 2005.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Perfil socioeconômico – Municípios**. Porto Alegre: FEE, 2015. Disponível em: <<https://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/?letra=R>>. Acesso em: 06 abr. 2019.

GASPARY, F.P; VENTURINI, A.P.M. O legado arquitetônico da imigração italiana no Rio Grande do Sul: o moinho Moro. **Disciplinarum Scientia**: Série: Artes, Letras e Comunicação, Santa Maria, v. 16, n. 1, p. 11-19, 2016. Disponível em:<<https://www.periodicos.unifra.br/index.php/disciplinarumALC/article/view/1826/1716>>. Acesso em: 04 out. 2017.

GEOCACHING. La Cappellina di contrada Bruschi. 2015. Disponível em: <https://www.geocaching.com/geocache/GC5Z6X8_m-s-g-la-cappellina-di-contrada-bruschi?guid=0e90eef4-4c13-4985-ac4b-e2552daf0138>. Acesso em: 10 jan. 2020.

GEVEHR, Daniel Luciano; NANDI, Aline. Patrimônio cultural da imigração italiana no sul do Brasil: os capitéis como espaços de (re)produção de memória e de identidade. In: Seminário Internacional sobre desenvolvimento regional, 7., 2015, Santa Cruz do Sul/RS. **Anais...**Santa Cruz do Sul/RS: Universidade de Santa Cruz do Sul, 2015.

_____. Os capitéis como lugares de devoção e de celebração em comunidade: representação, memória, e identidade de uma colônia italiana no sul do Brasil. **Religião, migração e cultura, Imagens de Fé**. Londrina, v. 12, n. 18, p. 29 -49, jan-jul 2016.

GHENO, Rejane. **Os "Colonos" da fazenda Fialho**: a construção do desenvolvimento a partir de pequenas propriedades rurais. 2003. 137 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2003.

GUTIERREZ, Ester; GUTIERREZ, Rogério. **Arquitetura e assentamento ítalo-gaúchos (1875-1914)**. Passo Fundo: UPF, 2000. 85 p.

GIRON, Loraine S.; HERÉDIA, Vania. **História da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 2007. 136 p.

HERÉDIA, Vania. A imigração europeia no século passado: o programa de colonização no Rio Grande do Sul. **Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona, Barcelona, n. 94, v. 10, ago. 2011. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn-94-10.htm>>. Acesso em: 07 maio 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. IBGE, 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-joao-do-polesine/panorama>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA. Bahia: IPAC, 2019. Disponível em: <<http://www.ipac.ba.gov.br/site/conteudo/institucional/apresentacao/#content>>. Acesso em: 27 mar.2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO. **Sistema de Rastreamento Cultural**. Porto Alegre: IPHAE, 2019. Disponível em: <<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=DownloadAc&Clr=1>>. Acesso em: 10 out. 2017.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Patrimônio cultural**. Brasília: IPHAN, 2017. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/>>. Acesso em: 10 out. 2017.

_____. **Cartas Patrimoniais**. Brasília: IPHAN, 2019.

_____. Carta de Petrópolis. In: **Cartas Patrimoniais**. Brasília: IPHAN, 2019.

_____. **Inventário nacional de bens imóveis: sítios urbanos tombados: Manual de preenchimento**. Brasília: IPHAN, 2001. 304 p.

ITAQUI, José (Org.). **Quarta Colônia: inventários técnicos**. Santa Maria: Condesus Quarta Colônia, 2002.

_____. In: BEVILACQUA, Décio; RORATO, Geisa Zanini; COLUSSO, Isabele. **Quarta Colônia: patrimônio cultural**. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2010.

LEAL, Claudia Baeta; TEIXEIRA, Luciano dos Santos; CHUVA, Márcia. **Patrimônio Cultural**. v.1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2014. 320 p.

LEMOS, Carlos. **O que é patrimônio histórico?** São Paulo: Brasiliense, 1987. Coleção Primeiros Passos. 127 p.

LONDRES, Cecília. A Noção de Referência Cultural nos Trabalhos de Inventário. In: MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz Resende. **Inventários de Identificação: um panorama da experiência brasileira**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998. 113 p.

LORENZATTO, Antônio D. **Os Vênets: Nossos antepassados**. Porto alegre: EST, 1999. 208 p.

LUCHESE, Terciane Ângela. Capitéis, estratos do tempo do hoje e do ontem. In: MAZZOTTI, Fabiano (Org). **O livro do capitel**. Bento Gonçalves: Pallotti, 2018. 280 p.

LUZ, Maturino. A conservação da arquitetura da imigração italiana. In: POSENATO, Júlio. **Arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul: Assim vivem os italianos 4**. Porto Alegre: EST/EDUCS, 1983. 596 p.

MANFIO, Juliana Maria. **Entre o sacerdócio e a pesquisa histórica: a trajetória de Padre Luiz Sponchiado na quarta colônia de imigração italiana – RS.** 2015. 145 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2015.

MANFIO, Vanessa. A Quarta Colônia de imigração italiana: uma paisagem cultural na região central do Rio Grande do Sul. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 16, n.2 p. 31 - 46, maio/ago. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/7333/4372>>. Acesso em: 28 set. 2017.

MANFROI, Olívio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais.** 2. ed. Porto Alegre: Grafosul, 1975. 218 p.

MARCON, Itálico. Prefácio. In: MANFROI, Olívio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais.** 1. ed. Porto Alegre: Grafosul, 1975. 218 p.

MARCON, Monica. La presenza del sacro. In: PAVAN, Camillo. **Sile. Alla Scoperta del Fiume: Immagini, storia, itinerari.** 2. ed. Treviso: Camillo Pavan, 1991. p. 56-63.

MARIN, Jérri Roberto (Org.). **Quarta Colônia: Novos olhares.** Porto Alegre: EST, 1999. 117 p.

MAZZOTTI, Fabiano (Org.). **O livro do capitel.** Bento Gonçalves: Pallotti, 2018. 280 p.

MEIRA, Ana Lúcia Goeltzer. **O patrimônio histórico e artístico nacional no Rio Grande do Sul no século XX: atribuição de valores e critérios de intervenção.** 2008. 483 p. Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2008.

MERLOTTI, Vania B. P. **O mito do Padre entre os descendentes italianos. Comunidade de Otávio Rocha.** Porto Alegre: EST/UCS, 1979, 2º ed. 104 p.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Circuitos de Cicloturismo: manual de incentivo e orientação para os municípios brasileiros.** Florianópolis, Santa Catarina, 2010.

MOLES, Abraham. **O Kitsch: a arte da felicidade.** Tradução Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 1986, 3º ed. 231 p.

MOTTA, Lia; REZENDE, Maria Beatriz. Inventário. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural.** 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016.

NARDI, Oni. **O meio rural da quarta colônia de imigração italiana como tema e cenário turístico.** 2007. 189 p. Dissertação (Mestrado em Geociências) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2007.

NEUTZLING, Simone Rassmussen; MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. Inventários arquitetônicos no Rio Grande do Sul: do poder público ao poder do público.. In: Anais do IX Mestres e Conselheiros - Agentes Multiplicadores do Patrimônio. **Anais...Belo Horizonte(MG) CAD II - UFMG, 2017.** Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/mestreseconselheiros2017/50718-INVENTARIOS-ARQUITETONICOS-NO-RIO-GRANDE-DO-SUL--DO-PODER-PUBLICO-AO-PODER-DO-PUBLICO>>. Acesso em: 08 jul. 2018.

OSTERKAMP, Guilherme. **O Brasil Arquitetura e a Invenção do Patrimônio.** 2015. 188 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2015.

PANIS, Marcelo. As heranças e os usos contemporâneos do legado cultural ítalo-descendente nas regiões sul e sudeste do Brasil: reflexões preliminares. In: Encontro nacional dos geógrafos, 16., 2010, Porto Alegre/RS. **Anais...Porto Alegre/RS: ENG, 2010.** Disponível em: <<http://eng-2010.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 08 maio 2018.

_____. **Circuitos turísticos ítalo-descendentes: O uso contemporâneo das heranças culturais no Sul e Sudeste do Brasil.** 2014. 333 f. Tese (Doutorado em Geociências) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2014.

PEGORARO, Aline. **Estudo dos nomes das cidades da quarta colônia de imigração italiana do Rio Grande do Sul.** 2013. 79 p. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Letras, Cultura e Regionalidade) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, RS, 2013.

PERES, Rosilena Martins. **Legado da tecnologia construtiva de imigrantes italianos ao patrimônio arquitetônico de Pelotas.** 2008. 300 f. Tese (Doutorado em Engenharia Civil) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2008.

PESCIOLINI, Ranieri Venerosi. **Le colonie italiane nel Brasile meridionale: stati di Rio Grande do Sul, Santa Catharina, Paraná.** Vicenza: Ed. Bocca, 1914.

PICCIN, Eunice. **O Código Cultural Religião Como Uma das Manifestações da Identidade Cultural da Quarta Colônia de Imigração Italiana/RS.** 2009. 148 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2009.

PIOVESAN, Rosemar de Fátima Vestena. Educação e Imigração: A história da escola entre os imigrantes italianos, Quarta Colônia. In: MARIN, Jérri Roberto (Org.). **Quarta Colônia: Novos olhares.** Porto Alegre: EST, 1999. 117 p.

POSSAMAI, Paulo César. **“DALL’ITALIA SIAMO PARTITI”:** A questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945). 1. ed. Passo Fundo: UPF editora, 2005. 268 p.

POSENATO, Júlio. A Arquitetura do Norte da Itália e das Colônias Italianas de Pequena Propriedade no Brasil. In: MARCONDES, Neide; BELLOTTO, Manoel (orgs.). **Turbulência Cultural em Cenários de Transição: o século XIX Ibero-americano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

_____. **Antônio Prado: cidade histórica**. Porto Alegre: Ed. Posenato Arte & Cultura, 1989 264 p.

_____. **Arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul: Assim vivem os italianos 4**. Porto Alegre: EST/EDUCS, 1983. 596 p. (Assim vivem os italianos; 4).

_____. A arquitetura Sacra do Imigrante Italiano. In: COSTA, Rovílio. **Antropologia visual da imigração italiana**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1976.

_____. **Belas Aldeias Italianas**. Porto Alegre: Ed. Posenato Arte & Cultura, 1987. 204 p.

POULOT, Dominique. Um ecossistema do patrimônio. In: CARVALHO, Claudia S. Rodrigues; GRANATO, Marcus; BEZERRA, Rafael Zamorano; BENCHETRIT, Sara Fassa (org). **Um olhar Contemporâneo Sobre a Preservação do Patrimônio Cultural Material**. Rio de Janeiro. Museu Histórico Nacional, 2008.

_____. **Uma história do Patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores**. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

POZZEBON, Flávia. **Estratégias de preservação para o acervo fotográfico do centro de pesquisas genealógicas de Nova Palma, RS**. 2013. 117 p. Dissertação (Programa de Pós-graduação profissionalizante em Patrimônio Cultural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE. **Município – História**. 2019. Disponível em: <<https://saojoaodopolesine.rs.gov.br/historia>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

RECH, Roberta. **Habitar um monumento: la ciudad de Antonio Prado como síntesis de la arquitectura de una región**. 2016. 310 p. Tese (Programa de Doctorado en Proyectos Arquitectónicos Línea 3) – Universitat Politècnica de Catalunya, Barcelona, Espanha, 2016.

RIGHI, José V.; BISOGNIN, Edir L.; TORRI, Valmor. **Povoadores da Quarta Colônia**. Porto Alegre: EST, 2001.

ROVEDA, Fernando. Porto Alegre, 2010. In: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Documentário mostra religiosidade dos imigrantes italianos**. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<https://al-rs.jusbrasil.com.br/noticias/2193735/documentario-mostra-religiosidade-dos-imigrantes-italianos>>. Acesso em: 10 de jan. 2020.

RUBERT, Arlindo. **Quarta Colônia Italiana: Assistência religiosa, 1877 – 1900.** Porto Alegre: EST, 2003.

SAIBENE, Cesare. **La casa rurale nella Pianura e nella Collina Lombarda.** Firenze: Leo Olschiki, 1955.

SANTIN, Silvino. **A imigração esquecida.** Porto Alegre: EST, 1986.

_____. Dimensão social do trabalho e da propriedade do imigrante italiano na ex-colônia de Silveira Martins. In: DE BONI, Luis Alberto (Org.). **A presença italiana no Brasil: Vol II.** Porto Alegre: EST/Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. 740 p.

_____; ISAIA, Antônio. **Silveira Martins: Patrimônio Histórico-Cultural.** Porto Alegre: EST, 1990.

_____. Sonhos diferenciados ou desfeitos: Silveira Martins, a Quarta Colônia, no cenário da imigração italiana no Rio Grande do Sul. In: MARIN, Jérri Roberto (Org.). **Quarta Colônia: Novos olhares.** Porto Alegre: EST, 1999: cap. 1, p. 11-24.

SANTOS, Miriam de O.; ZANINI, Maria Catarina C. As memórias da imigração no Rio Grande do Sul. **Mneme - Revista de Humanidades**, Caicó, v. 11, n. 27, 2010. Disponível em: < <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/viewFile/836/774>>. Acesso em: 09 maio 2018.

_____. Especificidades da Identidade de descendentes de italianos no sul do Brasil: breve análise das regiões de Caxias do Sul e Santa Maria. **Revista Antropolítica**, Niterói, n. 27, p. 21 – 41, 2. sem. 2009. Disponível em: <www.revistas.uff.br/index.php/antropolitica/article/download/14/4>. Acesso em: 26 maio 2018.

_____. O trabalho como “categoria étnica”: um estudo comparativo da ascensão social de imigrantes italianos e seus descendentes no rio grande do sul (1875-1975). **Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, Brasília, n. 33, p. 175 – 197, jul./dez. 2009. Disponível em: <csem.org.br/remhu/index.php/remhu/article/download/178/170>. Acesso em: 14 jun. 2018.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento econômico da Colônia Silveira Martins (RS).** Porto Alegre: Edições EST, 2003. 240 p.

_____. **Colonização italiana e agricultura familiar.** Porto Alegre: Edições EST, 2002. 112 p.

SCHWERZ, João Paulo. Inventários de identificação e a experiência na quarta Colônia de imigração do Rio Grande do Sul. In: BEVILACQUA, Décio; RORATO, Geisa Zanini; COLUSSO, Isabele. **Quarta Colônia: construção do planejamento municipal e regional.** Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2010. 160 p.

SÊGA, Christina Maria Pedrazza. O Kitsch está Cult. **Revista Signos do Consumo**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 53-66, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/signosdoconsumo/article/view/44361>>. Acesso em: 05 mar. 2020.

SILVA, Adriana Pisoni da. **Turismo e desenvolvimento territorial na quarta colônia- RS – Brasil: uma abordagem na perspectiva do capital social**. 2014. 170 p. Tese (Doutorado em Agronomia) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2014.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e Elaboração de dissertação**. 4. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005. 138 p.

SIMONETTI, Fernanda. **“Mamma Mia”**: a compreensão do saber fazer cotidiano e a ressignificação dos papéis entre mulheres camponesas. 2011. 157 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2011.

SIQUELLI, Sônia Aparecida. **Aspectos éticos em dissertações e teses do PPGE/UFSCar à luz da resolução CNS 196/96**. 2011. 116 p. Tese Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP.2012.

SOUZA, Raquel Eleonora. O legado estético da colonização italiana no sul do Brasil. **Revista Icônica**, Apucarana, v. 2, n. 1, p. 21 – 41, 2016. Disponível em: <revistas.utfpr.edu.br/ap/index.php/iconica/article/download/53/43>. Acesso em: 14 jun. 2018.

SPONCHIADO, Breno. Antônio. **Imigração e 4º colônia**: Nova Palma e Pe. Luizinho. Santa Maria: Ed. UFSM, 1996.

SPONCHIADO, Breno. Antônio. **Imigração e Quarta Colônia**: Nova Palma e Pe. Luizinho. Santa Maria: Ed. UFSM, 2019.

SPONCHIADO, Luis. A anágrafe de Nova Palma e os inícios da Colônia Silveira Martins. In: DE BONI, Luis Alberto (Org.). **A presença italiana no Brasil**: Vol II. Porto Alegre: EST/Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. 740 p.

STECKER, Débora Tessle. **Rota turística e gastronômica Santa Maria – Silveira Martins**: o desenvolvimento do turismo na quarta colônia de imigração italiana. 2010. 113 p. Dissertação (Programa de Pós-graduação profissionalizante em Patrimônio Cultural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2010.

STEFANELLO, Liriana Zanon. **História, Memória e Patrimônio**: Fundamentos e Sensibilizações da Comunidade de Nova Palma (Centro de Pesquisa Genealógicas e Museu Histórico). 2010.172 p. Dissertação (Programa de Pós-graduação profissionalizante em Patrimônio Cultural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2010.

_____. **Memórias Familiares:** um estudo da imigração italiana na Quarta Colônia Imperial (Rio Grande do Sul, Brasil). 2015. 290 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2015.

STORIA DENTRO LA MEMORIA. Capitello della Madonna Immacolata, detto dei Corni (Via Roma, S. Martino di Lupari PD). 2014. Disponível em: <<https://storiadentrolamemoria.wordpress.com/2014/09/08/capitello-della-madonna-immacolata-detto-dei-corni-via-roma-s-martino-di-lupari-pd/>>. Acesso em: 15 dez. 2019.

THIES, Cristiane Leticia Oppermann. **Inventário de sete edificações em alvenaria de tijolo na zona rural de Silveira Martins – RS.** 2018. 185 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2018.

TIMM, Jordana Wruck. **A relação escola/comunidade na região das antigas colônias italianas, nordeste do Rio Grande do Sul, 1915 a 1960.** 2013. 169 p. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Letras – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, RS, 2013.

TROMBINI, Janaíne. **Imigrantes italianos e seus descendentes na microrregião oeste do Vale do Taquari:** história ambiental e práticas culturais. 2016. 229 p. (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento) - Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, RS, 2016.

TURA, Joselaine Aparecida Garlet. **Capitéis:** fé e religiosidade na Quarta Colônia de Imigração Italiana no Rio Grande do Sul (Nova Palma 1890 - 1925). 2012. 42 p. Monografia (Curso de Graduação em Ensino e Pesquisa em História) – Centro Universitário Franciscano, Santa Maria, RS, 2012.

UNESCO. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **O Patrimônio:** legado do passado ao futuro. UNESCO, 2018. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/heritage-legacy-from-past-to-the-future/>>. Acesso em: 08 jul. 2018.

VARINE, Hugues de. **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local.** Trad. Maria de Lourdes Perreiras Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2012. 256 p.

VENDRAME, Máira Ines. **Ares de vingança:** redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre imigrantes italianos no sul do Brasil (1878 – 1910). 2013. 478 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

VENDRAME, Máira Ines. A trajetória de dois imigrantes italianos no Brasil Meridional (1878 – 1900). **Revista Latino-Americana de História**, São Leopoldo, v. 3, n. 11, p. 167-185, set. 2014. Disponível em: <<http://projeto.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/view/446/424>>. Acesso em: 04 out. 2017.

_____. **“Lá éramos servos, aqui somos senhores”**: a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877 – 1914). 2007. 235 p. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

_____. O audacioso projeto de um imigrante vêneto: aspectos da imigração italiana no sul do Brasil (1878). In: Encontro Estadual de História, 20., 2012, Campinas/SP. **Anais...** Campinas/SP: ANPUH, 2012. Disponível em: <http://www.encontro2012.sp.anpuh.org/resources/anais/17/1357749747_ARQUIVO_MAIRAINESVENDRAME-ANPUH2012.pdf>. Acesso em: 04 out. 2017.

_____; ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Imigrantes italianos no Brasil meridional: práticas sociais e culturais na conformação das comunidades coloniais. **Revista Estudo Ibero-Americanos**, PUCRS, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 128 – 149, jan/jun. 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.15448/1980-864X.2014.1.17268>>. Acesso em: 09 maio 2018.

VENDRUSCOLO, Rafaela. **“Somos da Quarta Colônia”**: os sentidos de uma identidade territorial em construção. 2009. 209 p. Dissertação (Mestrado em Agronomia) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2009.

VIA CLAUDIA AUGUSTA. **Tutta la storia della Via Claudia Augusta**. 2020. Disponível em: <<https://www.viaclaudia.org/it/via-claudia-augusta-ben-venuti.html>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

VIZZOTTO, Jacinta Maria Pivetta. **História de fé e trabalho**: bens culturais de Vale Vêneto. 2014. 259 p. Dissertação (Programa de Pós-graduação profissionalizante em Patrimônio Cultural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2014.

WEIMAR, Günter. Construtores italiano no Rio Grande do Sul. In: IOTTI, Luiza (Org.). **Imigração italiana**: estudos ítalo-brasileiros. Caxias do Sul: Educus, 1996.


ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Fé escrita: elementos literários da imigração italiana no Sul do Brasil. **Tessituras**, Pelotas, v. 1, n. 1, p. 21- 44, jul./dez. 2013. Disponível em: <periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/tessituras/article/download/2717/2655>. Acesso em: 09 maio 2018.

_____. **Italianidade no Brasil meridional**: construção da identidade étnica na região de Santa Maria - RS. 1. ed. Santa Maria: Editora da UFSM, 2006. 280 p.

_____. Pertencimento étnico e territorialidade: italianos na região central do Rio Grande do Sul (Brasil). **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 3, p. 140 - 163, set/dez. 2008. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/viewFile/743/654>>. Acesso em: 09 maio 2018.

_____. Reflexões sobre o colono italiano na região central do Rio Grande do Sul: breves problematizações antropológicas. **Revista Sociais e Humanas**, Centro de Ciências Sociais e Humanas/UFSM, Santa Maria, v. 22, ed. especial, p. 65 – 75, sxzago./2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/749>>. Acesso em: 09 maio 2018.

ANEXO A – FICHA DE INVENTÁRIO M01 – BENS EDIFICADOS DO SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL DO IPHAE

<p>Governo do Estado do Rio Grande do Sul Secretaria da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer</p>		<p>SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL</p>	
 <p>INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO</p>		<p>M 01</p>	<p>BENS EDIFICADOS</p>
		<p>INVENTÁRIO</p>	
<p>Ficha Nº: XXX-PRS/XX-XXXX-XXXXX</p>		<p>Município:</p>	
		<p>Localidade:</p>	
<p>Denominação do bem:</p>			
<p>Endereço/Localização:</p>			
<p>Proprietário:</p>			
<p>Uso original e atual:</p>			
<p>Latitude: Longitude:</p>			
<p>Erro Horizontal:</p>			
<p>Proteção Existente: Proteção Proposta:</p>			
<p>Bens Móveis:</p>			
<p>Valores estabelecidos ao bem:</p>			
<p>Histórico:</p>			
<p>Documentação Iconográfica:</p>			
<p>Levantamento Fotográfico atual:</p>			

Imagens complementares (entorno, edificações)	
Análise Arquitetônica:	
Planta de situação atualizada	Croqui / planta baixa
Fontes:	
Locais pesquisados:	
Observações:	
Responsável:	Data:

ANEXO B – FICHA DE INVENTÁRIO M01 – MANUAL DE PREENCHIMENTO

Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer

SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL



INSTITUTO DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

M01

MANUAL DE PREENCHIMENTO

MÓDULO 01 – BENS EDIFICADOS

Município: Nome do município onde se encontra o bem inventariado;

Localidade: Nome da localidade onde se encontra o bem;

Ficha nº: O número da ficha será composto pelo código da cidade (disponível em listagem em anexo), seguido da sigla PRS, dos últimos dois dígitos do ano, número do inventário, com quatro dígitos, e número da ficha, com cinco dígitos (ex.: 000-PRS/13-0001-00001)

Denominação do bem: Nome da edificação (ex.: Museu Municipal, Prefeitura Municipal, Casa da Família Dutra, etc.);

Endereço/ Localização: Endereço completo do bem;

Proprietário: Nome do proprietário atual e contato;

Uso original/ atual: Indicação do uso original e atual da edificação;

Latitude/Longitude/Erro horizontal: Coordenadas geográficas do bem, obtidas a partir de um GPS, em formato UTM, Datum SIRGAS 2000 e WGS 84.

Proteção existente: Indicar se o bem é tombado em alguma instância (Municipal/ Estadual/ Nacional) ou se é protegido por outra legislação (Plano Diretor, etc.);

Proteção proposta: Sugestão de alguma forma de proteção;

Bens móveis: Descrever a existência de bens móveis e integrados no interior e no lote da edificação (mobiliário, obras de arte, etc.) que sejam passíveis de proteção, ou de alguma coleção significativa. É possível a confecção de uma ficha complementar para a inserção de fotografias referentes ao tema;

Valores Estabelecidos ao Bem: indicar os valores atribuídos pelos(as) pesquisadores(as) para que o bem seja inventariado, tendo como referência a tabela anexada;

Histórico: Dados sobre a construção, proprietários, usos e adaptações até a atualidade; relações com a história do município e/ou evolução da configuração urbana;

Documentação Iconográfica: Caso sejam encontrados durante a pesquisa, acrescentar fotos, imagens, desenhos e material cartográfico, como plantas e mapas antigos;

Levantamento Fotográfico atual: imagens das fachadas e de detalhes considerados representativos, como tipo de esquadrias, cobertura, ornamentos, etc, com legenda e data. Caso haja necessidade de inserir fotografias de detalhes específicos do bem inventariado, poderá ser criada uma folha complementar;

Imagens complementares: Inserir imagens que caracterizem o entorno imediato do bem, com referência às edificações vizinhas, passeio, leito da rua, vegetação, etc.;

Análise arquitetônica: Breve análise arquitetônica do bem, descrevendo as características estilísticas e sua técnica construtiva: tipo de estrutura, número de pavimentos, materiais construtivos da cobertura (telhamento, acabamento, coroamento), paredes (estrutura, vedação), esquadrias, revestimentos, elementos significativos externos; estado de conservação;

Planta de situação atual: inserir uma planta de localização da edificação dentro da quadra e/ou imagem de satélite editada;

Croqui / planta baixa: desenho esquemático em planta baixa com escala gráfica;

Fontes: Referências bibliográficas, referências das imagens, memória oral/entrevistas, etc.;

Locais pesquisados: museus, arquivos, bibliotecas, etc.;

Observações: informações complementares;

Responsável: Nome do responsável pela coordenação da equipe encarregada da pesquisa e levantamento de dados; esta equipe deverá incluir profissionais com formação nos cursos de Arquitetura e Urbanismo e História;

Data: Data do levantamento de dados.

ANEXO C – FICHA M01 BENS EDIFICADOS – INSTÂNCIAS: VALORES DE SELEÇÃO ESTABELECIDOS AOS BENS INVENTARIADOS

Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer



INSTITUTO DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL

M01

BENS EDIFICADOS

INVENTARIO

Instâncias: Valores de seleção estabelecidos aos bens inventariados	
INSTÂNCIA HISTÓRICA	
Referência Historiográfica	Testemunho material de temas trabalhados no campo da História e/ou por pesquisadores locais.
Valor de antiguidade	Obra edificada no passado que se mantém até a atualidade
Significado Social	Representativo de processos histórico-sociais que envolveram a sociedade em que está inserido.
Memória Coletiva	Ponto de referência de acontecimentos, afetividades e sociabilidades mantidas na memória das comunidades em que está inserido.
Instância morfológica	
Valor arquitetônico	Edificações de interesse construtivo e formal, singularidade
Referência estético-arquitetônica	Influência de modelo consagrado da história da arquitetura
Recorrência regional	Valor de representatividade que reflete a cultura do local
Instância funcional	
Compatibilização com a estrutura urbana	Não acarreta conflitos com a dinâmica do sistema urbano
Potencial de reciclagem	Estrutura passível de readequação funcional
Instância técnica	
Raridade na técnica construtiva e materiais	Execução através de técnica construtiva rara e emprego de materiais em desuso
Estado de conservação	Especificar o atual estado de conservação do bem, se está em processo de degradação, se há risco de desaparecimento
Instância paisagística	
Compatibilização com a paisagem urbana	Em harmonia com a diversidade da paisagem, com o contexto urbano, seja em escala e/ou tipologia
Conjunto de unidades – cenário	Sua supressão descaracterizaria o cenário que compõe. O valor existe no conjunto de unidades
Elemento referencial	Destaque na paisagem, referência
Instância legal	
Proteção federal	Incidência de legislação de preservação em nível federal
Proteção estadual	Incidência de legislação de preservação em nível estadual
Proteção municipal	Incidência de legislação de preservação em nível municipal